



**Comissão
Mineira de
Folclore**

EXPEDIENTE

REVISTA DA COMISSÃO MINEIRA DE FOLCLORE

Nº 30– Ano 2017

DIRETORIA DA COMISSÃO MINEIRA DE FOLCLORE:

Presidente: José Moreira de Souza

Vice-Presidente: Míriam Stella Blonski

Secretário: Juliana Correia Garcia

Tesoureiro: Raimundo Nonato de Miranda Chaves

CONSELHO Deliberativo

Antônio de Paiva Moura

Edmeia Faria

Luiz Fernando Vieira Trópia

PROJETO GRÁFICO

José Moreira de Souza

CAPA

Dáfnis Raies Moreira de Souza

FOTOS DE CAPA

Ione Cruz Amaral e José Moreira de Souza

Endereço para correspondência

Rua Pires da Mota - 202

CEP - 30512-760

Belo Horizonte - MG

www.folcloreminas@folcloreminas.com.br

Revista da Comissão Mineira de Folclore

Ano 41, nº 30, (Agosto de 2017) – Belo Horizonte –

Comissão Mineira de Folclore, 2017.

1.Folclore – Usos e costumes – vigarice

CDD.- 398.390

OBSERVAÇÃO; Do número 1, em 1976, ao

Número 18, em 1997 foi publicada com

título de Boletim da Comissão Mineira de Folclore.

ISBN:

Sumário

- P. 5 - Da arte de baldrocar – Antônio de Paiva Moura
- P. 9 – Trocas, o absoluto e o relativo – José Moreira de Souza
- P. 13 – Regatear é preciso – Raimundo Nonato de Miranda Chaves
- P. 31 - A metafísica do absurdo – Luis Santiago
- P. 45 - Coragem e orgulho aborígene na memória mineira -
– Maria José de Souza – Tita
- P. 55 - Lotes na Lua e especulação imobiliária - José
Moreira de Souza
- P. 63 - O Reino dos Vigaristas - José Moreira de Souza
- P. 133 - Você já foi ator neste espetáculo? - José Moreira
de Souza
- P. 160 - Um pouco de mim mesmo - Domingos Diniz
- P. 164 - Corpo Associado da Comissão Mineira de Folclore

Tema Principal desta revista

Quanto vale o Espetáculo?

**Peripécias de Prometeu, Lúçifer e
São Jorge nas encenações da vida co-
tidiana.**



Museu de Folclore "Saul Martins"

Da arte de baldrocar

Antônio de Paiva Moura

Muito oportuna e acertada a proposta do editor da 30ª edição da Revista da Comissão Mineira de Folclore, José Moreira de Souza, no sentido de adotar como tema central “O conto do vigário”. Ao longo da história, conto do vigário acabou sendo matriz de uma série de formas de enganação de um indivíduo sobre o outro.

O termo vem de Portugal, onde, em passado remoto a boa fé e o prestígio dos vigários eram usados como meio de explorar os outros. Dizem também que o termo passou a ser usado em Ouro Preto no século XVIII, quando um burro que transportava uma imagem de Senhor dos Passos, adiantou-se do tropeiro e parou enfrente a Casa da Câmara. Os representantes da matriz de N.S da Conceição diziam que a referida imagem era por eles encomendada. Os da matriz do Pilar diziam a mesma coisa. Resolveram, então, espantar o burro e o rumo que ele tomasse seria o do dono da imagem. O burro tomou a direção da matriz do Pilar e a imagem lá ficou. Acontece que o dono do burro era o vigário da igreja do Pilar. Esse episódio ficou conhecido como conto do vigário. O termo conto vem do fato de ser necessária muita conversa para que um sujeito engane ou outro e obtenha vantagem.

As atividades lúdicas como jogos e brincadeiras infantis têm a finalidade de transmitir às crianças as habilidades nas diversas fases da vida. A brincadeira de cavalo de pau é a projeção do futuro cavaleiro; brincar de esconde-esconde, pegador e amarelinha visa à preparação das crianças para

vida adulta. No meio urbano, o jogo de poker tem a função de habilitar o jogador para o “ter”: ganhar e acumular dinheiro. No meio rural, o jogo de truque tem a função de formar o “ser”: habilitar para a luta pela vida.

Na concepção teórica do antropólogo americano, Josephe Campbel, a vida na civilização é como a jornada do herói. Os heróis, como todo ser humano, passam por diversos estágios na vida. 1) Começa com o chamado para a aventura, ao qual ele demora a aceitar; 2) Sai de sua terra e encontra com o mentor ou encorajador; Cruza o primeiro portal: o herói abandona a vida comum, corriqueira e entra no mundo mágico. Aprende a jogar. 3) Começa a fase da provocação, na qual procura conhecer as regras do jogo do novo mundo em que vive. Encontra amigos e adversários. O herói tem êxito nas provas nas quais se submete, mas aumenta o risco de vida. 4) O herói enfrenta a morte, se sobrepõe ao seu medo e ganha uma recompensa. 5) Após a vitória o herói volta para o mundo comum e põe em prática o que foi aprendido. Passa a ser o ajudante, o encorajador de seus conterrâneos.

Na literatura, desde a Antiguidade, são muitos os heróis que cumpriram essa jornada, a exemplo de Ulisses, nas histórias de Homero: Ele é chamado a ir para a Guerra de Tróia. Vence a guerra e pleno de sabedoria, volta para Ítaca, sua terra natal. Para não tornar-se prisioneiro, desvencilhou-se de diversas armadilhas. Embora estivesse maravilhado com o canto das sereias, delas não se aproximou porque sabia que aquilo era uma armadilha. Até hoje, “ir no canto das sereias” é ser otário ou trouxa.

As formas de burlar, de ludibriar as pessoas se diversificam de acordo com o meio social. Nas grandes cidades, onde as pessoas não se conhecem umas às outras, as for-

mas de “conto do vigário” mais conhecidas são passar falsos bilhetes premiados; vender lote inexistente; vender mercadorias com falsas etiquetas. Vem da Idade Média a expressão “Comprar gado por lebre”, quando esta era mais valiosa, embora pudesse ser confundida com pele de gato. No meio rural ou nas pequenas comunidades urbanas, o embuste é realizado entre pessoas muito conhecidas ou amigas. São levados a efeito por meio de transações comerciais, especialmente a troca primária, isto é, de um objeto por outro. Em cada região o ato de trocar tem um nome diferente: No Norte de Minas é baldroca; no Centro-Oeste e Médio Paraopeba é catira ou barganha. Dar prejuízo a alguém na barganha é o mesmo que passar a manta, enquanto tomar prejuízo é levar a manta.

No conto “corpo fechado”, do livro “Sagarana”, de Guimarães Rosa há descrição minuciosa da situação de passar a manta. O personagem Manoel Fulô, depois de longa convivência e trabalhos prestados aos ciganos, aprendeu com eles a arte de baldrocar. Conta que os ciganos maquiavam os defeitos dos animais, de tal forma, que nem o mais experiente negociante poderia descobri-los. Conseguiram até esconder peladeira de animais. Mas Manoel Fulô deixava os ciganos pensarem que ele era coiô. O objetivo era um dia conseguir passar a manda nos ciganos. Quando soube que estes chegariam ao arraial, preparou um cavalo velho e um burro manhoso para baldrocar com ciganos. O povo ficou curioso para saber o resultado, não acreditando que Manoel Fulô pudesse tirar alguma coisa dos ciganos. Depois de muita e demorada conversa, Manoel Fulô disse: *Quando eu relancei que eles já estavam meio querendo me aceitar, entrei de zápede, espadilha e três: Bom, mas vocês têm de me voltar dez'tões de lambujem, que é para uma cachacinha, porque dinheiro*

aqui anda vasqueiro. Concluído o negócio, Manoel Fulô ficou uma semana comemorando a vitória, aclamado como herói no povoado.

Em Santo Antônio da Vargem Alegre, município de Bonfim, em 1904, um libanês de nome Luiz Abdom estabeleceu-se como comerciante. Ele e seus descendentes sabiam como fazer negócios em uma região que circulava pouco dinheiro. Aceitavam em suas casas comerciais, qualquer objeto ou produto agropecuário da região em troca por mercadoria. Em entrevista com Elias Abdon Luiz Neto, em 2010, um dos maiores negociantes de animais da região, ele disse que levar ou passar manta em uma catira é normal. Quem faz esse tipo de negócio precisa ficar esperto. Ele conta que com toda a experiência que tem, acabou levando manta na aquisição de uma linda besta de sela. Era alta, boa de marcha, cor pelo de rato. Mas quando ia colocar a sela e apertar a barrigueira, a mula se deitava. Para Elias, as mulheres agem muito com o coração. Por isso não devem dar catira. Para fazer negócio é preciso ter maldade. Para ele, quem leva vantagem em uma catira, mesmo que de forma ilícita, é bem visto pelos outros. O perdedor é sempre visto como incompetente, bobo, otário.

Conclusão: Para a sociedade, não importa a forma ou meio que o herói usa para chegar ao alto do pódio.

Trocas, o Absoluto e o Relativo.

José Moreira de Souza

[Os seres humanos] na Gemeinschaft ou Comunidade permanecem unidos apesar de todos os fatores que tendem a separá-los, enquanto que na Gesellschaft [associação, ou coletividade] permanecem essencialmente separados apesar de todos os fatores tendentes a sua unificação.

Ferdinand Tönnies. *Comunidad y asociación: El comunismo y el socialismo como formas de vida social.* Barcelona: Península, 1978, p. 67.

Diversidade se tornou um valor quase absoluto nos dias atuais. O discurso da diversidade se tornou hegemônico. Folclore tem a ver com isso.

Convido o leitor para examinar duas obras, apenas como mostra:

A primeira tem o título de *Nossa Diversidade Criadora* e resulta de longo trabalho de um órgão da UNESCO. [Campinas – SP: Papyrus; Brasília: UNESCO, 1997]

A segunda se intitula *Desenvolvimento como Liberdade* de autoria de um cientista indiano de nome Amartya Sen. [São Paulo: Cia das Letras, 2000]

Ambas obras têm a ver com problemas enfrentados pela Organização das Nações Unidas em que o valor principal posto como desafio é a PAZ.

Desenvolvimento Humano, Cultura e Desenvolvimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento tornaram-se temas chaves dos

estudos da UNESCO encarados como foco dos desafios às Convenções e à Paz Mundial.

O *Relatório* da UNESCO nos traz uma afirmação desafiadora: “Em um mundo onde dez mil diferentes sociedades vivem em cerca de apenas 200 Estados, a proteção e o respeito aos direitos das minorias devem ser uma preocupação central.” (p.23)

Se traduzirmos “sociedades” como as entendem os sociólogos, e etnias como defendem os antropólogos, teríamos 10 mil “culturas” submetidas a 200 núcleos de poderes hegemônicos. Isso confirma a natureza dos “Estados” como mando soberano sobre o território, e núcleo de dominação. Há que pensar em guerra!

Ainda no relatório, propugna-se em face do que se chama “globalização” com seus conseqüentes conflitos, pela necessidade de construção de “uma ética mundial”.

Colocar em foco a questão ética remete imediatamente à construção de valores. Os autores que elaboraram o relatório partiram da fé em cinco eixos de valores: 1. Fé na paz promovida pela Democracia; 2. Fé na convivência pacífica em um Estado pluralista; 3. Fé no princípio de equidade; 4. Fé nas aspirações a melhores condições de vida; 5. Finalmente, Fé “de que a cultura é um elemento central na explicação dos diferentes modos de transformação social”.

Sobre o quinto artigo de fé, o Relatório afirma: “Os governos não podem determinar a cultura de um povo (...). Entretanto podem influenciá-la – para o bem ou para o mal..”. Desse modo, o valor máximo, sob esse aspecto, “o princípio básico deverá ser o respeito a todas as culturas cujos valores sejam suscetíveis de tolerância em relação aos de outras, e que aceitem a ética universal”.

Ética é um valor que sobra! Com efeito, os estados ao se tornarem seculares terão que se devotar a alguma concepção de Justiça, na qual todos os valores serão relativos. Aquele princípio preceituado por Herbert Spencer de que o Estado é fundado

pelo “medo dos vivos” – princípio eminentemente focado no modelo hobesiano da ordem -, ao qual se alia o princípio ético de que a coesão é mantida pelo “medo da morte”, define dois eixos de valores desafiantes. Aos Estados – apenas 200, segundo o relatório da UNESCO, dominam 10 mil sociedades – cabe a justiça imposta pelo medo dos vivos; e às Religiões, a Justiça determinada pelo medo da morte.

Ética remete imediatamente a uma conversa em que se privilegia Amartya Sen. Aqui a “Ideia de Justiça assume posição de relevo”. Nesse caso há que fixar um valor “Paz é obra da Justiça”. Há que se perguntar: Qual Justiça?

Há um pressuposto nas ponderações desse autor; a diversidade não é um valor, é realidade que se impõe aos Estados. Em meio à diversidade, o que assume valor é Liberdade. Liberdade, nessa situação assume a categoria de Valor Absoluto.

Existem, porém, doutrinas que informam estruturas de dominação para justificar as tomadas de decisão do uso da liberdade como decisão justa. Portanto, Justiça assume a posição instrumental de orientar a liberdade como objetivo e não apenas como constatação da diversidade.

Sen contrasta 3 valores em disputa por uma Justiça plenamente justa. À primeira dá o nome de “justiça utilitária”; à segunda, “justiça libertária”; e à terceira de “justiça Rauwlsiana”. P.74. Exemplifica com três casos de juízos para combate à pobreza.

Uma pessoa tem um serviço a oferecer. Comparecem três candidatos. Há um valor estipulado para remunerar o serviço – este valor não é objeto de discussão, mas imaginemos que ele seja plenamente justo, o que quer dizer que corresponde inteiramente à remuneração dessa atividade -. Porém os três candidatos vivem situações diferentes e exibem condições diversas.

O primeiro candidato é um pobre acostumado à pobreza. O segundo é um pobre decaído, ou seja, não se sentia pobre, mas, no momento, perdeu as condições que lhe garantiam uma vida

melhor. O terceiro é também pobre, mas, além disso, sofre de doença crônica.

Surge a pergunta: quais decisões são as mais justas? É mais justo combater simplesmente a pobreza sem conhecer as condições que as geram? É mais justo, combater a pobreza, tendo em consideração o sofrimento psíquico de quem se percebe pobre? Ou é mais justo combater a pobreza avaliando a condição de saúde do pobre? O que é menos aceitável? Pobreza resignada, pobreza sofrida ou pobreza que afeta a saúde? Eis alguns desafios para o Estado secular.

Nos três casos, Sen supõe três referências a costumes, algo como a pobreza dos párias, pobreza definida pelo acesso ao mercado e pobreza a partir do imperativo de superação das condições de vida.

Este é um momento para subverter as ponderações de Sen e colocar nova questão.

Wilhelm Reich coloca uma questão intrigante: “Por que os pobres em situação de miséria não roubam?” Esta pergunta cabe plenamente quando se examina o segundo caso. A pobreza causa sofrimento psíquico. O pobre indignado com a pobreza deve ser socorrido imediatamente, ao contrário do pobre que vive a cultura da pobreza e o afetado por doença crônica desde que alcance condições de se livrar dela pelo acesso ao trabalho. Merece fixar que os três casos apresentados se detêm em relação de troca: acesso ao trabalho; remuneração justa; melhor acesso aos bens necessários à subsistência. Note-se também que o autor não coloca em questão o “valor justo” do trabalho ofertado.

A questão colocada pelo prisma de Wilhelm Reich nos remete ao foco do tema desta revista, como obter acesso às condições de oferta do mercado. O que exige considerar a guerra como valor da paz. Si vis pacem, para bellum, como preceituavam os romanos – Se desejás a paz, prepara-te para a guerra. Como o sistema de trocas se embute a fraude e como a fraude se apresenta no saber popular? Esta é a questão que colocamos para uma ampla roda de conversa na edição desta Revista da Comissão Mineira de Folclore.

Regatear é preciso!

Raimundo Nonato de Miranda Chaves

O estudo de Economia é muito atraente, também, pela qualidade das teorias que envolve. Teorias de simplicidade cativante e de lógica cristalina. A teoria da oferta, uma delas, estabelece que a quantidade ofertada de um bem econômico varia diretamente com o seu preço. A teoria da demanda, outra, estabelece que a quantidade demandada de um bem econômico varia indiretamente com seu preço. Assim, as duas funções: quantidade ofertada e quantidade demandada como função do preço, quando representadas no sistema de coordenadas cartesianas, mostram duas curvas. A primeira é crescente, indicando que maior o preço corresponde a maior quantidade ofertada. A segunda é decrescente, indicando que maior o preço corresponde a menor quantidade demandada. As duas curvas se interceptam e determinam o ponto conhecido como preço de equilíbrio. Neste ponto, a quantidade demandada corresponde, exatamente, à quantidade que os agentes econômicos estão dispostos a vender por aquele preço.

As teorias econômicas são válidas sob determinadas condições, conhecidas como pressuposições. Alguém já afirmou que o melhor Economista é aquele que formula teorias com o menor número de pressuposições. “pero que las hay. Las hay!” No caso em discussão, a pressuposição fundamental é o que se denomina mercado perfeito, isto é, os agentes econômicos são tão pulverizados que um deles, por si só, não tem força para alterar o preço do bem econômico.

Assim é a teoria: simples, didática, lógica, eloquente. Mas, a condição: mercado perfeito nem sempre se verifica. Veja o cenário seguinte: meio rural, onde os agentes econômicos são escassos; o bem econômico tem valor significativo para o padrão dos agentes – lote de animais de grande porte, por exemplo –; meios de comunicação rudimentares, toda a transação é presencial. Então, dois agentes econômicos têm que estabelecer o quanto vale o espetáculo; têm que acordar qual o preço que os levam a decidir a transação; regra geral, não contam com ajuda externa, não há concorrência. O agente ofertante argumenta, com certo exagero, baseando-se nas qualidades do bem econômico e o agente demandante, pelo contrário, salienta as qualidades negativas dele. Naturalmente, a argumentação obedece a certo cuidado, afinal, não é de bom tom salientar defeitos na propriedade alheia. Os dois agentes econômicos, melhor dizer os dois contendores são experientes, jogadores de primeira linha, observam e analisam as reações um do outro. Garanto que fariam bonito numa roda de pôquer ou atuando como defensor e promotor num júri popular.

O economista, com seu instrumental, mostra a disputa de forma bastante simples: ainda, com o sistema de coordenadas cartesianas, considere duas curvas, num mesmo gráfico, a curva da oferta à direita e a da demanda à esquerda. A mesma quantidade do bem econômico – o lote de animais é fixo – corresponde a dois preços diferentes: o preço na curva da oferta, alto, propositalmente alto, dir-se-ia com muita gordura – o ofertante, certamente, venderá por preço menor –; o preço na curva da demanda, baixo, propositalmente baixo – o agente demandante pode e vai pagar mais do que aquela primeira oferta –. Do ponto de vista do economista, a quantidade é fixa, mas pode-se deslocar as curvas obtendo, então,

preços diferentes para a mesma quantidade. Se a curva da oferta é deslocada para a esquerda e a curva da demanda para a direita, respetivamente, diminuindo e aumentando o preço para mesma quantidade, é possível atingir o ponto de equilíbrio, o ponto que satisfaz a ambos os agentes. O valor do espetáculo.

Interessante, neste jogo, a que dão o nome de Regateio, é que cada agente econômico procura influenciar o oponente levando-o a deslocar a curva do oponente, enquanto mantém a sua na mesma posição. Cada um puxa a brasa para sua sardinha. Normalmente agem com astúcia, são habilidosos, são pacientes – o negócio pode durar mais de um dia – e obedecem a regras de boa conduta: o ofertante diz o preço de venda. O demandante, jamais dirá o preço inicial do bem. Não se põe preço em propriedade alheia, é a regra.

Os resultados quase sempre são positivos, mas há casos em que um dos contendores leva desvantagem e, às vezes, ambos saem perdendo como se verá a seguir:

Caso 1:

Fazenda Camilinho, propriedade de meu pai, década de quarenta, mês de fevereiro, últimos dias de minhas férias de verão, manhã bonita, ensolarada, dia claro, o ar lavado pela chuva da madrugada, algazarra do bando de galinhas de angola, canários e rolinhas disputam, junto do curral, alguma ração entornada por ali. Sultão, o grande cão fila araquá, ressonando, tranquilamente, à sombra da magnólia. Dois cavaleiros, bem vestidos, cavalgando boas montarias se aproximam, vindos do Sertão. Eu os recebo à frente da casa, os acompanho até a sala e saio para chamar meu pai. Eu o en-

contro verificando algumas fruteiras que mandara plantar, no início das águas, comunico:

– Meu pai! Dois homens, botas, chapéus de abas largas, bem vestidos, duas bestas vistosas: uma baia e uma dourada. Não é gente daqui! Chegaram do lado do Sertão!

Meu pai, João Baiano, com a vista baixa, levou a mão à têmpora, o indicador como se apontasse a memória – era a posição dele quando se concentrava – pergunta:

– Falaram os nomes?

– Comigo não, mas, entre eles, parece-me ter ouvido algo como: Neném!

– Muito boa notícia, são os moços que compraram a fazenda de Pedro Miranda, esboça um sorriso e continua: vamos lá! E sai caminhando rápido.

Na sala acontece o encontro, quase festivo, Neném e o irmão saúdam, alegremente, o velho João Baiano. Eram dois moços, novos na região. O pai deles, proprietário rural na região de Patos de Minas, havia adquirido a Fazenda do Cipó, também chamada de Duas Barras porque abrangia a confluência do Rio Cipó com o Rio Paraúna, e os irmãos se estabeleceram ali e se adaptavam aos costumes da região. Conheciam poucas pessoas, João Baiano dentre elas. João Baiano não correspondia à alegria dos patenses, estranhamente, mantinha o cenho fechado – entendi, mais tarde, que a demonstração de mau humor era fantasia. O jogo havia começado –. Falaram sobre a chuva criadeira que ocorrera na madrugada, falaram sobre a viagem – haviam subido a serra do Espinhaço pela primeira vez –, falaram sobre a dificuldade com a adap-

tação aos novos costumes, tomaram café com quitandas e, finalmente, Neném falou:

– Seu João Baiano, nós fizemos, no ano passado, negócios com o senhor. Agora viemos lhe oferecer um gado bom e barato, são 70 novilhos de dois a três anos, azebuados, muito sangue guzerá, castrados, descornados, coisa de primeira linha. Animais para embarcar, no próximo ano, com 18 arrobas, se mantidos nos seus pastos. É um presente para o senhor!

João Baiano, ainda sisudo – mostrar desinteresse era a estratégia –, respondeu:

– Olha seu Neném, agradeço a sua oferta, mas não estou comprando gado. A seca passada se prologou mais do que o de costume, os pastos não brotaram com vigor, este ano parece ser de poucas chuvas e meus pastos estão cheios, tenho muito gado! – Era importante mostrar poder.

Neném, jovem, pouca prática, se afobou e quis peitar o velho:

– Que é isto seu João?! Nós beiramos o armado de sua Fazenda, a Limeira, e admiramos as pastagens que o senhor tem ali. Nós sabemos que o senhor tem uma grande fazenda em Rodeador, onde 70 animais a mais não farão diferença.

João Baiano, sensível, não gostou e respondeu, até com raiva:

– Seu Neném, eu sei quanto capim e sei, também, quanto gado eu tenho nos meus pastos. Eu sei, também, que as pastagens que o senhor viu, mais as que o senhor não viu, deverão sustentar o gado até as próximas chuvas, que deverão ocorrer no final do ano. Eu não tenho o costume de colocar,

nos meus pastos, mais animais do que eles podem comportar e, depois, ter que vender o gado por falta de condições para alimentá-lo.

O irmão mais jovem, impetuoso, reagiu, levantou-se e falou:

– Neném, vamos embora, deste mato não sai coelho!

João Baiano percebeu que pegara pesado e poderia perder o negócio do gado. Decidiu baixar o tom da conversa:

– Não! Vocês não sairão agora, quando o almoço está quase servido. Vocês não me farão esta desfeita. Façamos ou não negócios, mas o almoço será servido e vocês são meus convidados.

Durante o almoço, João Baiano e seus convidados conversaram amenidades, nada de negócios. Não era de bom tom negociar durante a refeição. João Baiano, no entanto, mais ouvia do que falava, ele estava revisitando os acontecimentos: conheceu os novos fazendeiros, no ano anterior, e fizera bons negócios com eles; sabia que havia ganhado a confiança deles, tanto que voltaram a lhe oferecer mais uma partida de gado. Mas, João Baiano, também, sabia que os patenses, novos na região, não conheciam as pessoas, pelo menos, ao ponto de confiar nos possíveis compradores. E os havia: no Paraúna, o Messias; na Água Santa, os irmãos Albino e Zé Ramos. Portanto, era recomendável se precaver e usar de tratamento mais ameno com os vendedores e impedir que lhe escapasse o negócio, que ele antevia promissor. Tomada a decisão, depois dos doces e do cafezinho, voltaram à sala de estar e João Baiano falou:

– Seu Neném, considerando a gentileza dos senhores em me oferecer o gado, prova que os senhores gostaram de negoci-

ar comigo, eu irei ver o gado de vocês, na 3ª feira. Sugiro que vocês descansem, esperem o sol baixar, para fazerem a viagem de volta mais confortável. Se preferirem durmam aqui e viajem amanhã, me darão prazer.

No dia combinado, chegamos na fazenda do Cipó, no meio da manhã. A chegada de três cavaleiros animou os proprietários. O homem veio para comprar, pensavam eles. Meu pai percebeu e explicou: Ontem, eu trouxe algumas novilhas para meus pastos na Limeira o que justifica a presença do meu vaqueiro, e meu menino, era eu, está passeando.

Aguardamos na varanda do casarão, tomando café, enquanto os vaqueiros separavam o gado. Terminado a apartação um faqueiro comunicou ao Neném:

– Pronto, seu Neném, são 73 garrotes e, 30 novilhas no curral de cima.

O regateio, interrompido em Camilinho, recomeçou. Dentro do curral Neném não dava tempo a João Baiano, entusiasmado, falava sem parar:

– Veja, seu João, este gado não tem cabeceira, não tem fundo, é o lote mais uniforme que se pode formar, mas observe aquele garrote azulengo, veja aquele queimado, pesados, desenvolvidos. Coisa fina! Não é?

João Baiano, entusiasmado, o gado era realmente muito bom. Mas não podia demonstrar e, mantendo-se calmo e quase frio, falou:

– As novilhas não me interessam. Os machos me servem, qual é o preço?

Neném, parece, não queria vender, pelo menos, demonstrava isso. Vaidade? Orgulho? Talvez, afinal ele era o dono daquela linda manada e não queria se afastar dela, pelo menos naquela ocasião. Coisa de causar inveja aos vizinhos. Astúcia? Eh! Pode ser. Mas, a estratégia estava certa: mostrar ao comprador que venderia caro aquela boiada? João Baiano, experiente, percebia que a batalha seria dura e, tentava imaginar, buscando informações sem saber onde encontrá-las, a grande questão era: qual a real necessidade do dinheiro que receberiam pela venda do gado? Sem esta informação ele, interessado na realização do negócio – o gado realmente era muito bom –, estava pisando terreno movediço. Analisando o comportamento dos irmãos, concluiu que a questão financeira falava mais alto. O motivo da venda era a necessidade de dinheiro e João Baiano decidiu apostar nesta observação, ser paciente, mas sem deixar o negócio lhe escapar.

Finalmente, Neném decidiu e abriu o preço do gado. João Baiano refugou:

– Este será o preço destes bois, com mais um ano de pasto! Está totalmente fora da tabela! Não tenho condições de oferecer!

Neném insistiu:

– O senhor tem todo o direito de oferecer, faça-me o favor, estou ouvindo!

Meu pai ofereceu, coisa de 60% do valor pedido pelo Neném. Seguiu-se aquele alarme de um lado e de outro, cada qual negaceando do seu jeito. João Baiano já havia montado sua besta e se dirigido à porteira de entrada da fazenda, e volta-

do para aumentar a sua proposta, uma vez; outra vez, a chamado de Neném para ouvir nova proposta. Neném já mandara soltar o gado duas ou três vezes e dava nova ordem para aguardar. Os preços que, no início, eram na proporção de 10 para 6, agora, no meio da tarde, eram de 9 para 7.

Depois do lanche da tarde, João Baiano jogou sua carta maior, deu o jogo por terminado, agradeceu a hospedagem e partimos, mas teve o cuidado de informar que iríamos pernoitar na Fazenda Olhos d'Água, do amigo Pedro Monteiro, a aproximadamente 12 quilômetros dali. A frustração dos irmãos era visível e a minha também. Eu contava em participar do transporte daquela boiada até os pastos da Limeira. Toquei minha besta, a fiz emparelhar com a de meu pai e perguntei se ele realmente havia desistido. Ele sorriu, bateu na minha perna, e falou:

– Paciência meu filho! Observa o velho!

Na Fazenda Olhos d'Água fomos recebidos com festa. Os proprietários: seu Pedro Monteiro e D. Madalena, grandes amigos de meus pais, tinham vindo de Ribeirão de Areia, próximo de Camilinho, enfrentaram o sertão inóspito e construíram uma bela fazenda. O casarão de dois pavimentos, na parte de baixo localizavam-se quartos de despejos, quartos de arreios e de pequenas máquinas agrícolas e ferramentas. Na parte de cima a residência com bela varanda na frente que projetava sobre o curral. O casarão localizado no alto do terreno possibilitava vista maravilhosa: o Rio Paraúna serpenteando pelo cerrado, mais ao fundo, o imenso afloramento, fronteira oeste do Espinhaço.

Lá pelas oito da noite, terminado o jantar e os saborosos doces, tomávamos o café servido por d. Madalena,

tranquilamente, na grande varanda da frente. De repente, a algazarra dos cães, latidos e rosnados, acusavam a presença de estranhos nas proximidades. Neco, filho mais novo de seu Pedro Monteiro, adiantou-se e da cancela de entrada deu um “cala a boca” na cachorrada e gritou:

– Quem vem lá?

– É Neném, da Fazenda do Cipó!

– Pode entrar, os cães estão contidos!

Enquanto isto Pedro Monteiro e João Baiano dialogaram:

– Baiano, o homem vem fechar o negócio!

– Tomara!

Meu pai falou, sorriu e olhou para mim. Eu entendi: Paciência!!!

Tão logo seu Neném aproximou, João Baiano cuidou de fazer as apresentações de praxe. D. Madalena ofereceu jantar que foi recusado. Cafezinho foi servido e a conversa continuou. Retomaram a discussão sobre o preço da boiada, cujo valor que havia paralisado na proporção de 9 para 7, ainda no Cipó, agora, depois de argumentação de ambas as partes estava em 8,5 para 7,5. Seu Neném, parecia, pouco aflito, mas ainda tinha uma carta:

– Seu João Baiano, a boiada é minha e de meu irmão. Eu não posso decidir sem ouvi-lo, portanto, voltarei até minha casa para consulta-lo.

Dizendo isto, levantou-se e despedia-se de seu Pedro Monteiro, quando meu pai o interrompeu:

– Seu Neném, um instante, por favor! Observe que os cães continuaram rosnando, incomodados, desde que o senhor entrou. Eles estão nos dizendo que seu irmão está lá na porteira de entrada, lá está frio. Por que o senhor não o chama e lhe oferece um café quentinho e nós continuamos a conversa?

Seu Neném, pilhado na mentira, pouco sem graça, mas acabou rindo como os outros e chamou pelo irmão, que, ao chegar foi apresentado aos donos da fazenda, tomou o café e participou da conversa. Pedro Monteiro, com muita delicadeza, decidiu intervir na negociação e propôs:

– João Baiano é meu amigo de longos anos, vocês dois são, agora, meus vizinhos e, com certeza, serão bons amigos. Tenho muito prazer em recebe-los na minha casa. Vocês precisam vender a boiada, o Baiano pode e interessa em comprar, então, com a permissão de vocês, quero propor que partam a diferença e fechem o negócio. E mais, eu tenho algumas garrafas de um excelente vinho, fabricado em Congonhas do Norte. Neco! Traga, por favor, uma garrafa e alguns copos para brindarmos.

Foi o empurrão final. As partes concordaram, afinal estavam buscando esta solução.

Esse foi um regateio que terminou bem para ambas as partes.

Caso 2:

Mário, no início, era Mário Arroz por causa de sua roça na margem do rio da Fábrica. Observador, notou cascalho promissor no barranco do rio, comprou uma moto bomba, lavou o cascalho e encheu a burra. Diamantes a mão cheia. Tornou-se, então Mário

Milhão. Já bastante rico Mario deu de comprar carros. Cada filho rodava de cá pra lá e de lá pra cá na sua D20. Mário vivia entre sua casa e a lavra no Rio da Fábrica, nesta época já possuía outras motos-bomba, mas seu pensamento, sua obsessão era a viúva que residia na mesma rua. A tal viúva nem era lá estas coisas, mas ainda dava uma meia sola, opinião geral; para Mário era uma deusa que colocava a Gabriela de Jorge Amado no chinelo.

Um dia de trabalho árduo, lavando cascalho, Mario foi recompensado: bonita pedra brilhou quando o carumbé foi virado. Feliz, decidiu comemorar no barzinho, no final da rua. Neste dia seu anjo de guarda estava acordado, ele pensou, pois acabara de ouvir que a viúva precisava vender duas vacas para cobrir dívidas do filho perdulário. Mario, percebeu, imediatamente, a oportunidade de prestar favor à viúva e ela, então, devia se mostrar agradecida. Era a oportunidade esperada há tempos. Dia seguinte, Mario cortou o cabelo, barbeou-se, vestiu a roupa domingueira: camisa de mangas compridas, abotoada nos punhos e no colarinho, calça de gabardine; ligou a rural e passou no posto de gasolina para abastecer o carro. Ali, o frentista fez piada:

— Gente rica é outra coisa! Não é seu Mario? Falou o frentista e continuou, com jeito debochado: O senhor está muito chique! Vai telefonar para São Paulo ou vai fazer exame de fezes?

Mario nem ouviu, só pensava na viúva e no dia agradável que teria pela frente. Assim ele esperava.

A viagem correu tranquila, irritante pelo grande número de portei-ras, mas Mario não queria companhia que poderia ajudá-lo na estrada, mas, com certeza, atrapalharia os seus propósitos. Atravessou o rio Paraúna, no vau do carro, quase atropelou bezerros de Guilherme Miranda, deitados na areia da praia. A rural com freios molhados não obedecia ao comando do pedal. Então, passadas essas pequenas peripécias, apresentou-se, com pompa e

circunstância, no sítio da viúva. Ali, depois de rápida conversa, passaram ao curral onde as vacas já estavam presas e iniciaram a comercialização. A viúva, esperta, salientava as qualidades da vaca: nova, sadia, grande, mansa, bem formada de corpo, sem peito perdido, boa de leite, bezerro grande mamando, outro na barriga. Enquanto isso, ela andava em torno da vaca, às vezes, de costas para Mario que se encantava com as curvas de suas ancas. Quando via a viúva de frente, Mario, extasiado, concentrava a visão no amplo colo da senhora; parecia aquele cachorro pidão, com a cabeça inclinada, os olhos fixos na mão do dono que segura um pedaço de churrasco. A viúva, hábil negociadora, já havia decidido vender duas vacas ao preço de mil cruzeiros cada uma, era o valor de mercado. Planejou pedir mil e quinhentos e descontar algum, quando solicitada. Executando o planejado ela falou:

– Seu Mário eu lhe vendo por três mil cruzeiros, à vista. Pensando em duas vacas.

Seu Mário, concentrado no negócio da viúva e pouco se lixando para negócios de vaca não respondeu, imediatamente. A viúva, esperta, aproveitou a oportunidade e blefou:

– Três mil cada uma!

Mario acordou do devaneio, raciocinou rápido e decidiu apostar todas as fichas: Três mil pela vaca e mais dois mil pelos possíveis favores, estava de bom tamanho. Assim pensando falou:

– A senhora não entende de negócios de vacas! Estas vacas, para mim, valem cinco mil cruzeiros cada uma, é o que eu pago por elas. E esperou a reação pensando que seria convidado para um cafezinho com pão de queijo, depois um papo agradável e enfim

...

Aconteceu nada disto, a viúva liquidou a conversa prometendo, para o dia seguinte, a entrega das duas vacas e pedia desculpas

porque tinha outras coisas para fazer. O anjo de guarda de Mario não ajudou muito.

Mario Milhão continuava sua saga seguindo o veio de cascalho e destruindo a várzea, onde, em outros tempos, cultivara arroz. Então, o veio de cascalho curva para a direita e entra nos terrenos do vizinho. Aí a sorte traiçoeira mudou de lado, o vizinho enriqueceu, comprou fazendas. Mario vendeu uma caminhonete para financiar a procura de outro veio e a coisa despencou: uma caminhonete, a busca por um veio de cascalho e assim a coisa se repetindo e Mario Milhão, agora, é Mario Tostão. Voltou para onde começou, sem a várzea de arroz e sem os favores da viúva.

Caso 3:

Cemitério do Peixe é uma localidade na margem esquerda do Rio Paraúna, município de Conceição do Mato Dentro, na divisa com o município de Gouveia. Ali celebra-se o jubileu de São Miguel e Almas, durante a terceira semana de agosto, desde o ano de 1915. A localidade sobre a Serra do Espinhaço, a meio caminho entre o Sertão e a Mata, é o ponto de encontro dos povos do Espinhaço, do Sertão e da Mata, enquanto celebram o jubileu. Todos ou, quase todos, devotos, rezam e rezam, mas, entre uma oração e outra preenchem o tempo com atividades paralelas. O comércio é uma delas. A região onde se localizam as povoações: Córregos, Tapera e Sapo é tradicional criatório de muares e dali vêm tropeiros e muladeiros. Os primeiros trazem café, os segundos trazem muares (burros e mulas) e tornam-se os principais comerciantes do Cemitério do Peixe. Sabe-se que a região citada ainda é parte do Espinhaço, mas era costume dizer que os tropeiros e muladeiros eram da Mata, da mesma forma que a famosa cachaça de Congonhas do Norte era considerada mateira, em oposição à sertaneja, de pior qualidade. Tempos de moeda estável. Não há, até hoje, agências bancárias no local. Os tropeiros e muladeiros cuidavam de financiar as transações comerciais. As compras eram

feitas para pagamentos, no ano seguinte, ali, na margem do Rio Paraúna.

Quem posicionar neste cenário? Quem levar para o Cemitério do Peixe?

Eu, coisa de criança, mantenho na memória uma espécie de mapa do entorno do Cemitério do Peixe – nasci e passei a infância nas proximidades –. Os velhos, anciãos, mas fisicamente fortes, líderes, respeitados e admirados. Estes homens eram como esteios sobre os quais se apoiava toda a comunidade. Eles falavam e eram ouvidos. Eles chegavam e eram cumprimentados. Os filhos, genros, sobrinhos e netos eram meros coadjuvantes. Tão Vieira era um deles. O filho de Tão Vieira era José e, por isso, era Zé de Tão; o filho de José é José Maria e, por isso, é Zé Maria de Zé de Tão. Levindo, da Fazenda Capitão Felizardo, era outro. O filho de Levindo é Vininho, portanto Vininho de Levindo; o filho de Vininho é João, portanto João de Vininho de Levindo. Como estes dois, os demais esteios: Canequinho, do Vassalo; Niquinho, do Camilinho; Dumbá, do Barreiro; Sica, do Tigre; Juca Rodrigues, do Braz; Luiz Brandão, aliás Luiz da Serra porque morava próximo à Serra Talhada. Este era o famoso caçador de onça.

Eh! Surgiu uma pintada por ali que arrasava a criação de equinos de seu Luiz da Serra. Cada semana era uma potranca a menos. Homem decidido, pela primeira vez na vida, havia sido desrespeitado, conduziu uma besta carregada com estacas, arame, pregos e ferramentas, subiu e desceu ladeira até uma bocaina de serra e, ali, construiu uma arataca.

Depois deste dia, nos 62 dias seguintes, com chuva, com sol; com frio ou com calor, seu Luiz da Serra, impreterivelmente, depois do café da manhã, percorria quase uma légua, com a esperança de encontrar a fera pintada. Mas, lá estava, apenas, o cabritinho preto, a isca. Determinado, ele continuava. Na manhã do 63º dia a

recompensa. Lá estava a bicha. Feroz, dentes amarelos à mostra, avançava, mordida e arranhava a madeira. Rosnava, avançava e recuava miando. Assustava até com a própria sombra. Vitória de seu Luiz da Serra. Este era o quilate daqueles patriarcas: pacientes, determinados, líderes.

Genaro, também, sempre presente ao jubileu, tipo esperto, audacioso, irreverente que fazia estripulias na margem esquerda do Rio Paraúna, desde Capitão Felizardo até o Rio Cipó. Quase sempre, vadeava o rio e perambulava na região da Mandaçaia. Sua atividade principal era roubar, principalmente, cavalos e bestas que vendia nas proximidades de Santana do Pirapama, antiga Traíras. Certa vez, estando em Cemitério do Peixe, foi preso, fotografado e, como um troféu, apresentado ao público pela gloriosa força policial. Às pessoas próximas, ele dizia: me levarão para Conceição do Mato Dentro, mas eu preciso plantar minha roça, portanto, eu voltarei antes do mês de outubro. As pessoas admiravam aquela bazófia, também, consideravam que Genaro roubava de gente que tinha patrimônio – eles não tinham coragem de fazê-lo – se sentiam vingados e o admiravam por isso. São muitas as histórias de Genaro, para alguns, reles ladrão de cavalos; para outros, um herói, pela audácia, pela irreverência, pelo destemor.

Todas estas pessoas, naquele ano de Nosso Senhor Jesus Cristo, celebravam o jubileu do Arcanjo Gabriel e das Almas. Seu Tão Vieira, depois da missa das 10 horas, desceu até a margem do Rio Paraúna, ali, se encontrou com o muladeiro, como esperava, cumprimentou-o e falou:

– Eu preciso de quatro bestas arriadas com cangalha, par de bruacas, couro para cobrir a carga. Quero as bestas aparelhadas duas a duas, isto é, mesma cor, mesmo tamanho, formando duas parelhas.

O muladeiro, delicadamente, mas orgulhoso respondeu:

– É um prazer poder servi-lo seu Tão. Tenho quase 100 animais presos às estacas ou reunidos no cercado improvisado aí na frente. O senhor pode escolher à vontade.

Seu Tão Vieira completou a informação:

– Eu não quero comprar as bestas hoje. Nós ainda estamos em agosto, tenho que fazer roçado novo e cuidar das plantações. Só em fevereiro próximo, depois da segunda capina do milho, depois do plantio de feijão da seca, que porei minha tropa na estrada. Para isso precisarei de mais quatro animais para completar o lote. Portanto, no início de fevereiro eu mandarei meu filho Salustiano buscar as mulas. Eu lhe mandarei um bilhete, pelo meu filho, e tem mais: só posso lhe pagar no mês de agosto, por ocasião da celebração do jubileu do ano seguinte.

Seu Tão, enquanto falava, observava aquela beleza de tropa, nunca, vira antes, tantos animais reunidos. Ele viu, também, Genaro, muito rapidamente. Genaro, curvado, examinava o casco de uma besta tordilha e foi visto quando se ergueu. Visão rápida. Logo, Tão Vieira concentrou-se no negócio, a tempo de ouvir o muladeiro:

– Muito bem, seu Tão, o dia, a hora e os animais, quem decide é o senhor! Estarei esperando.

O encontro seguinte de Tão Vieira com o Muladeiro só aconteceu durante o jubileu do ano seguinte. Mesmo local e quase a mesma hora, Tão Vieira e Salustiano desceram até o rio, puxando um burro, com dois latões para buscar água. Passaram à frente da barraca do muladeiro e foram chamados por ele:

– Aí seu Tão Vieira, como está o senhor? O que o senhor me diz das quatro bestas que lhe mandei?

E Tão Vieira assustado:

– Que bestas? Não mandei buscar bestas nenhuma! Eu desisti do negócio!

O muladeiro com o bilhete na mão. Nele estava escrito: “Peço o favor de entregar a meu filho Salustiano, quatro bestas arriadas com cangalha e couro. As bestas devem ser aparelhadas conforme combinamos lá em Cemitério do Peixe. Pagamento, em agosto. Assinado: Sebastião (Tão) Vieira. “

Seu Tão leu o bilhete, assustado, branco como cera, olhar parado, observava a tropa amarrada nas estacas, de repente, viu a besta tordilha e viu a cabeça de Genaro. Agora, vermelho como um peru, quase sofrendo ataque apoplético gritou:

– Filho da p...

Todos acorreram, que foi seu Tão? E ele apenas disse:

– Genaro!

Algum tempo depois, mais calmo, serviram-lhe água com açúcar e muita conversa, seu Tão explicou que Genaro estava próximo deles quando conversaram sobre buscar as bestas no mês de fevereiro. Certamente, ele foi e trouxe as bestas. Tenho que provar isto! Eu tenho amigos que moram na região do Rio Cipó, eu sei que eles estão aqui no Peixe. Vou, agora mesmo, procura-los para me informar.

No final, Tão Vieira, com informação e apoio dos amigos do Cipó, levou, também, empregado do muladeiro – que conhecia os animais –, foram até Santana do Pirapama, recuperaram as bestas, prenderam Genaro que, pouco tempo depois estava solto e pronto para outra.

A metafísica do absurdo

Luís Santiago

Ao longo das constantes leituras tenho percebido que, para além da pura retórica, a mentira inverossímil (o absurdo) possui aspectos estéticos, filosóficos e até religiosos, ainda que esses aspectos metafóricos, ou metafísicos, muitas vezes escapem à percepção do próprio mentiroso. Vamos por partes. Começo com um mentiroso famoso daqui de Pedra Azul, desses que contam as mentiras mais “cabeludas”, fazendo da mentira uma arte que encanta o círculo de amigos mais próximos, inclusive com alguns “causos” antológicos na anedótica da nossa comunidade. O nome dele era Belisário Botelho; pedrazulense de nascimento, porém “corredor de trecho”, tendo morado em distintas localidades de Minas e de São Paulo. Não o conheci pessoalmente, mas sei que faleceu há cerca de dez anos. Guardo na memória duas anedotas de Belisário, que ouvi de outras pessoas e que repasso aos leitores da *REVISTA DA COMISSÃO MINERA DE FOLCLORE*, nas minhas próprias palavras:

1) Belisário estava em casa numa tarde quente e ouviu a vitrola tocando sem que ninguém a tivesse ligado. O mais estranho é que reproduzia o conhecido refrão “Amélia que era mulher de verdade”, mas logo em seguida, a cantora entoava na mesma melodia “Verdade que era mulher de Amélia”. Levantou e foi ver. A janela da sala de visitas estava aberta, deixando entrar um ventinho agradável. Uma roseira que ficava no jardim, do lado de fora da janela, balançava ao sabor da brisa e se curvava sobre a vitrola que ficava também perto da janela, mas do lado de dentro. O ramo da roseira se do-

brava sobre a vitrola e um espinho corria então pelo sulco do disco que tinha sido deixado sobre o prato (um vinil de 78 rotações, pois os LP's, long plays, se já existiam, eram ainda raridade). Quando o ramo se dobrava para dentro da sala o disco tocava "Amélia que era mulher de verdade" e quando voltava para fora do cômodo, a voz cantava de trás pra frente, "Verdade que era mulher de Amélia".

2) Belisário era caçador na região da Mata, onde fica boa parte das fazendas da família Botelho (algumas glebas foram incluídas na reserva da Mata Escura, que está em fase de demarcação). São alguns milhares de hectares de Mata Atlântica, em distintos estágios de preservação, entre as cidades de Pedra Azul, Almenara e Jequitinhonha, ou, mais exatamente, entre os distritos de Pedra Grande, Sacode e Estiva (os dois primeiros integrantes do município almenarense e o terceiro, no território de Jequitinhonha). Na época em que o caso se passa, caçar ainda era permitido pela lei e havia numerosos caçadores. Até os anos 70, havia tanto antas quanto onças pintadas na região, e as bichanas, por vezes, atacavam os rebanhos. Os pratos prediletos eram cabras e carneiros, mas poldos (poldros, potros) e bezerros eram também muito apreciados. Uma delas estava em ação naqueles dias. Belisário armou um ceveiro (isca de pesca ou caça, talvez uma ovelha viva) e ficou no alto de uma árvore frondosa, esperando pela pintada. Duas onças apareceram, mas o caçador, em vez de atirar, ficou observando o comportamento incomum dos dois felinos. Quando iam embora, ele se espantou, pois uma seguia na frente, e a outra ia logo atrás, mordendo a ponta da cauda da onça da frente. Pé ante pé, com a habilidade própria do caçador experimentado, Belisário chegou bem perto da onça que vinha atrás, passou a mão na frente dos olhos da bichana e constatou o que já percebera:

a onça de trás era cega e a da frente era sua guia. Tinha um facão muitíssimo afiado e cortou a cauda da onça da frente, que correu apavorada. O caçador, contudo, segurou a ponta do rabo com cuidado para que a onça cega não percebesse e a levou até a sede da fazenda, puxando-a pela cauda que decepara.

Essas narrativas são dois excelentes exemplos do que podemos chamar de absurdo sertanejo, uma tradição certamente secular, que lança raízes através dos milênios. Cada cultura possui seus próprios absurdos, cujo nome técnico, na retórica, é *adynata*, palavra grega que significa “coisas impossíveis”. Ernst Curtius esclarece que os *adynata* existem desde sempre nas mais distintas conotações. Podem ser percebidos, por exemplo, na profecia inolvidável de Isaías (sec. VIII aC): “Então o lobo morará com o carneiro e o leopardo se deitará com o cabrito. O bezerro, o leãozinho e o gordo novilho andarão juntos e um menino pequeno os guiará. A vaca e o urso pastarão juntos, juntas se deitarão suas crias. O leão se alimentará da forragem como o boi. A criança de peito poderá brincar junto à cova da áspide e a criança pequena colocará [sem perigo] a mão na cova da víbora” (*Isaias* 11, 6-8). A quarta égloga de Virgílio celebra o nascimento de uma criança e o início de uma nova era, descrita também por meio dos *adynata*, que fizeram com que muitos cristãos dos primeiros tempos acreditassem que o poeta latino previra a vinda do Cristo (nasceu trinta anos depois da redação do poema) e o tempo de paz do cristianismo (que, a bem da verdade, ainda não veio); dois versos dessa égloga são suficientes para ilustrar o que afirmamos: “cabras levarão ubres intumescidos até as casas, leão imenso não será mais pelo rebanho temido” (*Bucólicas* IV, 21-22).

Na Idade média, ainda conforme Curtius, esses *adynata* deram origem à tópica do “mundo às avessas”. O sentido agora era bem outro, não de “milénarismo”, mas de decadência da sociedade e mesmo de fim dos tempos, ainda que a tópica do absurdo fosse utilizada também com outras finalidades, para ridicularizar um poeta rival, por exemplo. O poeta provençal Arnault Daniel inseriu pelo menos cinco séries de *adynata* em seu cancionero, e utiliza esses *impossibilia* (coisas impossíveis, em latim) até para se jactar: “Amor me ensinou as artes de sua escola: sei tanto que posso deter a torrente, e o meu boi corre mais que a lebre”. Na pena desse primeiro trovador, continua Curtius, o *adynaton* se torna um *ornatus difficilis*, um achado poético, ou trova, no sentido original da palavra. Os animais estavam quase sempre presentes nessas séries de impossibilidades; num poema de Chrétien de Troyes temos “o cão foge da lebre, o peixe caça o castor, o cordeiro persegue o lobo”. Outros *adynata* muito utilizados na poesia medieval: “o burro que toca alaúde, o boi que dança, a lebre intrépida, o leão tímido” etcétera. Ao longo da Renascença, Curtius encontra esses *impossibilia* numa pintura de Brueghel sobre “Provérbios holandeses”, no *Pantagruel* de Rabelais e num poema de Théophile de Viau, falecido já em 1626, com uma longa série de *adynata*, no qual os surrealistas reconheceram semelhanças estéticas. Ainda nos seiscentos, o espanhol Góngora, píncaro do barroco poético, cria um certo efeito de absurdo, por meio do uso maciço de símbolos, metáforas, paradoxos e jogos de palavra.

Muitos outros exemplos poderiam ser citados. Lembremos, entre tantos outros, Cyrano de Bergerac e sua viagem à Lua em um balão (também no século XVII), Sebastien Louis Mercier dorme em 1768, mas acorda no ano 2440, enquanto

o Pedro II fictício da paródia “Páginas da história do Brasil no ano 2000” também visita um futuro impossível (ou quase); esse texto foi escrito no vale do Jequitinhonha (em Diamantina, para o jornal *O JEQUITINHONHA*), entre os anos de 1868 e 1873, pelo doutor Joaquim Felício dos Santos, e permanece inédito até hoje em volume (salvo trechos). A verve absurda de Felício dos Santos também pode ser percebida no romance *Acaíaca* (a árvore que emprestou seu nome ao folhetim foi atingida por um raio, pegou fogo e o seu carvão se transformou em diamantes, entre outros absurdos); nas “Páginas”, contudo, essas impossibilidades aparecem a cada instante. No autor diamantinense, assim também na ficção de Mercier, o absurdo tem um papel de crítica política. Lembremos também as *Viagens de Gulliver*, do irlandês Jonathan Swift, repletas de absurdos, que nunca são gratuitos, mas disfarçam críticas ferinas à sociedade. Outro manipulador do absurdo foi Lewis Carroll, que era capaz, inclusive, de matematizar o impossível, nas conhecidas aventuras da personagem Alice, nas menos conhecidas dos irmãos Sylvie e Bruno e também no quase desconhecido livro da matemática enlouquecida, *A tangled tale* [“Uma lenda emaranhada”, livro de 1885, mas não me consta que tenha tradução para o português].

Com o movimento surrealista, a partir dos anos 1920, o absurdo se torna uma verdadeira instituição no plano da estética. Para não me estender em exemplos, menciono apenas Salvador Dali nas artes plásticas, Boris Vian na literatura e Jean Cocteau no cinema. O surrealismo, por sua vez, influenciou o movimento beatnik e ambos influenciaram a estética psicodélica, que pode ser considerada um “surrealismo abarrocado”, ou, melhor dizendo, um “barroco surrealista”. O Teatro do Absurdo, a partir dos anos 1950, tampouco pode

ser esquecido, nem há como deixar de mencionar o realismo fantástico latino-americano, com destaque para o colombiano García Márquez; também significativa, nesse sentido, a ficção científica inglesa de JG Ballard e de Tanith Lee. Os desenhos animados corriqueiros do Gato Félix, do Pateta, do Pica-Pau e do Papa Léguas trouxeram esse absurdo para o nosso dia a dia; da mesma forma que os quadrinhos do Pequeno Nemo na terra do cochilo (Little Nemo in Slumberland) e da dupla Mortadelo e Salaminho (Mortadelo y Filemón).

O absurdo tem, portanto, grande aceitação, não apenas no anedotário de Pedra Azul, mas em todas, ou quase todas, as tradições ao longo dos séculos e milênios. Boa parte do prazer que desfrutamos ante as possibilidades do absurdo (possibilidades do impossível, se permitem o paradoxo), deve-se à capacidade que as formulações absurdas têm de imobilizar a mente. Nossa mente se mete em tudo e não dá sossego. Estamos sempre emitindo conceitos, julgando de forma apresada, fazendo prognósticos ora pessimistas ora otimistas, por isso, todas as religiões insistem na necessidade de silenciar essa mente incessantemente pensante.

Jesus, o Cristo, insiste na inutilidade de se pensar no amanhã, que denota falta de fé, e usa metáforas, que não chegam a ser absurdas, mas são inusitadas, ao dizer que os pássaros não plantam e que os lírios não tecem, mas se vestem de forma ainda mais esplêndida do que Salomão em toda sua glória. As imagens que o nazareno utilizava, nos deixam, por vezes, aturdidos, mesmo quando não são propriamente absurdas, na comparação, por exemplo, que faz entre o Filho do Homem (o próprio Jesus), que não tem onde recostar a cabeça, e a raposa, com seus filhotes, que possui o abrigo da toca; ou ao eleger um burrico para montaria no domingo de Ramos. Jesus era por vezes inverossímil, na parábola, por

exemplo, dos diaristas, que recebem todos um denário, tanto aqueles que trabalharam o dia todo, quanto os que só trabalharam durante uma hora, para ilustrar o paradoxo de que os últimos serão os primeiros, ou seja, para serem maiores no reino dos Céus, os apóstolos deveriam se exceder em serviço. Os milagres também subvertem a ordem natural das coisas (são *impossibilia* por definição, possíveis apenas devido à intervenção divina) e muitas vezes, no caso da dupla multiplicação de pães e de peixes, por exemplo, nem sequer tiveram precedentes. Um absurdo clássico de Jesus é o do camelo passar pelo buraco de uma agulha (uma sovela que seja). Ilustra a quase impossibilidade do rico entrar no Céu (na verdade uma quase impossibilidade, porque “para Deus tudo é possível”, inclusive fazer um camelo passar pelo olho da agulha). Além de imobilizar o raciocínio, esse *adynaton* mostra que o reino dos Céus segue regras totalmente distintas deste nosso triste mundo. O camelo que passa pelo buraco da agulha é um verdadeiro koan (explicação e exemplos já no próximo parágrafo). Tragicômico e sintomático da decadência do cristianismo é que tantos teólogos tentem encontrar as explicações mais variadas para o camelo que passa pelo buraco da agulha, indicando antes que seguem Mamom, já que quase sempre tentam, com explicações esdrúxulas, legitimar o enriquecimento (ou o desejo de enriquecer), que certamente não é ilícito, mas é pouco cristão, ou, para ser exato, contrário ao ensinamento de Jesus, que ensina a realidade (aliás, bastante pragmática) de que “não se pode servir a dois senhores”.

O budismo chinês, japonês e coreano (da escola Chan, também chamada Zen ou Soan) institucionalizou o absurdo como ferramenta para a imobilização da mente, uma espécie de judô mental. Por volta do ano 800 da nossa era, um monge

chinês chamado Nanchuan (em japonês, Nansen) assistia a dois grupos de monges, da ala leste e da ala oeste do mosteiro, brigarem acerca da posse de um gato. Pegou, então, um facão, segurou o gato e anunciou que ia cortar o bichano ao meio se ninguém falasse alguma coisa que fizesse sentido. Os monges ficaram estatelados, não souberam o que dizer e o pobre gato foi partido ao meio. Um dos discípulos mais exaltados do mestre Nansen, chamado Zhaozhou (Joshu, em japonês), estava viajando nessa ocasião e assim que regressou ficou sabendo da morte do gato. Tirou, então, as sandálias dos pés e as colocou sobre a cabeça. O monge Nansen disse então que se Joshu estivesse presente durante o episódio teria salvo a vida do gato. A escola zen-budista de meditação também emprega os koans, perguntas sem resposta, para imobilizar a mente tagarela; três exemplos: 1) Se tudo se reduz a unidade, a que se reduz a unidade? 2) Um cão possui a natureza do Buda? 3) A pessoa imagina que está toda amarrada e dependurada de uma árvore muito alta, pendendo apenas por uma corda, que ela segura com os dentes; o que fazer para sair dessa situação?

Os mestres sufis e os derviches andarilhos do mundo islâmico também possuem casos semelhantes, uma espécie de “loucura sagrada”, em parte influenciada pelo próprio budismo, mas voltemos, ainda um instante, ao zen e também ao muito querido vale do rio Jequitinhonha. Tenho um amigo de longa data que é monge zen-budista desde o fim dos anos 1970, Aníbal Freire. Nasceu em Salinas (até 1912, Pedra Azul, com o nome de Fortaleza, era distrito de Salinas) e hoje, aposentado pela COPASA (companhia estadual de águas e saneamento), reside na capital mineira. Temos inclusive alguns parentes em comum, filhos e netos do saudoso casal Antônio Carlos e Nicinha. Além de monge, Aníbal é poeta, com alguns

livros publicados, sem contar os poemas avulsos e outros tipos de texto. Poeta e filho de poeta, pois seu pai Darcy Freire (falecido em 1979) publicou, em vida, três livros de versos, o primeiro intitulado *Coivaras, Conselhos e canções* (1960) e, mais tarde, *Picumã*. Ao editar, contudo, um livro com os trabalhos do pai, Aníbal pegou alguns poemas do terceiro livro, mas recheou o volume, sobretudo, com os causos absurdos que tinham sido estampados, entre 1951 e 1953, na coluna “Verve sertaneja” do jornal *CIDADE DE SALINAS*. *Verve sertaneja* é também o título desse livro póstumo, que veio a lume em 1998, ilustrado com lindas aquarelas de Inimá de Paula. No prefácio, que tem o título de “Picumã da saudade” Aníbal chama a atenção do leitor para as similaridades inequívocas dessas narrativas absurdas do sertão, recontadas com maestria por seu pai, com as tradições do zen que professa.

Esses absurdos salineiros não são propriamente um fruto da imaginação de Darcy Freire, mas o poeta ouviu de um fiscal da Prefeitura chamado Zé do Tranco, que certamente ouviu dos roçarianos com os quais tinha constante contato. A narrativa parece ser a de um camponês que conversa com Zé do Tranco, repetidamente designado pelo nome de seu Izé. Recontemos, ainda aqui com nossas palavras, um desses absurdos sertanejos, também estória de caçador, ou mais bem, de um vaqueiro (ou pequeno pecuarista), que caçava nas horas vagas. Um marruás (boi erado) tinha ganhado a chapada e o narrador entrou no carrascal procurando por ele. A certa altura encontrou um veado, que não quis fugir, certamente porque nenhum cachorro viera com o vaqueiro. Amarrou o cavalo num pé de murici e pegou a espingarda que trazia na cabeça da sela, das de carregar pelo cano. Trouxera pólvora, trouxera a bucha e a vareta, mas faltava o “carrego” (chumbo e miudalha de metal). Pegou então, três sementes

de murici e usou no lugar da carga. Deixemos que fale o narrador: “Dei uns passos à frente e apertei o dedo. Foi um tirão, seu Izé, e o bichinho azulou na capoeira”. Passaram-se vários meses e o vaqueiro-caçador já se esquecerera do caso, até que, num belo domingo, seus dois meninos apareceram com as roupas em frangalhos e espavoridos. Andando pelo mato, eles tinham encontrado um pé de murici carregado de frutos e subiram nele para saborear o petisco silvestre. O arbusto começou então a correr e entrou no cipoal, que fez com que os meninos caíssem da árvore corredora. O narrador logo associou sua caçada ao pé de murici, pois o tiro fora certo, a semente cresceu no dorso do pobre animal e se transformou no arbusto carregado no qual os meninos subiram. Os garotos concordaram e um deles até disse: “Pois é o tal, pai. É ele mesmo, porque correr igual àquele bicho só mesmo veado ou avião...”

Num sábado, no início dos anos 1990, eu precisava ir para Bocaiuva, para participar de um dos Encontros da FECAJE, entidade que organiza o FESTIVALE, Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha. Devido aos compromissos, não pude sair de manhã cedo e perdi o horário dos ônibus; fui, porém, para a beira da pista e consegui caronas consecutivas que me levaram até o destino almejado, mais rápido que os ônibus de linha, que tinha inicialmente a intenção de pegar. Mais rápido, menos custoso e também mais divertido. Entre o Cariri (nome popular do distrito de Tancredo Neves, no município de Cachoeira de Pajeú) e a metrópole sertaneja que é Montes Claros, peguei uma carona providencial com um comerciante (ou um corretor) do setor alimentício, que vinha de Vitória da Conquista. A estrada (BR-251) ainda não estava de todo pavimentada, com muita poeira no trecho entre Curral de Dentro e Taiobeiras (que depois foi excluído

da rodovia) e, mais adiante, num trecho menos poeirento, mas sempre cheio de buracos, antes de chegar ao Brejo (nome, ainda em uso, da cidade de Francisco Sá, antigo Brejo das Almas). Não me lembro do nome desse bom cidadão, que tanto me adiantou a vida, a quem agradeço pela carona e também pelas duas estórias muito engraçadas que contou no trajeto e guardei na memória, uma de caçador e outra de agricultor.

Mais rica em detalhes, relato aqui a segunda dessas narrativas: O caso é contado como sendo verídico e teve lugar na área rural de Lontra, cidade vizinha a Montes Claros, desmembrada de São João da Ponte. Era um ano muito seco, mas um lavrador daqueles áridos sertões insistia em arar sua gleba na certeza de que a chuva não tardaria. Com o Sol a pino, nenhum fiapo de nuvem salpicava o azul do céu e o chão estava duro como pedra. O boi, um só, que puxava o arado já estava cansado, não aguentava mais e se deitava a todo momento, mas, além de teimoso, o lavrador era inclemente e fustigava o pobre bovino com um porrete para que se levantasse e continuasse a trabalhar. A determinada altura, o boi não se conteve e perguntou ao agricultor malvado: “Por que você está arando essa terra? Não vai chover mesmo”. O camponês entrou em parafuso, largou o boi arreado com os apetrechos do arado, montou às pressas na sua mulinha e caçou o rumo de casa. No caminho, apeou para desamarrar um colchete (espécie de cancela feita com varas e arame farpado). Vinha resmungando em voz alta: “O boi falou. E falou que não vai chover. Mas, o que é isso? Boi não fala”. Nesse momento, a mula olhou para ele e disse: “É, boi falar eu também nunca vi”.

Trata-se de um absurdo típico do sertão e obviamente obedece a uma estética toda própria. Será, porém, que contém

elementos que podemos chamar de metafísicos, ou pelo menos de metafóricos? Penso que sim, pois todas as anedotas, por mais bestas que sejam, possuem uma “moral”, ainda que seja uma moral imoral, uma falta de moral. Possuem, portanto, uma lógica própria e todo um conjunto de valores. O racismo, a xenofobia (lusofobia, em particular), a homofobia, a misoginia, a crueldade, os preconceitos de casta e o espírito de partido estão presentes em boa parte das anedotas que ouvimos (e ocasionalmente recontamos) no dia a dia. A piada absurda, por vezes, consegue escapar de toda essa massa de opiniões estabelecidas e visões preconceituosas do mundo, ao subverter a própria mente, que, em última instância, é quem elabora todos esses juízos equivocados tão característicos, ainda hoje, da humanidade, a despeito de todo sofrimento que já causaram e continuam causando. Ao subverter a realidade e imobilizar o raciocínio, o absurdo mostra a falta de sentido do senso comum e das próprias leis humanas (incluindo as leis da física euclidiana). Obviamente, nem todas as manifestações do absurdo alcançam essa metafísica, que “des-explica” o mundo e permite vislumbres das realidades espirituais. No caso, contudo, dos koans e das atitudes inesperadas dos mestres espirituais (inclusive Jesus), esse absurdo permite que os discípulos alcancem a iluminação (ainda que por um momento fugaz). O absurdo tem, portanto, uma dimensão metafísica e até uma mística peculiar, que é não dogmática por definição.

O absurdo sertanejo obviamente não atinge tais alturas, ainda que provoque um sentimento de perplexidade nos ouvintes, que não está distante da experiência religiosa. Encerro o texto com Belisário Botelho. Esse texto foi escrito em distintas etapas. Estava quase pronto quando mostrei ao amigo Ciro Botelho, com quem eu gostaria de ter conversado mais

longamente sobre Belisário, de quem era irmão. No meio da rua encontrei com Ciro e perguntei se tinha lido o texto se estava certo. Disse que era mais ou menos aquilo mesmo, mas que a fazenda da família ficava às margens da Rio-Bahia, entre Pedra Azul e Medina. Na oportunidade, Ciro esclareceu um outro caso de Belisário Botelho, que alguém com quem conversei não soube contar direto, e era mais ou menos assim:

3) Belisário estava na roça, quando viu passarinhos de distintas espécies em um mesmo galho de árvores. Sem que fosse visto ou ouvido pelas aves, aproximou-se e com seu facão superafiado cortou o galho e sem que os pássaros percebessem, tamanho o cuidado com que segurou o ramo cortado, levou todos para dentro de casa.

REFERÊNCIAS PRINCIPAIS

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Trad. brasileira da ed de 1998 de *La Bible de Jérusalem*, da École Biblique de Jérusalem; nova ed revista e ampliada [2002], 5. imp, São Paulo: Paulus, 2008.

CARROLL, Lewis [Charles Lutwidge Dodgson]. *The complete illustrated works of Lewis Carroll*. Londres: Chancellor, 1987.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e Idade média latina*. Trad. Teodoro Brandão, Rio de Janeiro: INL - Inst Nac do Livro / Min da Educ e Cult, 1957.

FELÍCIO DOS SANTOS, Joaquim. "As páginas do ano de 2000". Ed de Alexandre Herculano de trechos das "Páginas da história do Brasil escrita no ano 2000". in *REVISTA DO LIVRO - Órgão do Instituto Nacional do Livro*. Rio de Janeiro: INL / Min

da Educ e Cult, a. 2, n. 6, jun 1957, p. 103-160 [tive oportunidade de comparar as “Páginas” com *O ano 2440*, de Mercier, em *Tempos de Diamantina* (2016)]

____. *Acayaca - 1729*. Ed. com notas e estudos de Valéria Seabra de Miranda e Oscar Vieira da Silva; Belo Horizonte: Traquitana; Puc-Minas, 2004.

FREIRE, Darcy. *Verve sertaneja*. Capa e ilustrações de Inimá de Paula; Belo Horizonte: Aníbal de Oliveira Freira (editor), 1998 [o causo recontado “Esta é de caçada” na p. 71].

____. “Esta é de caçador”. Trecho do causo “Esta é de caçada”, in *SEMPRE-VIVA - Boletim Poético*. Milho Verde (município do Serro): Instituto Milho Verde, “Edição especial Pedra Azul, Salinas e região”, fev 2014, p. 6.

SANTIAGO, Luís. *Quarenta e duas peças poéticas*. Pedra Azul: ed do autor, 2014 [“Quarta écloga de Virgílio”, p. 154-169].

CORAGEM E ORGULHO ABORÍGENE NA MEMÓRIA MINEIRA

PEDRO ANTÔNIO RAMOS, “PEDRO CAIAPÓ”: exemplo de resistência e devoção

Maria José de Souza – Tita (Poços de Caldas)



**Maria José de Souza – Tita, Sra. Luzia Ramos e
a filha Nilcinei Ramos (Foto Tita)**

A Cultura é resultado dos atos humanos, coletivizados, na construção da História. Atos estes reproduzidos no cotidiano que com o decorrer do tempo são repassados para as gerações mais novas, de forma escrita ou não, mas guardados na memória do grupo por gerações e gerações que sobrevivem uma após outra, e que vão se cristalizando para a continuidade ou se desfazendo quando deixa de ter significado para o grupo.

A cultura mineira ainda se mantém enriquecida de significados e símbolos de ameríndios e negros construídos no decorrer da sua história que não se esgotou, nestes três séculos e, mescladas com a cultura trazida pelo invasor, se dinamiza com ressignificados que se acrescentam no cotidiano do re-

fazer da mineiridade que envolve a alma e os saberes mineiros nesse Brasil pleno de diferentes fazeres.

Os índios caiapós, no século XVIII, em Minas Gerais, deixaram uma História de coragem e luta contra o português invasor. Coragem esta somada aos destemidos quilombolas, Quilombo do Ambrósio, ofereceu resistência à colonização por quase dois séculos.

A memória dessa resistência sobreviveu na lembrança dos mineiros das regiões do Triângulo Mineiro, do Paracatu e da Serra da Canastra e outras e, por essa razão transformada em cultura. Repassada para as regiões mais novas ela foi mantida e celebrada através de expressivos fazeres artísticos, apresentados nas festas populares de regiões diversificadas e no Sul de Minas – Poços de Caldas, através da Dança dos Caiapós, na Festa de São Benedito, realizada de 3 a 13 de Maio, representa o orgulho de um povo que ofereceu resistência à invasão portuguesa.

Em Poços de Caldas os grupos culturais (Congo, Moçambique) são registrados pela primeira vez na festa realizada em 13 de maio de 1904, mas a presença da Dança dos Caiapós só foi registrada em 1907, embora Doutor Mário Mourão afirme o contrário em sua obra: “Poços de Caldas: síntese histórica e social”, publicada em 1950. Portanto, não se sabe se na primeira Festa, em 1902, existiu apresentação, pois dela não se tem registro.

O objetivo aqui é falar sobre Pedro Antônio Ramos que foi Tuxaua ou Morubichaba do Terno de Caiapós por quarenta anos – o Pedro Caiapó, que nasceu em 28 de dezembro de 1931 e faleceu em Poços de Caldas no dia 15 de dezembro de 2013.

Pedro era filho de João Antônio Ramos e de Maria Rita de Jesus, não conheceu a mãe que faleceu quando ainda era bebê e, do pai, guarda poucas lembranças porque também faleceu cedo, assim, foi criado pelas irmãs, único homem entre seis mulheres.



Para falar sobre Pedro se deve pensar, junto, com Murilo Carvalho, escritor que ainda se fazia em 1977, quando fomos até a casa do dançador para uma entrevista que foi publicada na obra “Artistas e festas populares”¹. Assim, citando o autor se pode acompanhar através da narrativa literária:

O velho bairro Serrote, em Poços de Caldas, Minas Gerais, é uma alegria só, na tarde clara de domingo. As casas, minúsculas. Penduram-se pelos morros, entre bananeiras e eucaliptos. Algumas ruas começam a ser abertas pelo trator da Prefeitura, mas a maioria das casas espalha-se pelas encostas pedregosas, circundadas por trilhos estreitos que cada morador foi fazendo em suas horas de folga.

¹. CARVALHO, Murilo et al. Artistas e festas populares. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1977, p. 43.

Num campo de futebol que acompanha o forte declive de um morro, solteiros e casados disputam uma partida feroz, no meio de uma nuvem de poeira. A gritaria dos jogadores e o rebuliço da torcida misturam ao bater compassado das caixas e tambores dos caiapós, que ensaiam e fazem suas roupas bem perto do campo, no pátio da casa de Pedro Antônio Ramos, o chefe.

A dança dos caiapós é uma manifestação de cultura popular específica do sul de Minas Gerais e norte de São Paulo, que permanece viva em poucos municípios. O caiapó de Poços de Caldas, dos mais antigos, está reduzido ao pequeno grupo de 29 dançarinos que ensaiam e trabalham na casa de Pedro Ramos.

‘A dança do caiapó é a dança da liberdade, que comemora a alforria dos pretos’. Pedro, os cabelos ruivos espalhados debaixo do chapéu de palha, dirige os trabalhos do grupo de rapazes que fazem suas fantasias para a apresentação do grupo, na Festa de São Benedito, dia 13 de maio .

[...] José Roberto, um garoto moreno de 17 anos, segurando uma lata de cola de farinha de trigo, ajuda Geraldo a preparar uma camisa de caiapó. Geraldo apanha a cola e a espalha sobre uma camisa velha, estendida num caixote. Depois retira penas de pato de um saco de estopa e vai colando sobre o tecido. “Esse é o colete de pena que os caiapós usam. Depois veste a sainha de capim e põe o capacete de pena e está pronta a fantasia” CARVALHO. 1977. P. 43 - 44).

Da data referida até a sua despedida, Pedro manteve o mesmo relacionamento com o grupo e, ainda, se complementa a fala de Murilo, que a *panha* do capim *membeca* era realizada como que num complemento ritual realizada, respeitosa-

te, no campo com todos os companheiros. Os coletes de penas ainda usados, são confeccionados em casa e, para isso recolhem penas nos abatedores para realizar tal fim. O que agora, com a vistoria da vigilância sanitária está muito difícil.

A entrevista para esta biografia foi realizada com a senhora Luzia Francisca Ferreira, sua esposa e com a filha Nilcinei,



Pedro Antônio - Caipó

Pedro foi criado na roça, não frequentou escola e só sabia assinar o nome e lia um pouquinho. Foi para o trabalho muito cedo, na lavoura de fazenda em fazenda. Na zona rural trabalhou 40 anos.

Pedro nasceu num lugarejo chamado “Fumaça”, depois Palmeiral, no Município de Botelhos. O casamento foi aos 32 anos, no dia 11 de maio de 1973, na cidade de Divinolândia, Município de São Paulo. Luzia, também analfabeta, teve a idade aumentada para se casar, de 19 anos, primeiro registro feito em Palmeiral no ano de 1940, passou para 23, no segundo registro de nascimento feito em Divinolândia. Eles se conheceram nos encontros de orações da Irmandade Mariana, para consagração de Maria Imaculada da Conceição, em que

ambos participavam. Na época ele trabalhava na Fazenda das Três Barras, daquele Município.

Luzia não sabia que ele dançava caiapó, mas ele já dançava desde menino, “antes mesmo de me dar por gente”, como dizia. A surpresa veio quando no segundo dia do casamento, pois, o mesmo se efetuara no dia 11 de maio, sexta-feira. No dia 13 de Maio, domingo, ele lhe apareceu com a roupa de caiapó nas mãos e vieram para Poços de Caldas, onde ele se compunha com o grupo. Segundo Luzia, da mesma forma que ela não sabia que ele dançava, ela só percebeu que ele tinha os olhos verdes três meses depois.

‘Eu danço caiapó desde molequinho, desde os 8 anos. Comecei. Era bugrinha, tive uma influência de gostar da dança. Naquele tempo – faz 36 anos, agora estou com 44 – o chefe dos caiapó era o Toninho da Pamonha, um velho que tinha aí na cidade, que vendia pamonha e milho verde numa cesta. Ele chefiou o caiapó muitos anos. Depois os caiapó foi crescendo e ficou gente demais no bloco, aí, ele dividiu em dois e o outro foi ser chefiado pelo Quirino. Nesse tempo eu fiquei com o Toninho. Aí eu fui subindo, primeiro fui espadeiro, depois flecheiro, sempre dançando, todo ano. Ma logo depois o Toninho morreu e o Quirino me chamou pra dançar com ele e eu já fui de contra-mestre. Aí o Quirino já tava velho, gostador de umas pingas, acabou tendo que parar e eu fiquei de chefe e tou até hoje’ (CARVALHO, *ibid.*, p. 46).

Mas, segundo Luzia, sua esposa, ele teria também dançado congo, quando menino, isto antes de tornar-se bugrinha².

². Bugrinha: menino vestido de mulher representando as jovens meninas que eram raptadas pelos invasores. Meninos porque mulher não dançava no meio de homens. Atualmente elas já são representadas por meninas, inclusive começaram pelas próprias filhas de Pedro.

Casados, eles permaneceram três meses em Divinolândia, da Fazenda Três Barras mudaram para o sítio do José Borges, nos campos. Estes sítios eram perto um do outro no mesmo município. Depois, peregrinaram por Campestrinho, na Fazenda São Bento; Botelhos – em Palmeiral, na Fazenda Boa Vista e em Poços de Caldas nas fazendas: do Osório, Lambari e percorrendo a zona rural para o trabalho na roça, lavoura, ou na *panha* do café.

Os filhos e esposa iam juntos para colaborar no ganho da família, mas todos os filhos acabaram por completar o curso primário.

Ainda, com o seu primeiro biógrafo: “Pedro, o braço engessado, ajuda todo mundo, andando pra cá e pra lá, em torno da casa de zinco. Onde mora com a mulher e seus cinco filhos” (Ibid., p. 44).

Do casamento os filhos: Eduardo, Maria Lúcia, Nilcinei, Nivaldo, Itamara, Aldo, Hélio Donizete (falecido em 26 de fevereiro de 2012), apenas um dos filhos permanece solteiro. Todos os filhos e genros, trabalhadores, mantêm as famílias com dignidade social.

Quando Pedro e a família vieram para Poços, já se encontrava morando na cidade a sua irmã Manuela, que era lavadeira nos hotéis, mas, a família não soube dizer a quanto tempo ela se encontrava na cidade ou se foi ela que o levou primeiro para a congada com 7 anos de idade.

No começo dos anos oitenta, em Poços de Caldas, Pedro trabalhou como ajudante de pedreiro na construção do Conjunto Habitacional “Dr. Pedro Afonso Junqueira”, que foi concluído em 1983. Depois de terminada a obra, ele passou a trabalhar nessa profissão e parou de peregrinar em busca de trabalho, fixando residência em Poços de Caldas. Morando ou se mudando por bairros diferentes, em casas alugadas, até que se fixou definitivamente no Bairro São José (Serrote),

em residência própria construída de tábuas, latas e folhas de Flandres (zinco). Na atual residência ele morou 40 anos, comprou o terreno e construiu o barraco. O seu maior sonho era construir uma nova casa de alvenaria. Sonho que não conseguiu realizar.

Pedro dançou caiapó e veio a tornar-se chefe quando substituiu Benedito Quirino e conseguiu, com muita dificuldade, manter o grupo de nome Faixa Dourada até que sua vida encontrou fim. Velho, cansado e com vida muito difícil, conseguiu, junto com Dona Luzia, encaminhar os filhos na formação de novas famílias que com dignidade encaminham, também, seus filhos com uma situação econômica e social um pouco melhor.

As filhas, mais que os filhos, elas não dançam, mas conseguem manter o Terno Faixa Dourada presente na Festa de São Benedito. Todos, Dona Luzia, filhos, filhas, genros e noras, netos, vizinhos e amigos mantêm o carinho, respeito e orgulho à sua lembrança e ao seu legado para a cultura de Poços de Caldas – a Dança dos Caipós, guerreiros destemidos que na História deixaram a marca da coragem e da resistência contra os portugueses que destruíam as suas matas, escavavam o seu solo, poluíam as suas águas, esvaziavam seus campos de caça e estupravam as suas mulheres.

Pedro Antônio Ramos faleceu, com a consciência de que fez a coisa certa, pois a comunidade de Poços de Caldas, primeiro com a prática de trabalho do Centro de Cultura Afro Brasileira Chico Rei, depois com a colaboração de políticas públicas, ele foi reconhecido ainda em vida como produtor de cultura, sujeito de uma História que precisa ser reconhecida, valorizada para se tornar conhecida e vir a colaborar na formação de uma juventude que vem se fazendo através da promoção da cultura de massa irradiada por uma mídia preocupada na disseminação do ter e da tecnicidade.

A Dança dos Caiapós deixa exemplos de coragem e luta para conseguir objetivos humanos dignos, mostra solidariedade e companheirismo, respeito e vontade de viver com devoção e alegria – dança como ação de mobilidade no mundo.

Aqui se reconhece e valoriza aquele que viveu na simplicidade das dificuldades de cotidiano social violentamente opressivo, seletivo, elitista e conservador, mas que deixou uma riqueza simbólica capaz de incentivar vontades e desejos futuros para aqueles capazes de visualizar um novo mundo.

Referência bibliográfica:

CARVALHO, Murilo et al. “A dança dos Caiapós”: **Artistas e festas populares**. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1977, p. p. 43 – 49.



Pedro Antônio - Caiapó



Hélio Donizete Remos (falecido) filho de Pedro Antônio Ramos (Foto Tita)



**Pedro Antônio Ramos –
Pedro Caiapó (Foto Tita)**



**Bugrinhas – Pedro Caiapó com as bugrinhas
(Foto Tita)**

Lotes na Lua e especulação imobiliária

José Moreira de Souza

Alguns casinhos

Foi um encanto. O mundo todo contemplou o episódio de a Apolo XI chegar à lua, fazer a primeira alunissagem, no dia 20 de julho de 1969.

Aqui na terra, imaginativos e competentes empresários shumpeterianos visualizaram um promissor nicho de mercado. Lucrar com o inédito mercado, o mercado da Lua para os lunáticos consumidores de imóveis.

Em Belo Horizonte, nos arredores do Mercado Novo – local construído pela prefeitura municipal em substituição ao abrigo dos bondes na área central – corretores inteligentes exibiram para incautos produtores rurais plantas de lotes com excelente localização e certeza de reserva de valor na... Lua.

Atentos para mais esse expediente de imaginação criativa, o setor de Regularização Fundiária do PLAMBEL – autarquia estadual responsável pelo planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte -, elaborou uma manual de orientação ao consumidor do mercado imobiliário cujo título alertava: **Não compre lote na Lua.**

O alerta chegava tarde, mas fixava um momento importante. A Lei Federal 6766 de 1979 normalizava os critérios de

parcelamento de glebas indivisas e orientava os Estados quanto às ações do mercado imobiliário.

Peço ao leitor que digite no campo de busca do Google <Lotes na Lua>. Imediatamente comparecerão 500.000 resultados. Transcrevo o primeiro deles:

Notícia de 16 de junho de 2013: “Na Califórnia, homem fatura R\$ 22 milhões vendendo terrenos na Lua”.

Esta é do ano de 2005: “Uma empresa dos EUA, aproveitando a euforia provocada pelas viagens espaciais chinesas, começou a vender terrenos da Lua na China, informou hoje a imprensa oficial. A empresa Lunar Embassy, fundada nos EUA em 1980 pelo empresário Dennis Hope, apresentou publicamente ontem sua oferta, que é bastante econômica: um acre na Lua por US\$ 37”.

Esta festa de vender propriedades no “mercado do futuro” já se ampliou para anúncio de galáxias:

“Compre galáxias e terrenos na Lua

Investimentos arrojados, exóticos ou simples brincadeira? Você pode investir um pouco do seu suado dinheirinho na compra de uma galáxia! Um investimento de grande porte, que dependendo da aquisição, pode garantir várias estrelas, planetas, e até, quem sabe uma civilização inteira!

Para um investimento desta monta basta acessar o endereço <http://www.galaxiesrus.com/> e escolher a galáxia que mais lhe agrada. Se a ambição não for tão grande, o investimento pode ser feito em um terreno na Lua (aqui

<http://www.planetaryinvestments.com/>). Para uma compra de Marte ou Vênus basta entrar em contato com a empresa MoonStates (<http://www.moonstates.com/index2.asp>). Opções não faltam! Invista no futuro!”

[Fonte: <http://www.humornaciencia.com.br/fisica/terrenos-na-lua.htm>]

O manual elaborado pelo Plambel, após a Lei 6766, tinha um objetivo menor. As fraudes constantes que iludiam pobres consumidores do mercado imobiliário Metropolitano e a ausência absoluta de empresários imobiliários de escrúpulo de lucrar com a propriedade, esse valor maior da casa própria e de posse de terra como reserva de valor.

Sem qualquer esforço, nota-se o “efeito Pampulha” e as estratégias de marketing imobiliário nas vendas de lotes após os anos 40 do século passado. Inicia-se pelo nome dos loteamentos: “Jardim Atlântico”, “Cidade Jardim Copacabana”; “Cidade Jardim Leblon”; “Cidade Jardim Paquetá”. Na década seguinte, a abertura da rodovia “Fernão Dias” multiplicou loteamentos no município de Betim com nomes de “Cidade Jardim das Alterosas”, “Cidade Jardim Petrópolis”, “Cidade Jardim Teresópolis”.

Dois sonhos embalariam os lunáticos consumidores de terrenos urbanos: ter um lote no modelo de “cidades jardim”, e pensar residir próximo a montanhas, praias fluminenses e cariocas. Nesses momentos de delírio, corretores percorreram todo o território de Minas Gerais para convencer os pequenos poupadores a adquirirem lotes em Belo Horizonte, onde quer que fosse essa “Belo Horizonte”. Isto explica o favelamento em amplas áreas da região de Venda Nova, vendidas como “lotes na Pampulha”, ou em Betim vendidas como lotes em Belo Horizonte.

Não bastasse essa estratégia de marketing bem bolada – oferta de lotes situados a tantos minutos da Praça Sete -, alguns cor-

retos se estabeleceram por conta própria para venderem lotes localizados no espelho d'água da Lagoa da Pampulha.

Fica a pergunta: pode-se chamar isto de “conto do vigário”? Se a resposta for afirmativa, os estudiosos de Folclore têm um acervo de contos que vão muito além dos que ficaram na memória popular em torno de Pedro Malasartes.

Contos do Vigário são inerentes à troca desigual, aos expedientes do mercado e às cobranças de “moralidade” nas oportunidades da troca.

Caminheemos para o segundo caso.

Estratégias de Marketing.

No ano de 1994, fui designado como coordenador de Pesquisa e Pós-graduação do que seria o Centro Universitário Newton Paiva. Apesar do nome pomposo, a coordenação se resumia em oferecer cursos de pós-graduação “lato sensu”. O mercado universitário estava nesse momento aquecido e tudo se transformava em cursos de “pós-graduação”. Em dado momento, algumas universidades deliraram e inventaram que o nome “MBA” era mais atraente para encher de sonhos os aspirantes a especialização no ramo dos cursos de Gestão e Administração. O Mercado exigia mais do que o puro diploma de graduação e as áreas de concentração se desdobravam em centenas de novas especializações.

Apesar de toda a seriedade que a, então, Newton Paiva como empresa familiar queria conferir aos cursos, ela não poderia fugir aos objetivos de “sustentabilidade” do negócio. O olho principal deveria ter foco na “concorrência”.

Para brinde aos consumidores de marketing, o reitor convidou um eminente professor de Marketing reconhecido nacionalmente para apresentar sua obra e discorrer sobre “Ética em

Marketing”. Entre os inúmeros P – Preço, praça, ponto, etc. o palestrante enumerou algo como dez P do Decálogo Marketeiro – o ilustre autor ressaltou: “A consciência do profissional de Marketing não pode se orientar por uma ética de freirinhas”!!! Se bem entendi, o marketeiro deve desenvolver leitura adequada do Código de Defesa do Consumidor e interpretá-lo sempre em favor de convencer o comprador da importância do produto.

Porém, o que mais me encantou nesses anos foram duas coisas.

A primeira monografia apresentada como exigência para conclusão de curso – a pós-graduação nessa época reservava 120 horas para orientação, seminários de pesquisa e apresentação pública, além das 360 exigidas pelas disposições normativas do MEC – abordava um tema da maior relevância: “Como anunciar um produto sem poder falar dele”.

O autor trabalhava numa grande empresa multinacional de produtos alimentícios, com ampla área destinada à alimentação infantil e com imenso interesse na substituição do aleitamento materno. Acontece que, se até os anos 1980, era fácil convencer os médicos pediatras a receitarem substitutos ao aleitamento materno por produtos industrializados, isto se tornou praticamente inviável em obediência a acordos internacionais preceituados pela UNICEF.

Antes desses preceitos, o mercado expunha livremente, em farmácias, drogarias, supermercados e armazéns, leite em pó, e alimentos para recém nascidos. Novos preceitos determinavam que nenhum desses complementos alimentares poderia ser exposto como pressão para os consumidores. Caberia ao médico, e apenas a ele, recomendar o consumo após exame do caso de cada mãe.

Qual passou a ser a estratégia de Marketing da empresa estudada no caso? Financiar pesquisas médicas e exposição dessas

pesquisas em grandes congressos de Medicina. Desse modo, os produtos alternativos ao aleitamento materno, impedidos de serem expostos para resguardar os bebês em idade pós-neonatal - de 28 dias de nascidos até seis meses -, poderiam comparecer ao mercado com toda consciência do saber médico.

Fica a pergunta: Qual é a ética que orienta as pesquisas científicas? Certamente, não é das “freirinhas”, nem mesmo a dos economistas clássicos para os quais “Cada produto gera a sua própria demanda!”

O segundo caso me ocorreu, quando fui obrigado a coordenar o programa CEA – Cursos de Especialização em Administração – da Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais. A Fundação João Pinheiro se tornou órgão de treinamento de executivos, nos anos de 1970, tendo em vista a “Nova Industrialização Mineira”. Para justificar, o programa desenvolveu cursos com embalagens atraentes para os sonhadores executivos de empresas. Os cursos inicialmente foram ministrados em parceria com a Columbia University – made in Usa, conseqüentemente. Quando recebi a incumbência de coordenar o CEA, essa marca exibia apenas as glórias do passado. Havia grande concorrência no mercado de cursos de especialização e apenas o “nome” da Fundação João Pinheiro ainda mantinha confiança dos clientes, embora os mesmos professores pudessem ser encontrados em qualquer outro local. A realidade era, portanto, bem outra. Encontrávamos no início de um novo século e celebrando a realidade de um “novo milênio”. Rede mundial de computadores se impunha aos antigos fantasmas. Nova realidade.

Eis que sou procurado por um aluno interessado em desenvolver seu projeto sobre “e-commerce”. Entendi que o objeto de estudo do aluno seria pioneiro naquele momento. A promessa de uma “rede mundial” ainda ensaiava. Faziam-se elogios a empresas que podiam remeter dados de um ponto qualquer da terra para serem processados em pontos tão distantes sem necessidade de deslocamento material; elogiava-se a possibilida-

de de se adquirir produtos da Holanda, por exemplo, com auxílio da internet a preços mais baratos do que se o consumidor se deslocasse até a “Savassi”, nome novo dado ao Bairro Funcionários em Belo Horizonte. Apesar disso, estudos apresentados em mesas de encontro anuais da ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisas em Ciências Sociais – davam conta de que a comunicação entre internautas por e-mail, no momento se restringiam às relações de quase vizinhança, ou seja, se realizavam em um raio de algumas dezenas de quilômetros.

Sugeri, portanto, que o inovador “Bill Gates” estudasse em primeiro lugar como referencial interpretativo o grande desafio entre a “confiança e a palavra dada”. O salto entre a confiança fundamentada nas relações pessoais e na concretude da mercadoria, de um lado, e a confiança nos “sistemas peritos”, para os quais o consumidor deve confiar na promessa sem conhecer a “caixa preta”.

O jovem empreendedor desistiu, imediatamente, da conversa. Para ele, a promessa – o fantasma – não necessitava de qualquer questionamento; a “caixa preta” já lhe oferecia todas as garantias. A ênfase dos cursos de Administração – Gestão dispensava qualquer questionamento diante da realidade do Planejamento Estratégico. O objetivo era desenvolver vendas de produtos do ramo de atividade tal por internet e não analisar as crenças que orientavam o consumidor. O objetivo era desenvolver instrumentos, programas, softwares para venda de produtos e não garantir que o consumidor esteja ciente da confiança que pode depositar na oferta virtual.

Perdi meu tempo ao pensar que um vendedor pode ir além da obrigação de vender e que num curso de pós-graduação em Marketing um pouco da consciência das “freirinhas” poderia orientar a antecipação da consciência do consumidor. Cenários? Nem pensar, as pesquisas do Comportamento do Consumidor somente são úteis para determinar o que deve ser corrigido para alcançar os objetivos estratégicos. O caso de uma pesquisa de

mercado que revelou que determinado povo vivia descalço – Pesquisa Operacional como querem os consumidores de Marketing – e que gerou duas conclusões, fica na consciência dos estudantes apenas como “folclore”. O primeiro executivo se exaltou: temos o maior mercado para nossa indústria. O segundo concluiu: não vale a pena investir nesse país, ali ninguém usa sapatos.

O Reino dos Vigaristas

José Moreira de Souza

No ano de 1999, a editora Record publicou em português uma obra lançada simultaneamente na França e no Brasil. O título é tradução literal do original francês: *Imposturas intelectuais*.

O que motivou a obra foi um artigo publicado na revista *Social Text* conceituadíssima como referência para os estudos culturais, tendo em vista a seriedade com que as contribuições são selecionadas. *Social Text* seria a irmã gêmea da *Nature* para as assim chamadas Ciências Sociais. O artigo vindo a público em 1996 recebeu o título de “Transgredindo as fronteiras: Em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica.”

Imposturas intelectuais resultou como explicitação da denúncia de que “as ciências sociais abusam insistentemente do emprego de terminologias das ciências naturais”.

O fato merece dois destaques: de um lado, a necessária discussão dos possíveis equívocos de termos teóricos bem sucedidos, e tradicionalmente firmados na elaboração dos sistemas das assim chamadas ciências exatas serem transpostos para as assim chamadas “ciências sociais.”

À época uma professora me recomendou a leitura da obra declarando que ela desbancava as pretensões dos “filósofos pós-modernos”, como se declara no subtítulo das *Imposturas Intelectuais*. Ao resenhá-la no Boletim Informativo da Coordenadoria de Pós-graduação, eu lembrei o clássico “dilema do mentiroso”. “Quem mente, e diz que mente, mente ou diz a verdade?”

Com isso quis dizer que o expediente utilizado pelos autores do artigo publicado em *Social Text* padecia dessa ambiguidade. Assumia no primeiro momento as vestes da sedução dos viga-

ristas, dos laranjas, dos quinta colunas, dos X9, de tudo que se faz passar por alguma coisa.

Este pequeno relato tem como objetivo preparar o leitor para uma conversa sobre o que é chamado popularmente “conto do vigário” e que mereceu uma belíssima tese de doutoramento defendida na UNICAMP em 2004 e publicada no ano de 2010 pela editora Leya.

No prefácio, faz-se um rápido percurso sobre fraudes narradas em lendas desde o “Cavalo de Tróia”, passando por “Isaú e Jacó”, até as fraudes dos cientistas, e as armadilhas preparadas para os internautas.

Aqui destaco três fraudes emblemáticas. A que se deu elaborada por Rebeca para conferir o direito de primogenitura a Jacó; a que ficou conhecida pelos latinistas como “sic vos, non vobis”; e a que narra o mito de nossa mortalidade segundo a lenda de comer equivocadamente o fruto da “árvore da vida”.

Sobre a primeira, valho-me do padre Antônio Vieira que num sermão que pode receber o título de “Sermão da Confissão da Fraude”, conhecido como “Sermão da Terceira Domingo da Quaresma” pregado na Capela Real no ano de 1655.

Vieira analisa a fraude de Rebeca:

Sete enganos fingiu Rebeca para tirar a casa a cuja era. Fingiu o nome de Jacob, porque disse que era Esaú. Fingiu-lhe a idade, porque disse que era o primogênito. Fingiu-lhes os vestidos porque disse que eram os do irmão. Fingiu-lhe as mãos, porque, a pele e o pelo eram das luvas. Fingiu-lhe o guisado porque era do rebanho e não do mato. Fingiu a diligência porque Jacob não tinha ido à caça. E para que nem a Suma Verdade ficasse fora do fingimento, fingiu que fora vontade de

Deus, sendo duas vontades de Rebeca: uma, com que queria a Jacob; e outra, com que desqueria a Esaú. E com nome fingido, com idade fingida, com vestidos fingidos, com mãos fingidas, com obras e serviços fingidos, e até com Deus fingido, se tirou o direito, a justiça, a fazenda, a honra, a sucessão, a quem a tinha dado o nascimento uma vez, e o merecimento, muitas.

Parece-vos grande sem razão esta? Tendes muita razão.

Na *Seleta Latina* Oswaldo Pinheiro dos Reis narra o seguinte fato:

Desprezava Virgílio a glória a tal ponto de permitir que subscrevessem versos seus. Certa feita, porém, resolveu dar uma lição a certo Batilo, poeta néscio e presunçoso. Escreveu um dístico em honra de Augusto e afixou-o anônimo a uma porta. Assim rezava:

“Nocte pluit tota, redeunt spectacula mane:

Divisum imperium cum Jove Caesar habet.”

Muito tempo procurou Augusto em vão o autor do dístico. Como ninguém se apresentasse, resolveu Batilo assumir-lhe a paternidade, o que lhe valeu muitas honras.

Não podendo o vate mantuano tão deslavada atitude suportar, acrescentou na sequência dos versos, por quatro vezes, as seguintes palavras:

“Sic vos, non vobis...”

Intrigado, Augusto procurou quem podia completá-los. Baldaram-se os esforços de vários poetas. Entra finalmente Virgílio em cena e acrescenta:

“Hos ego versículos feci, tulit alter honores.

Sic vos, non vobis nidificatis, aves;

Sic vos, non vobis vellera fertis, oves ;

Sic vos, non vobis mellificatis, apes ;

Sic vos, non vobis fertis aratra, boves ».

Disto tirou Virgílio muita glória; Batilo, desonra imensa.

Há mais, na obra *O Folclore no Antigo Testamento*, Frazer nos brinda com o mito da mortalidade como um “conto do vigário”. A imortal serpente, com ciúmes da criação divina do Homem Imortal, assume o lugar de mensageira de Deus e seduz Eva a saborear o fruto proibido da Ciência do Bem e do Mal. Frazer afirma que a serpente recebeu de Deus a incumbência de mensageira – vicária -. A mensagem era; “Não comas da árvore da morte; coma sempre da árvore da vida”. A astuta, a imortal serpente inverteu a mensagem e o homem tornou-se mortal. Porém, Deus Justo, condenou a serpente a se arrastar pela terra. Após o exame da lenda que celebra o mito da expulsão do Jardim do Éden, Frazer passa em revista lendas semelhantes contadas por diferentes povos. [FRAZER, J. G. *El folklore en el Antiguo Testamento*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992]

Vale fixar mais uma vez: a serpente faz as vezes de... A serpente apresenta uma mensagem invertida. Frazer examina o mito da imortalidade da serpente e remete às lendas regionais mais antigas do que o *Gênesis*. “No relato épico de Gilgamesh, um

dos monumentos literários mais antigos da raça semítica e bastante mais antigo que o Gênesis, se encontra narrada de que a serpente enganou o homem e lhe roubou a imortalidade ao apoderar-se da planta que lhe dava vida e que os altos poderes haviam sido destinados para proveito de nossa espécie.” [p.30]

É, porém, no estudo das lendas que narram o mito da diferenciação das línguas que Frazer nos oferece sendas para decifrar as representações e conseqüentemente o poder de ilusão, incompreensão e o uso das representações em favor de interesses de um grupo contra outro. Nesse mito encontramos o desafio a um Deus de todos, para a multiplicidade de deuses. Trata-se da “Torre de Babel”.

Frazer introduz o assunto: “Um dos problemas mais fascinantes e também dos mais difíceis de resolver entre os que coloca indagação sobre a história das origens da humanidade é o da origem da linguagem.” [p. 188] Sinteticamente o problema que se coloca é: No início dos tempos, todos se entendiam, até que, resolveram alcançar o lugar de Deus. Deus, então os confundiu de tal maneira que, nessa aventura, ninguém mais se entendia. “Um homem, por exemplo, que havia pedido argamassa, viu que lhe traziam tijolos, por isso se ardeu de raiva e, com os mesmos tijolos rachou a cabeça de seu companheiro.” [p. 190]

Curiosamente, Frazer não tira consequência disto para chamar atenção para a diversidade de representações, para fundar a fenomenologia e distinguir o que foi constante preocupação de Edmund Husserl: intenção signitativa, intenção significativa e intenção intuitiva, ou o que ocupou a filosofia medieval dos nominalistas com o nome de “supositio” – o que não é outra coisa que as várias funções que o mesmo termo pode ocupar nos discursos.

Seja como for, a questão da linguagem se coloca no centro das representações e conseqüentemente no seu emprego dentro de uma comunidade e nas relações com outras comunidades

linguísticas, o que não é tudo mas se torna referência principal para a compreensão do que “faz as vezes de algo”, o vicariato.

Estamos no cerne da Babel de um tema pouco caro aos estudiosos de Folclore, em momento em que este tema assume a maior relevância para todos os cientistas sociais. Dele se ocupou em primeiro lugar a História, desde Heródoto, a Filosofia, desde Heráclito, passando por Aristóteles, encarnou-se nas encenações teatrais, na retórica, e sobrevive nos dias atuais nas obras de Política, Direito, Sociologia, Economia, Antropologia e Linguística. A base de tudo isto é, de um lado, a arte de converter o que é diferente em desigual e, de outro, de usar de artifícios argumentativos para obter vantagens em situações em que as diferenças se obrigam a ser operadas por razões de igualdade.

Neste artigo convido ao leitor a participar de conversa sobre obras que ajudam a compreender o que se afirma.

Leituras na roda de conversa

DIAS JÚNIOR, José Augusto. *Os contos e os vigários: uma história da trapaça no Brasil*. São Paulo: Leya, 2010.

Esta obra publicada em 2010 mereceu amplas resenhas na imprensa. Afinal, ela aparentemente faz eco a um ramo da literatura das ciências sociais interessadas na interpretação do Brasil, a terra do “jeitinho”, do clientelismo, do carnaval e dos malandros, da anticidade, e “teatro de todos os vícios”. O subtítulo autoriza o leitor a colocá-la nessa estante e cobrir o rosto com vergonha de viver na terra da trapaça.

O primeiro destaque aparece na primeira e na segunda capa. Um sacerdote, de costas – na primeira – e de frente – na segunda – com as vestes que o identificam e fazem entender ser um “vigário”. O leitor é obrigado a compreender intuitivamente que

vigário é um padre e que os contos do vigário tem origem nessa analogia. Assim certamente, entendeu o autor.

Entretanto, na abertura da “Introdução”, o autor se vale do verbete do “Aurélio” para definir o que se entende por “conto do vigário”. Nessa mesma “Introdução”, o autor apresenta um caso bem documentado de um conto bem tramado, do cujo enredo faz parte um documento assinado “por um certo Manuel Suarez Lopes, ‘cura-parroco’ da ‘Iglésia Parroquial Santa Maria.’”[p.25] Note-se que o Manuel que entra no enredo do conto bem tramado é “Cura-pároco”, não vigário-pároco.

Fica aqui a pergunta: há diferença entre vigário e cura? O que é um vigário? Segunda pergunta, os contos do vigário terão sempre um cura-vigário em seu enredo? Finalmente, como o vigário entra nesses enredos como sacerdote?

Quanto a diferença entre vigário e cura. Os documentos históricos se referem a vigários como responsáveis por uma paróquia. Paróquia é uma divisão territorial de um bispado, ou província eclesiástica. No período colonial, os vigários poderiam ser de dois tipos: colados, ou encomendados. Os vigários colados tinham direito à cômputo, ou seja, remuneração pelo Estado dos serviços prestados às paróquias; já os vigários encomendados eram lotados em seu cargo por carta episcopal, porém, sem o Estado se obrigar a remunerá-lo. Estabelece-se, portanto, uma diferença fundamental. O vigário colado poderia prestar serviço gratuito aos fiéis por não depender deles para se sustentar. Já os vigários encomendados necessitavam de cobrar pelas “conhecenças” e demais serviços chamados de “pé do altar” – batizados, casamentos, desobrigas. Esses vigários, os encomendados, tinham, por isso que pedir ajuda aos paroquianos para manter a fábrica da igreja. E o cura? Cura era todo sacerdote encarregado de cuidar de uma capela. A capela que tinha um sacerdote se chamava capela curada. Desse modo, tem-se a hierarquia de capela curada, capela não curada e igreja matriz. O cura da igreja matriz era o pároco, conhecido popularmente e

oficialmente como vigário. Mas, afinal, o que era um vigário? Em termos exatos, vigário era o sacerdote encomendado para ser pároco de uma matriz. A palavra vigário sempre foi empregada de forma imprecisa, confundindo o pároco com o cura da paróquia. Porém, de fato, somente haveria cura como vigário em paróquia com vigário encomendado, ou seja, aquele que depende dos fiéis. Vigário “representa”, vigário “faz as vezes de outro”. Assim, no governo de uma diocese o cargo legítimo é do bispo titular, mas o bispo nomeia um sacerdote como “vigário geral”. O vigário geral não é bispo mas faz as vezes dele.

Para se entender como os sacerdotes vigários entram no enredo dos “contos do vigário”, vale a pena apreciar este poema em que o Padre Faria – que veio a Minas como capelão das bandeiras – é lembrado na memória popular:

Pregava o Padre Faria

E logo ficou patente

Que o sermão acabaria

Pedindo dinheiro à gente.

Eu fui comigo dizendo

_ Não creio em tais artimanhas

Fala pra aí reverendo

Que nem um vintém me apanhas.

Meu bolso estava repleto

De cobre, de prata e ouro,

E era com bom afeto

Que eu guardava o meu tesouro.

*À medida que o sermão
Se ia desenvolvendo,
A minha resolução
Pouco a pouco ia cedendo.*

*Fiquei, por fim, comovido
Com a pintura do pobre,
E estava já resolvido
A dar-lhe todo o meu cobre.*

*Novo rasgo de eloquência
Fulgiu do padre na boca,
E envergonhou-me a consciência
De ofertar coisa tão pouca.*

*Dessa eloquência era fogo
De uma caridade exata:
Resolvi-me desde logo
A dar-lhe também a prata.*

*Enfim na peroração,
Mostrou tal primor e estudo
Que dei-lhe de coração
Cobre, prata e ouro e tudo.*

[Anônimo contemporâneo in: OLIVEIRA, Martins de. *História da Literatura Mineira*. 2.ed. Belo Horizonte, 1963. P. 45-46]

À parte este poema não pertencer à época barroca, ele aparentemente ajuda a compreender, e mais ainda a confundir o conteúdo dos contos do vigário. Sob esse aspecto, teria razão o autor Dias Júnior de o desconhecer. O Padre Faria fala em nome dos pobres, faz as vezes de um pobre, convence em favor da pobreza e da distribuição de renda. Fala, portanto, como vigário. Mas o Padre Faria não se apresenta como vigário, mas como quem ocupa um função reconhecida por todos e com todos os direitos legítimos de pedir e convencer; portanto não se mostra como vigário. Não faz trapaça. Contudo, é esse tema recorrente de convencer e obter resultados, de obter a entrega “de coração” de cobre, prata e ouro e “tudo” que se torna a marca dos contos do vigário. A diferença é que o ator fraudado dos contos dá de coração, todo o ouro, mas não todo o seu ser. O ser frustrado e fraudado fica para o dia seguinte.

Outra diferença, é que o cura como vigário é reconhecido como fazendo as vezes de alguém expressamente, jamais como astúcia de se fazer passar por outrem. O cura vigário tem procuração. Nesse ponto, os contos do vigário colocam no cerne dos estudos para o Folclore a questão de quem faz as vezes de outrem com procuração ou sem procuração, portanto, como representante consentido, ou simplesmente como resultado de uma impostura.

José Augusto argumenta em duas direções. A primeira para corroborar a trapaça como componente estrutural das relações sociais no Brasil. Essa argumentação é logo refutada por ele mesmo, ao exibir casos inúmeros de trapaças bem sucedidos em países de elevada acumulação, onde se vendem até a Torre Eiffel. A segunda para enfatizar que os contos do vigário como fenômeno urbano. Fique para o leitor interpretar tudo isso como quiser. Quero, porém, chamar atenção para o capítulo 5 da obra que tem como título “Aqui não há direito” – 215-243. O cerne do capítulo é quem se faz passar por “autoridade” para fazer cumprir a Lei em proveito próprio. Este capítulo nos remete à clássica e desconhecida obra do século XVII *A Arte de Furtar* que deverá merecer nossa atenção em outra seção deste artigo.

A Verdade das ilusões

Um dos nossos grandes desafios para enfrentar a realidade da vida cotidiana é a fé que devemos ter na verdade. Esta fé na verdade é tão profunda que nenhuma formação social sobrevive sem fé na verdade. Creio que a fé na Verdade opera todas as convenções e é a matriz da Ordem. Esta crença exige olhar os momentos em que o saber popular desconfia dos que transgridem essa fé e também dos momentos em que a própria ordem social é posta em questão ensejando movimentos de contestação da ordem. Nesse contexto o maior desafio se encontra no que Max Weber chama de “vontade de obediência”. Esta vontade opera em todas as relações de mando e torna-se o maior desafio para a compreensão da obediência alienada de que é o maior exemplo em nossa formação social o posto de “capitão do mato” e dos capatazes, vigilantes, e todas as relações subalternas.

Nesta seção, passo em revista algumas obras literárias em que o mundo da vida cotidiana é posto em questão como representa-

ção de outro mundo possível. Há um argumento que será examinado na última sessão que defende a possibilidade de fraudes estruturais em face à confusão entre a fé na diversidade de diferenças e na organização desigual das trocas. Este assunto nos coloca em diálogo com os autores voltados para a troca desigual e a dominação centrada no valor do trabalho e da acumulação monetária.

A ficção e a realidade preponderante

Celebrações da Vida

Em permeio às rotinas da vida cotidiana, surgem momentos especiais que estruturam lugares síntese desses momentos. Esses lugares tornam-se espaços sagrados e determinam os valores maiores que orientam a representação do dia a dia e suas contradições. Anos jubilares, olimpíadas e outras datas sagradas ajudam a compreender tanto o calendário, quanto o que merece ser celebrado.

O teatro que se institui na civilização helênica é um dos exemplos que merece nossa atenção por ter se fixado na civilização ocidental tendo alcançado autonomia nos processos de celebração. Nossa moderna “civilização do lazer”.

Há dois aspectos no teatro como celebração que devem merecer nossa atenção. A tragédia e a comédia. A tragédia fixa os valores aos quais ninguém pode escapar. O que é chamado tecnicamente de “universais da cultura”. Já a comédia celebra as transgressões, mais precisamente, celebra os equívocos das interpretações diante das imposições inescapáveis aos princípios determinados pelo trágico. O resultado dessas formas de celebração da vida é que os autores de tragédias e comédias são apenas pessoas que colocam no plano das representações sociais em segundo andar o que é celebrado pelo imaginário popu-

lar no plano do primeiro andar. É a atenção para o cotidiano que propicia o ritual de celebração dos valores da vida depurados dos atos rotineiros para os quais os míseros viventes apenas se tornam atentos nos instantes da transgressão.

“Não há teatro separado da vida e não há grande teatro que não seja poético, isto é, questionador e criador.” Afirmou Garcia Lorca ao comentar a apresentação de sua maior tragédia “Bodas de Sangue” no ano de 1933. [LORCA, Federico Garcia. *Bodas de Sangue*. São Paulo: Peixoto Neto, 2004]. Ora, Bodas de Sangue capta casos acontecidos em uma pequena vila da Espanha, mas explicita os conflitos com os quais essa nação se depara como desafio permanente, ou todas as formações sociais se deparam no contexto dos Estados modernos.

A encenação do primeiro quadro do segundo ato oferece o contexto trágico das determinações de nossas formações sociais.

Desperte a noiva

Na manhã de sua boda;

Que rode a ronda

E em cada sacada uma coroa.

(Coro)

Desperte a noiva!

(...)

(Coro)

Ao sair de tua casa

Para a igreja,

Lembra que dela saís

Como uma estrela.

Para este leitor, a chave da tragédia se encontra no comando:

“Desperte da noiva, na manhã de sua boda!” ao qual o coro faz ecoar: “Desperte a noiva!” O fuzil e a Guerra Civil o esperava na celebração plena das Bodas de Sangue.

Camilo José Cela conclui seu *San Camilo, 1936*, com este diagnóstico em prosa do viver em Espanha:

La patria es más permanente que la nación , también más natural y flexible, las patrias fueron inventadas por el Sumo Hacedor, las naciones son una creación de los hombres, las patrias tienen una lengua con la que cantar y árboles y ríos, las naciones tienen una lengua para promulgar decretos y tienen también instituciones con las que aherrojar al hombre y ametralladoras para defender las instituciones. (p.335)

Los españoles tenemos que cuidarnos del propio español que tenemos dentro. (...) el español es pirómano porque quiere borrar todo vestigio de su pasado, toda cônica de sua presente e toda esperanza en su porvenir. (p.336)

CELA, Camilo José. *San Camilo, 1936*. Barcelona: Plana e Janes, 1989.

Desperte a Noiva! É o comando às consciências para celebrar as tragédias dos Estados Nação, onde o saber viver a Mãe Pátria é um valor menor.

Se esta é a tragédia que nos faz permanentes os Doutores Faustos desde do século XVI, como se celebravam as tragédias do cotidiano na emblemática Grécia?

Ali se celebram a ousadia de Prometeu, a sina de Édipo, as dúvidas de Antígona e as determinações impostas a Hipólito. E se ri das conquistas dos sofistas em *As Nuvens*, dos sonhos do poder

das Mulheres em *A greve dos Sexos* e, especialmente de *Um Deus Chamado Dinheiro*.

O enredo da celebração do Dinheiro é cômico porque retrata o que deve ser negado: dinheiro não pode ser motivo de adoração. Pluto, o deus da riqueza é um velho cego. Os efeitos do reino desse Deus confunde os cidadãos representados por Crêmilo. Esse senhor coroa seu escravo – Cárion – para consultar Apolo – Loxias. A pergunta de que Cárion é portador é: “Como devo educar meu filho? Deve receber uma educação que lhe permita compreender a função do dinheiro e, portanto, aprender as artes da trapaça?” O oráculo aconselha a levar a primeira pessoa que encontrar para viver em sua casa. É um cego.

Foi Zeus quem me fez isto, despeitado por causa dos homens. Há muito tempo eu ameaçava de favorecer somente as pessoas justas, sábias e honestas. Então ele me cegou para me impedir de reconhecer as pessoas. Veja até quanto vai o despeito dele contra as pessoas de bem!
(p.197)

Essa comédia de Aristófanes celebra principalmente a vida iludida das pessoas determinada nada mais, nem nada menos por Zeus, o Deus que comanda tudo. Crêmilo se interessa pela cura da cegueira de Pluto, mas Pluto - um deus subalterno - tem medo de Zeus e é obrigado a ouvir essas palavras de desprezo a esse deus FMI.

Ah! Deus mais covarde de todos! Você acredita que a soberania e os relâmpagos de Zeus valham a menor das moedas se você ficar bom da cegueira, ainda que seja por pouco temo? (p. 199)

Em síntese, está aí a celebração da “mão invisível”.
[ARISTÓFANES.*Um Deus chamado dinheiro*. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996]

Hipólito

A tragédia de Hipólito de Eurípedes celebra o enigma da Mulher. Hipólito é filho de Hipólita, uma amazona, mulher guerreira raptada por Teseu. É um jovem casto e seduzido. Essa sedução é centro da tragédia e será celebrada muitas vezes nos romances do ciclo arturiano, como é o caso de Parsifal, o único que alcança a glória de contemplar o Santo Graal.

O enigma de Hipólito se apresenta num dos últimos romances medievais: o *Tirant lo Blanc* publicado em 1490. Martorrel, autor de *Tirant lo Blanc*, dedica uma parte substancial de seu romance aos desafios vividos pelo Ocidente com a queda de Constantinopla e toma o Hipólito como modelo para celebrar um novo herói. Eis alguns personagens da trama:

Carmesina, Estefânia, Viúva Repousada, e Prazerdeminhvida são centrais na trama. Há também Hipólito e a Imperatriz de Constantinopla.

Prazerdeminhvida é o id de Carmesina e a Viúva Repousada, o superego. Carmesina é iluminada por Ártemis. A Imperatriz assume o lugar de Cípris ou Afrodite e Hipólito é o filho de Teseu libertado da culpa de descender de uma Amazona. É no interior dessa trama que Hipólito será o herdeiro natural do Império Grego. Para alcançar esta Glória ele terá que dormir com a Imperatriz, o jovem que satisfaz a velha, que atende aos seus caprichos. Segundo essa trama, Tirant ocupa o lugar de Hipólito – cavaleiro “sans peur et sans reproche”. Ele resiste ao empenho de Prazerdeminhvida e honra sua Ártemis – Carmesina.

Eis a fala da Imperatriz para o novo Hipólito:

Meu filho Hipólito, não ignoras a grande paixão que tenho por ti e para mim será imensa graça que me queiras

tomar por mulher. E podes estar certo, meu filho e senhor, que, mesmo sendo eu idosa, jamais encontrarás quem te ame tanto. (p. 840)

MARTORELL Joanot. *Tirant Lo Blanc* . 2.ed. Cotia SP: Ateliê editorial, 2004

O enigma de Hipólito, antes disso, chama a atenção do poeta Ovídio em Roma. Ovídio está presente na relação Hipólito-Carmesina. Livro IV *Dos Amores*: “Illic Hippolytum pone, Priapus erit”. Tradução livre: “Está pensado que sou Hipólito? Eu sou é Príapo!” ou “No lugar de Hipólito, surge um Príapo”. Hipólito zela pela castidade e evita o ato inconsequente do amor carnal. Príapo, por sua vez, só sabe disso, como deus da fertilidade. [Ovídio. *Dos Amores*.]

Vejamos o momento crucial da lamentação de Hipólito na celebração de Eurípedes:

Ó Zeus, por que alojaste em meio aos homens, sob a luz deste sol, o mulherio, esse flagelo desleal? Por quê? Para multiplicar a espécie humana, era escusado usares desse meio; bastava que levássemos aos templos um pagamento em ouro, ferro ou bronze, para comprar a prole, cada qual segundo a avaliação de sua oferta, sem mulheres em nossas moradias. Que a mulher é um flagelo desmedido posso provar; o pai que a gera e cria estabelece um dote a quem a leve, a quem o livre de tamanha praga; doutro lado, quem leva para casa essa pernicioso criatura se regala de ornar com atavios seu ídolo fatal e – desgraçado! – esgota seus tesouros a vesti-lo. (p.108)

EURÍPEDES, Hipólito. In *Teatro Grego*. São Paulo: Cultrix, 1964.

O livro do Gentio e os Três Sábios

O gênero “diálogos” inventado pelos gregos deverá se manter por séculos afora. Porém, a mitologia incorporada no teatro se modificará profundamente a partir da hegemonia cristã.

É ao novo modo de representar a realidade que me refiro nesta seção. Apresento ao leitor uma obra do século XIV apresentada em forma de diálogo com marcas originais.

Há que fixar que o gênero “diálogo” funda obras doutrinárias aparentemente iluminadas pelos princípios da retórica – argumentação em favor do esclarecimento, ou argumentação em favor do convencimento -. A que se inaugura no século XIII é especial. Não tem o objetivo de convencer, mas de constatar a existência de um novo problema com o qual o Ocidente deverá necessariamente se preparar para encarar. As três religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo.

O autor dos novos diálogos chama-se Raimundo Lúlio, versado na arte da cavalaria. O livro do Gentio e dos três sábios tem como personagens quatro mundos. [LULIO, Raimundo. *O Livro do Gentio e dos três sábios*(1274 -1276). Petrópolis: Vozes, 2001]

O primeiro é um mundo a ser conquistado, o mundo do gentio. A marca do caráter desse gentio é a honestidade extrema como ser humano que alcança o conhecimento do mundo natural pela própria condição de viver nele e se depara com a angústia de sentido de viver.

Ocorreu por disposição divina haver na terra um gentio muito sábio em filosofia. Refletia sobre sua velhice, sua morte e os bens deste mundo. Este gentio não tinha qualquer conhecimento de Deus, nem acreditava na ressurreição, ou na existência de qualquer coisa depois da morte.

Enquanto o gentio meditava sobre estas coisas, seus olhos se enchiam de lágrimas e punha-se a chorar. Seu coração derramava-se em tristeza, suspirava e condoia-se, porque tanto amava a vida mundana e tanto lhe enchia de terror o pensamento da morte e a consideração de que depois dela não houvesse mais nada, que não se podia consolar nem se abster de chorar, nem podia espantar a tristeza de seu coração. (p.42-43)

O segundo é o mundo hebraico, herdeiro do Antigo Testamento, ao qual foram reveladas verdades eternas por um Deus Único. O terceiro é o mundo cristão para o qual as promessas de salvação foram realizadas pelo Filho de Deus encarnado. O quarto, finalmente, é o mundo do Islã que reconhece a herança hebraica e a mensagem cristã e que contém uma nova Verdade Revelada a Maomé sobre o Deus clemente e misericordioso.

O gentio em desespero perambula pela floresta – esse lugar do desconhecido dos romances medievais – até se deparar com uma clareira onde brota uma fonte e uma árvore da sabedoria.

Aconteceu que, ao mesmo tempo em que o gentio estava caminhando por aquela senda, três sábios encontraram-se à saída de uma cidade: um era judeu, outro cristão e o terceiro sarraceno. Saudaram-se, reuniram-se e começaram a andar juntos. (...)

Tanto andaram os três sábios, falando cada um de sua crença e da ciência que ensinava a seus discípulos, que alcançaram aquela mesma floresta. E tanto caminharam os três sábios por ela que chegaram a uma bela pradaria onde havia uma aprazível fonte que regava cinco árvores. (...)

Junto à fonte havia uma mulher muito bela, nobremente vestida, cavalgando belíssimo cavalo que bebia na fonte. Os sábios, vendo as cinco árvores, tão agradáveis à vista,

e a mulher de formosa aparência, dirigiram-se até o lugar e saudaram-na devota e humildemente, a qual adequadamente retribuiu a cortesia.

Os sábios perguntaram-lhe o seu nome, e ela disse que era a Inteligência. (p.44-45)

A apresentação das cinco árvores pela nobre Inteligência faria inveja aos teóricos dos Sistemas e do Estruturalismo! Foucault, Lévi-Strauss, Talcott Parsons entre outros.

A primeira árvore, na qual vedes 21 flores, significa Deus e suas virtudes incriadas, cujos nomes estão inscritos nas flores. (...) Aquela árvore possui duas condições principais: a primeira é que se deve reconhecer e atribuir a Deus sempre a maior nobreza na essência, nas virtudes e nas obras. A outra condição é que as flores não sejam contrárias umas às outras. Se não tiver conhecimento destas duas condições não se poderá ter conhecimento da árvore, nem de suas virtudes, nem de suas obras.

A segunda árvore tem 49 flores sobre as quais estão escritas as sete virtudes da primeira árvore, e as sete virtudes criadas pelas quais os bem-aventurados alcançam a felicidade eterna. Esta árvore tem duas condições principais: a primeira é que as virtudes criadas sejam tanto maiores e mais nobres quanto mais fortemente signifiquem e demonstrem a grande nobreza das virtudes incriadas; a segunda, que as virtudes incriadas e as criadas nunca sejam reciprocamente contrárias. (p. 45-46)

A terceira árvore exhibirá relações por exclusão entre as flores que designam as virtudes não criadas com sua negação – os vícios -. Esta árvore terá, portando 49 flores. A quarta árvore contém 21 flores que relacionam as virtudes da moral natural dos homens com o critério de verdade. Por último, a quinta árvore com 49 flores explicita a relação entre as virtudes naturais com

os sete pecados mortais. “Esta árvore tem duas condições principais: a primeira é que as virtudes não concorram nunca com os vícios; a segunda, que as virtudes mais contrárias aos vícios sejam as mais amáveis, e os vícios que são mais contrários às virtudes sejam os mais odiosos.” (p.46)

A exposição da Inteligência aos sábios faz com que um deles exclame:

Ah, que grande bem-aventurança seria se através destas árvores todos os homens que existem pudessem estar debaixo de uma mesma Lei e de uma só crença! Que não houvesse nem rancor nem má vontade neles, enquanto hoje se odeiam uns aos outros pela diversidade e pela contrariedade de crenças e seitas! (p.47)

Junto à fonte e à árvore encontram-se três sábios que explicam para o gentio o sentido de cada folha e o sistema de valores contidos nos nomes revelados. Encantado, o gentio deseja acompanhar os três sábios, mas é advertido por eles da impossibilidade de seguir os três ao mesmo tempo. Há que escolher.

Para ter a escolha bem fundamentada, cada sábio deverá expor ao gentio os pilares da própria crença e responder a cada dúvida do gentio. Por ordem discursiva, em primeiro lugar, o judeu, em seguida, o cristão e, por último, o islamita. Não há disputa entre eles. Mas o diálogo final revela que os três sábios deixam para o gentio escolher entre os três discursos o que melhor lhe convencer e os três sábios concluem que devem se encontrar mais frequentemente para examinar as diferenças que os separam posto que o gentio viu principalmente a verdade que os unem.

As seções finais desta obra são comoventes.

Os três sábios responderam e disseram que como cada um deles pensava que o gentio escolhera a sua Lei, não queriam saber qual Lei de fato escolhera.

- Este é um assunto para discutir entre nós, a fim de que encontremos, pela força da razão e pela natureza do entendimento, qual é a Lei que poderás escolher. Se, em nossa presença, disseses qual é a Lei que mais amas, não teríamos mais assunto para discutir, nem verdade a descobrir.

Acabadas essas palavras, os três sábios voltaram à cidade de onde haviam saído. (p. 245)

A despedida dos três sábios é mensagem para os dias atuais:

Cada um pediu perdão ao outro caso tiver dito contra sua Lei alguma palavra vil. Um perdoou o outro e, no momento da partida, um sábio disse: Da ventura que nos ocorreu na floresta, não se seguiria para nós alguns proveito? Parecer-vos-ia que, por meio das cinco árvores e seguindo as dez condições significadas por suas flores, todos os dias e uma vez por dia disputássemos seguindo as instruções que a Dama Inteligência nos mostrou (...)? Porque a guerra, o trabalho e a malevolência, e o fazer dano e ultraje impede que os homens concordem em uma crença. (p.247-248)

O que torna esta obra a criação de um novo gênero de diálogo é, em primeiro lugar, se apresentar como ficção da realidade atual e vindoura. É como se dissesse à Ibéria:

Atenção Hespanha! Sois a síntese do saber deste mundo. Promova o diálogo, para encarar o Novo Mundo. Há unidade nessa diversidade.

É desta Espanha que surgirá Domingos de Gusmão ao qual será atribuída a celebração do Rosário, em diálogo subterrâneo com a crença dos sarracenos louvados por Raimundo Lúlio. E desses dominicanos que surgirá a figura de Tomás de Aquino, autor da Suma Teológica e a Suma contra gentiles. É dessa Espanha que

virá o *Cantar de mio Cid*. São momentos efervescentes de modernidade. É também da Espanha dos dominicanos que as vidas dos santos se tornam acessíveis às crenças populares com suas lendas de que é exemplo a *Legendae sanctorum, vulgo historia lombardica dicta* de Jacopo de Varazze.

Enquanto isso, do outro lado dos Alpes surge outra figura emblemática, Francisco de Assis que prega a ação de uma Igreja dos Leigos e cria como símbolo das celebrações da vida o presépio.

Esta obra me faz recordar o debate sem ficção entre Bertrand Russel e o teólogo Jesuíta, no qual Russel defende a plena razão do Gentio num mundo plenamente secularizado e também a bela obra de Umberto Eco e Carlo Maria Martini ao qual respondeu um coro de intelectuais das mais diferentes orientações. ***Em que creem os que não creem?*** Rio de Janeiro: Record, 2000.

A obra em apreço foi criada ao longo do ano de 1995 e início de 1996 na Itália. Os dois autores se comunicavam através do espaço público da revista *liberal* – os editores querem o título em letra minúscula. Seu objetivo é favorecer o diálogo, no sentido pleno, promover conversas entre pessoas que têm pontos de vista aparentemente irredutíveis e construir um discurso cuja síntese não se pode antecipar.

O diálogo, iniciado por Umberto Eco, pede a atenção do leitor para um ponto importante: Carlo Martini será chamado pelo seu nome de batismo, ou de registro civil. E Eco fundamenta a opção com dois argumentos, o primeiro é que a pessoa vale pelo que ela é. Ela se impõe ao conhecimento dos outros como pessoa, pelo que ela cria e doa. A segunda é de não comprometer uma pessoa pelos seus vínculos, mesmo aqueles que imprimem caráter. No caso, Martini é um cardeal e como quase o acusará Eugênio Scalfari, no “coro” – a segunda parte da obra -, um jesuíta, um padre da Igreja, um propagandista da fé em busca de converter os infiéis.

Ao diálogo inicial, portanto, se somam os de outros “Homens e Mulheres de Boa Vontade”: Emanuele Severino, Manlio Sgalambro, Eugenio Scalfari, Indro Montanelli, Vittorio Foa, Cláudio Martelli. A questão recorrente em todos são os fundamentos de uma ética para o século XXI.

Entre as inúmeras afirmações merecem registro:

Quando o outro entra em cena nasce a ética (...) e nos conflitos de fé devem prevalecer a Caridade e a Prudência (Umberto Eco, p,79, 90.)

Na civilização ocidental a ética tem o caráter da técnica. (...) No tempo da morte da verdade, a ética da técnica tem a capacidade prática de subordinar a si mesma qualquer forma de fé. Mas qual é o sentido da técnica? E como é possível que a civilização do Ocidente consiga afastar a violência ...? (Emanuele Severino, p.93, 103)

Eleger um homem para próximo é elegê-lo para a vida. Como se pode então fundar este ato em um Deus “que nos chama a Ele”? Ille omicida erat ab initio: no princípio ontológico está contida a nossa morte. (Manlio Sgalambro, p. 107).

Deixemos de lado as metafísicas e as transcendências se quisermos construir juntos uma moral perdida; reconheçamos juntos o valor moral do bem comum e da caridade no sentido mais alto do termo; pratiquemo-lo profundamente, não para merecer prêmios ou escapar de castigos, mas simplesmente para seguir o instinto que provém da raiz humana comum e do código genético comum que está inscrito no corpo de cada um de nós. (Eugênio Scalfari, p.117)

Continuamos a prometer segurança em vez de buscar um modo de viver a insegurança no respeito recíproco,

sem o afã da autodefesa. (...) Gostaria de pedir um pouco de respeito, um pouco menos de presunção em relação a quem retira suas certezas não da frágil convicção de ter agido bem, mas do modo como afronta a relação de sua própria vida com a vida do mundo. (Vittorio Foa, p. 126).

Mas a ética sozinha é suficiente? Constitui o horizonte único do sentido da vida e do verdadeiro? (...) Em que crê quem não crê? (Carlo Maria Martini, p. 152, 153)

O Teatro de Gil Vicente

Há que atentar para as representações das relações sociais criadas no imaginário Ibérico e a modernidade que ensejam.

O século XV é momento de expansão e momento especial para o imaginário de concretizar em nova forma de apresentação das relações sociais. É nesse contexto que surge o ourives Gil Vicente.

Cleonice Berardinelli, ao elaborar sua preciosa *Antologia do Teatro de Gil Vicente* [3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984], afirma: “A obra de Gil Vicente é, pois, a primeira manifestação séria e continuada de teatro em Portugal” (p.8).

Os comentários de Cleonice nos autorizam a afirmar que Gil Vicente é um crítico de seu tempo, os novos tempos em que Portugal deve rever seus hábitos para não contaminar o mundo. São os vícios que devem comparecer nas representações.

Vale aqui mencionar Luiz de Camões e seus cânticos às glórias dos lusitanos:

Em vós os olhos tem o Mouro frio,

Em quem vê o exício afigurado;

Só com vos ver o bárbaro Gentio

Mostra o pescoço ao jugo já inclinado.

Tethys todo o cerúleo senhorio

Tem pera vós por dote aparelhado,

Que afeiçoada ao gesto belo e tenro

Deseja de comprar-vos pera genro.

Camões: *Os Lusíadas*

Nessa hegemonia dos lusíadas, nem se diga do judeu. O mouro conhece o próprio destino – é passado -, o futuro é o “bárbaro gentio” que na conquista já se sabe escravizado - *mostra o pescoço ao jugo já inclinado* – as nações civilizadas são pura inveja com quem se deve fazer aliança. O Tratado de Methuen ainda aguardava o ouro brasileiro.

Antônio Sérgio examina os “Problemas do homem português”, o “Reino Cadaveroso” e se vale do teatro de Gil Vicente para afirmar:

Nobres e eclesiásticos, como nos diz Gil Vicente, pe-lavam por seu jeito o mofino agrícola. E não era tão só o parasitismo legal, senão que também o ilegalíssimo roubo, como os de que se queixavam os procuradores dos povos nas Cortes de 1481: “sob color de empréstimo, geralmente lhe requerem [os nobre ao povo] pão, vinho, dinheiro, oiro, prata e outras muitas cousas, as quais nunca mais serão pagas; e se lhas requerem metem-nos em prisões e lhes fazem agravo por desvairadas maneiras; e se não lhas que-rem emprestar, prendem-lhes a mulher e filhos, até que lhes dão o que pedem. (p.119)

SERRÃO, Joel, org. *Prosa doutrinal de autores portugueses: Antonio Sérgio*. Lisboa: Portugal, 1967.

Antônio Sérgio se vale do *Auto da Barca do Inferno* para tecer seu comentário. Porém, aqui selecionamos para apreciação do leitor o *Auto da Lusitânia* do qual nos chegaram apenas fragmentos reproduzidos na Antologia organizada pela doutora Cleonice. Trata-se de dois personagens centrais: “Todo o Mundo” é o mercador rico; “Ninguém” é nome do pobre. Barzabu e Dinato. Barzabu é atento e Dinato funciona como escrivão. A cena é muito parecida com o que Lewis Carrol criaria no século XIX a respeito da conversa entre Aquiles e a Tartaruga. Vamos ao texto:

Ninguém - Que andas i buscando?

Todo-o-Mundo – Mil coisas ando a buscar:

Delas não posso achar,

Porém ando perfiando,

Por quão bom é perfiar.

Ninguém - Como hás nome, cavaleiro?

*Todo-o-Mundo – Eu hei nome **Todo-o-Mundo**,*

E meu tempo todo inteiro

Sempre é buscar dinheiro,

E sempre nisto me fundo.

*Ninguém – E eu hei nome **Ninguém**,*

E busco a consciência.

Berzabu – Esta é boa experiência:

Dinato, escreve isto bem.

Dinato – Que escreverei, companheiro?

*Berzabu – que **Ninguém** busca consciência,*

*E **Todo-o-Mundo** dinheiro.*

Ninguém – E agora que busca lá?

Todo-o-Mundo – Busco honra muito grande.

Ninguém – Eu virtude, que Deus mande

Que tope co'ela já.

Berzabu – Outra adição nos acude:

Escreve logo i a fundo,

*Que busca honra **Todo-o-Mundo**,*

*E **Ninguém** busca a verdade.*

(...)

Todo-o-Mundo – Folgo muito d'enganar,

E mentir nasceu comigo.

Ninguém – Eu sempre verdade digo,

Sem nunca me desviar.

Berzabu – Ora escreve lá compadre,

Não sejas tu preguiçoso,

Dinato – Quê?

*Berzabu – Que **Todo-o-Mundo** é mentiroso,*

*E **Ninguém** diz a verdade.*

Ninguém – Que mais buscas?

Todo-o-Mundo – Lisonjar.

Ninguém – Eu som todo desengano.

Berzabu – Escreve, ande lá mano.

Dinato – Que me mandas assentar?

Berzabu – Põe aí mui declarado,

Não te fique no tinteiro:

***Todo-o-Mundo** é lisonjeiro,*

*E **Ninguém** desenganado.(p.369-371)*

Eis a síntese das relações para os tempos da Modernidade:

Folgo muito d’enganar,

E mentir nasceu comigo.

*– Que **Todo-o-Mundo** é mentiroso,*

*E **Ninguém** diz a verdade.*

É o que veremos na obra de Maquiavel.

A Mandrágora

Maquiavel é conhecido principalmente pela obra *O Príncipe* a qual se considera como a primeira da Ciência Política moderna. Esta obra é recomendada em todos os cursos de Política como uma Grande Obra. Princípios tais como “Mais vale ser temido do

que amado”, ou “Deve-se fazer o mal de uma vez só e o bem aos pouquinhos todos os dias” tornaram-se cartilhas de muitos políticos. Maquiavel é também lembrado sobre a *História de Florença* ou *As décadas de Tito Lívio*. Todas elas obras de interesse para os estudos da política.

Porém, *A Mandrágora* é mais conhecida nas aulas de literatura e das artes. Existe, contudo, estreita relação entre o Príncipe e a Mandrágora. Esta comédia apresenta-nos o modelo da fraude total, a fraude bem sucedida. Como tornar verdadeira uma mentira deslavada e como amarrar valores nobres a causas vis.

Vou chamá-la de *Um caso do conto do médico*. É exemplo de como aquilo que é dado como valor para gerar confiança é empregado exatamente para obter resultados de valores situados no mundo dos vícios – a terceira e a quinta árvore do *Livro do Gentio e dos Três Sábios*.

Maquiavel se antecipa em mais de quatro séculos ao que Anthony Giddens denominará de “confiança em sistemas peritos” ou ao que Bruno Latour alerta com enigma da “caixa preta” em *Ciência em ação*, mas já conta com os modelos de contos de trapaça ou de heroísmo que ultrapassam os romances de cavalaria.

Refiro-me, de um lado, às *legendae sanctorum*, contos elaborados para encantar o povo, recheados de mistérios e princípios morais em que se destacam três tipos de personagens. Os mártires, as virgens e os confessores. A distinção é simples. Os mártires dão o testemunho da fé desprezando a vida mundana na crença da verdade eterna. As virgens, geralmente mártires, são testemunhas da castidade em nome das núpcias com o Divino; finalmente, os confessores, mais comumente bispos e papas, são propagadores da fé.

De outro lado, a obra de Boccaccio já no século XIV exhibe no *Decamerão* contos para diversão em contexto que as pessoas devem se afastar de um mundo sombrio de pestes e misérias.

Quanto ao primeiro grupo, até o ano de 1234, os santos eram eleitos pela devoção popular nas respectivas regiões. Alguns resultaram de construção desse imaginário forte, como Santa Filomena, São Jorge, São Cristóvão que, depois foram expurgados pela própria igreja. Outros alcançaram projeção universal, como Santa Luzia, Santa Inês, São Tarcísio, Santo Antão, São Nicolau, Santa Rita de Cássia, Santa Joana D'Arc, São Francisco, São Domingos de Gusmão, São Bento, São Lourenço, Santa Bárbara, São Jerônimo para citar penas alguns. No cômputo geral foram milhares de santos venerados localmente, tendo alguns ultrapassados essas fronteiras.

Quando criança, ouvi em minha casa, após cada relâmpago, gritos de socorro: "São Jerônimo e Santa Bárbara Virgem!" Esses santos se fixaram definitivamente no imaginário popular como protetores contra os raios e as tempestades. Santa Luzia, contra os males das vistas; Santa Rita como advogada das causas impossíveis, cada um com sua especialidade como advogados junto a Deus.

Apenas mais um exemplo. São Nicolau se tornou símbolo dos presentes de Natal. Vejamos como se fixou na memória popular.

Nicolau, cidadão de Patras, veio ao mundo de pais ricos e santos. Seu pai, Epifânio, e sua mãe, Joana, geraram-no nos primeiros dias do casamento e passaram o resto da vida em continência. No dia de seu nascimento ele ficou de pé no banho; durante o período de amamentação, às quartas e sextas-feiras pegava o seio materno apenas uma vez ao dia. Ao crescer evitava diversões e preferia frequentar as igrejas; retinha na memória tudo que podia aprender da Sagrada Escritura. Depois da morte dos pais começou a pensar no que faria com suas grandes

riquezas para proporcionar glória a Deus, mas evitando elogio humano por essas obras.

*Um de seus vizinhos, nobre porém indigente, viu-se forçado a prostituir suas três filhas virgens para poderem ter o que sobreviver. Assim que o santo descobriu esse crime, ficou horrorizado e uma noite, escondido, jogou pela janela um saco cheio de moedas de ouro. [VARAZZE, Jacopo de. *Legenda Áurea: vida de Santos*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p.69-70]*

Vejamos alguns casos do *Decamerão* [BOCCACCIO, Giovanni. 1313 – 1375 – São Paulo: Abril Cultural, 1979]

A primeira novela da “Primeira Jornada” narra o seguinte:

O Senhor Ciappelletto engana a um santo frade fazendo-lhe uma falsa confissão; e morre. Em vida tendo sido um homem muito mau, é considerado santo após a morte, passando a ser chamado São Ciappelletto. [P. 24-33]

A segunda novela é ainda mais saborosa. Vivia em Paris um comerciante italiano de nome Giovannotto di Civigni. “possuía a virtude de ser meticulosamente correto e extremamente leal”. Vejam imediatamente a imagem de um comerciante ser apresentado na contramão do imaginário popular: “correto e leal”. Lembrem-se dos “fiscais de Sarney”.

Giovannotto, correto e leal, tinha amizade com outro comerciante riquíssimo também correto e leal de nome Abraão. O defeito de Abraão era ser judeu. Giovannotto se empenha, por isso, em convertê-lo à fé cristã. O judeu, porém, não manifestava nenhuma disposição a se converter, até que um dia declarou a Giovannotto:

— Olhe, Giovannotto, você tem prazer que eu me faça cristão; e estou disposto a fazer isto. Desejo tão sinceramen-

te que pretendo primeiro ir a Roma, e ali ver aquele que você afirma ser o vigário de Deus na terra; quero analisar as maneiras, os costumes, tanto dele quanto dos seus irmãos cardeais. [p. 35]

Não houve argumentos do correto e leal comerciante missionário que demovesse o judeu de seu propósito. Foi a Roma e...

O judeu chegou à conclusão de que, desde o mais altamente colocado, até ao mais humilde, todos em geral, em Roma, cometiam desonestissimamente, o pecado da luxúria; pecavam não apenas por luxúria natural, como ainda por atos de sodomia; e tudo corria sem nenhum freio representado pelo remorso e pela vergonha. Grande era o poder das meretrizes e dos efeminados, fosse o que fosse para impetrar que se revestisse de importância. [p.36]

Conclua, agora, leitor. O judeu irá se converter ao cristianismo? O pobre do correto e leal comerciante, ao saber do retorno do riquíssimo judeu Abraão, passou a evitar o encontro para não ouvir o que você, leitor espera. Porém, o encontro aconteceu fortuitamente e o judeu prestou contas com um relato sincero do que vira e concluiu:

Tive a impressão de ver tanta gente vivendo inteiramente contente, que passei a ver naquilo antes uma oficina de operações do diabo, do que um templo de atos de Deus. Pelo que me foi dado considerar, com extrema solicitude, inteligência e arte, pareceu-me que seu pastor e, conseqüentemente, todos os demais, fazem esforço para reduzir a nada, e mesmo para apagar do mundo a religião de Cristo, em lugar de ser, como o deveriam, os seus sustentáculos e suas bases. Contudo, pelo que noto, prazerosamente, não virá tal religião o futuro que eles afanosamente tentam dar-lhe; essa religião, ao invés disso, crescerá; vai expandir-se; vai tornar-se sempre mais

luminosa, e mais brilhante. Assim pareceu-me compreender que é o Espírito Santo, merecidamente, o seu sustentáculo, e a sua base, como é conveniente a uma religião mais certa e mais santa do que nenhuma outra. Por estas razões, eu, que me mostrava severo e duro diante dos argumentos que você apontava, e que não estava propenso a tornar-me cristão, agora, com franqueza, lhe afirmo que não deixaria por nada deste mundo, de me tornar cristão. [p.36-37]

Não se há de exigir de Maquiavel a leitura do Decamerão, mas está posto o ambiente do qual a Renascença respira. Vale a pena examinar mais atentamente a narrativa da *Mandrágora*, em atenção à pergunta: como se obtém confiança do outro na ação?

No caso, Calímaco é o centro da ação – o vigarista modelo -. Calímaco perdeu os pais em Florença e foi enviado a Paris com a idade de 12 anos para se livrar da guerra. Em Paris se formou ao longo de 10 anos e distribuiu seu tempo aos estudos, “aos prazeres” e aos negócios. Essa formação o habilitou a ser agradável a todos e ser correspondido pela amabilidade. Este é o primeiro destaque. O segundo advém do hiato entre viver a infância em Florença e desenvolver o saber viver em Paris. Esse hiato é percebido como conhecer as mulheres na França ou na Itália. Surge a disputa: “onde fossem mais bonitas as mulheres, na Itália ou na França”. A isto chama a atenção o termo “disputa”. Disputa é uma prática inerente ao saber viver fidalgo: da cavalaria à Universidade. Vale lembrar que as defesas de tese até hoje nas universidades celebram essa disputa. A disputa não é apenas um folguedo, é muito mais; é o confronto definido por regras para dela sobressair a Verdade. Não é duelo; é empenho para cada parte expor todos os argumentos que convençam principalmente os juízes designados para dar o veredito final. A obra *O Príncipe* não se compreende sem apelo à disputa sobre se nas ações de mando o valor maior é o terror para impor o medo, ou o zelo de ser amado pelos súditos. É em meio à regras em dispu-

ta que Calímaco ouve este argumento a ser provado empiricamente: “Ainda que fossem monstros todas as mulheres da Itália, fora suficiente uma parente sua, para reabilitar-lhes a honra” [p.12]. O ignorante Calímaco torna-se nesse momento agente do experimento crucial. Precisa conhecer a senhora Lucrecia, esposa de messer Nícia Clafucci, a italiana mais bela do que todas as francesas reunidas.

Agora, vêm os obstáculos a serem vencidos com a fraude, a representação e a criação de uma rede de impostores. O primeiro passo é de escolher um amigo que possa se interessar em ajudar. Esse amigo não pode ser desinteressado. Deve ser necessitado para ter um preço. O dinheiro se mostra como meio de pagamento e não fim como nos contos do vigário focados no mercado. Esse amigo tem que manter também boas relações com o alvo da conquista, Lucrecia, esposa de messer Nícia.

Maquiavel revela nisso as peripécias de desvendamento da ordem social. Ao bom vigarista não interessam, em primeiro lugar, os valores de uma cultura, mas principalmente as regras sociais que determinam a forma de operar esses valores. Para levar à frente ser ator do experimento crucial, que deixa de ser crucial para satisfazer apenas a lacuna de desconhecimento das mulheres na Itália, Calímaco deverá conhecer os códigos que operam a confiança. Em primeiro lugar, conhecer os desejos frustrados de messer Nícia e a possibilidade de realizar esses desejo – casal não tem filhos -; em segundo lugar, encontrar o posto de representação que faça surgir a confiança invencível no desempenho da função para cumprir a promessa do desejo. Surge, nesse momento, o médico como representação. Mas, como representar o médico sem o saber médico? Como vencer toda e qualquer desconfiança? Pelo emprego do dialeto médico, ou seja, da linguagem como adorno do saber. Saber dizer trivialidades do senso comum em um belo latim. Ao ser apresentado a messer Nícia, e ouvir a queixa de o casal não ter filhos, aventura-se sobre a causa da esterilidade:

Nam causae sterilitatis sunt: aut in semine, aut in matrice, aut in strumentis seminariis, aut in virga, aut in causa extrinseca. (p.34)

Encantado, o infértil esposo exclama: “Esse é o homem mais digno que possa encontrar-se!”. Note-se que a confiança na dignidade se torna geral. A confiança aumenta, quando Calímaco em seu “conto de médico” solicita um exame de urina de Lucrecia e...

Calímaco – Dá cá. Oh! Esta urina denota fraqueza dos rins.

Messer Nícia – Realmente, parece-me um pouco turva. Contudo, é fresquíssima: fê-la agora.

Calímaco – Não há de que admirar-se. Nam mulieris urinae sunt semper maiores grossitie et albedinis, et minoris puchritudinis, quam virorum. Huius autem, in caetera, causa est amplitudo canalium, mixtio eorum quae ex matrice exeunt cum urina.

Messer Nícia – Oh! Uh! Cona de São Púcio! Encheu-me as medidas, sim, senhor! Como raciocina bem destas coisas![p.44]

A tradução desse saber médico que encanta o cliente é: “Com efeito, as urinas das mulheres são sempre mais densas e mais brancas, e menos formosas, do que dos homens. A causa disso, entre outras, é a amplitude dos canais e a mistura de coisas que saem da matriz com a urina”.

Esse emprego do latim para elevar o saber médico será amplamente empregado por Molière em o *Doente Imaginário*; mas não é o que interessa aqui. Conquistada a confiança do marido pelo saber médico, há de se conquistar a reservada e casta esposa. Porém, para ela, Lucrecia, o saber médico não é o que opera a confiança. A casta e reservada esposa confia no confessor. Tem

que ser um padre,mas não um padre qualquer. Maquiavel vê no frade o confessor ideal. Seu invólucro não é o latim, mas o hábito monacal, embalagem de santidade. Contudo, se o personagem principal da representação ocupa o lugar do médico, como o frade entrará na trama? Como um frade que se deixa corromper, em nome da esmola para os pobres. Chama-se Frei Timóteo. Com remorso ou pelo dinheiro para praticar o bem comum ele cede para, em nome da confiança, obter a anuência de Lucrecia.

Que o leitor conheça o desfecho.

Dom Quixote e o teatro de bonecos –

Freud tem toda razão de ter cuidado de aprender espanhol para ler, no original, o *Dom Quixote* de Miguel de Cervantes Saavedra. Com efeito, Dom Quixote é mais do que um modelo de visão equivocada do mundo; é criação genial de como interpretamos um mundo que não há mais; como vivemos no presente orientados por valores que nossos contemporâneos não reconhecem. Lamento, porém, que Freud não tenha imaginado aprender português para ler a saga de um Quixote em carne e osso que animou nosso Brasil incorporado em Antônio Conselheiro e narrado por Euclides da Cunha; nem conhecido o *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto, no qual o Quixote Quaresma vive as peripécias de acreditar não nas verdades do passado, mas nas verdades do presente convenientes para instituir a vida equivocada pregada pelas elites em favor da dominação. Em Lima Barreto, o conto do vigário assume outra dimensão. A da ideologia conveniente para os pobres viverem acreditarem que Estado é a mesma coisa que pátria; que é do trabalho que surge a riqueza; e que a ordem jurídica é fundamentada em leis Justas. “Ah! Quaresma, você é um visionário!”

Quixote tornou-se modelo para a criação da Sociologia Fenomenológica segundo a interpretação de Alfred Schütz no ensaio “Dom Quixote e o Problema da Realidade” [in LIMA, Luis Costa. *Teoria da Literatura em suas fontes*. Vol II. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983; p. 191 – 213.]

Porém, antes de me deter em uns poucos aspectos dessa criação de Cervantes, chamo atenção para obra da mesma época que não se dedica à ficção, mas à fundação de um novo mundo. Refiro-me ao *Novum Organon* de Francis Bacon [São Paulo: Abril Cultural, 1973].

Bacon se propõe a estabelecer novas regras para o desenvolvimento científico. O título “Novum Organon” aponta para a ruptura com o passado milenar de domínio do “Organon” de Aristóteles para fundação do conhecimento verdadeiro. O subtítulo insiste: “Verdadeiras indicações acerca da interpretação da Natureza”. No cerne da argumentação, Bacon insiste na construção da nova ciência com base na observação de fato por fato, ou seja, uma ciência indutiva. Nada de generalização fundamentada em silogismos.

O cerne da proposta é desconfiar do mundo do senso comum e do mundo que sistematiza o esse senso com base em generalizações. A verdade está nos fatos e o caminho é longo:

Resta-nos um único e simples método, para alcançar nossos intentos: levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas. [p.26]

A obediência ao método indutivo exige ruptura com os hábitos herdados do passado, os **ídolos**. “Os ídolos e noções falsas que ora ocupam o intelecto humano e nele se acham implantados não somente o obstruem a ponto de ser difícil o acesso da verdade.” Bacon, portanto, acusa na realidade preponderante da

vida cotidiana a adoração aos ídolos e às noções falsas derivadas dessa adoração e propõe um exercício constante de exorcismo, prenunciando um novo mundo comandado pela tecnificação da vida.

Os ídolos a serem exorcizados pelo novo método são quatro:

*São de quatro gêneros os ídolos que bloqueiam a mente humana. Para melhor apresentá-los, lhes assinamos nomes, a saber: **Ídolos da Tribo; Ídolos da Caverna; Ídolos do Foro e Ídolos do Teatro.** [p.27] (em latim: **Idola Tribus; Idola Specus; Idola Fori e Idola Theatri.**)*

Segundo ele, os ídolos da Tribo se fundam na própria natureza humana. Lidos com a linguagem atual, são aqueles que fundam a Etnometodologia. A certeza se funda nas crenças de meu grupo, da minha tribo. Os ídolos da caverna “são os dos homens enquanto indivíduos”, são aqueles lembrados por Platão. As noções falsas se originam da diversidade humana dadas pela educação, rodas de convivência, livros e autoridades. Os ídolos do foro, ou da praça, resultam do “comércio e do consórcio” entre os homens. Na praça as palavras, termos e conceitos adquirem feições de ordem e “os homens são, assim, arrastados a inúmeras e inúteis controvérsias e fantasias”. O quarto ídolo a ser exorcizado é o do teatro. É o da pura representação; do que é feito para ser declamado.

Bacon apresenta nisso a crítica ao mundo do Quixote; ao seu sistema coerente com um mundo de ídolos.

O intelecto humano, quando assente em uma convicção (ou por já bem aceita e acreditada ou porque o agrada), tudo arrasta para seu apoio e acordo. (...) E bem se houve aquele que, ante um quadro pendurado no templo, como ex-voto dos que se salvaram no naufrágio, instado a dizer se ainda se recusava a aí reconhecer a providência dos deuses, indagou por sua vez: “E onde estão pintados

aqueles que a despeito do seu voto, pereceram?” [p.29]

Quixote é um homem que vive fora de sua época, mas é a mesmo tempo um homem que deve à sua época a memória do passado. É por isso, homem que se encanta com o museu criado pela modernidade que cultiva as obras da antiga Grécia, de Roma e do Egito. Homem puro do Re-nascimento. Quixote não se confunde com o “Burlador de Sevilha” imaginado por Tirso de Molina; ele não encara a morte, nem a convida para a ceia. Como homem de museu, o que o encanta são os modelos da cavalaria e não as Venus, Dianas, Apolos. O museu de Quixote é composto de livros. Livros de cavalaria.

O museu de Quixote é apresentado no capítulo VI da Primeira Parte.

Entraram todos, e com eles a ama; e acharam mais de cem grossos e grandes volumes, bem encadernados, e outros pequenos. A ama, assim que deu com os olhos neles, saiu muito à pressa do aposento, e voltou logo com uma tigela de água benta e um hissope, e disse:

- Tome Vossa Mercê, senhor licenciado, regue esta casa com água benta, não ande por aí algum encantador, dos muitos que moram por estes livros, e nos encante a nós, em troca do que nós lhes queremos fazer a eles desterrando-os do mundo.

Riu-se da simplicidade da ama o licenciado, e disse para o barbeiro que lhe fosse dando os livros a um a um, para ver de que tratavam, pois alguns poderia haver que não merecessem o castigo do fogo.

- Nada nada – disse a sobrinha – não se deve perdoar a nenhum; todos concorreram para o mal. [p.46]

A peripécia de escolha das obras, a avaliação de cada participante é saborosa. Cervantes é atento ao fato de que a imprensa é

fenômeno da modernidade. O espírito de conservação contrasta com o de censura às más obras e os critérios de julgamento. A primeira obra apresentada e que gerou disputa foi *Amadis de Gaula*. O cura ponderou ser ela a primeira que se imprimiu em Espanha e que inaugurou a sequência. “Por isso entendo que, por dogmatizador de tão má seita, sem remissão o devemos condenar ao fogo.” O barbeiro, também presente, discorda do cura e consegue que seu argumento prevaleça provisoriamente.

Com elevadíssima competência, Cervantes procede à “revisão bibliográfica sobre as obras de cavalaria”. Em dado momento, os censores se cansaram e surgem páginas brilhantes:

*E sem querer cansar-se mais em ler livros de cavalaria, mandou à sua ama que tomasse todos os grandes, e os arrumasse com eles para o pátio. Não o disse a nenhuma tonta nem surda, que mais vontade tinha ela própria de os ver queimados que de botar ao tear uma teia, por grande fina que fosse; e abraçando alguns oito de uma vez, os lançou pela janela fora. Como eram muitos caiu-lhe um aos pés do barbeiro. Este teve apetite de ver o que seria, e viu que dizia: **História do famoso Cavaleiro Tirante o Branco**.*

*- Valha-nos Deus!- disse o cura em alta voz. – Pois temos aqui **Tirante o Branco**? Dai-mo cá, senhor compadre, que faço conta que nele achei um tesouro de contentamento, e mina para passatempos. [p.49]*

Encerrada a censura aos livros de cavalaria, seguiram-se os de poesia – os livrecos. O cura pondera que sendo de poesia não mereceriam censura. Porém a sobrinha do Quixote defende a fogueira para eles:

Ai, senhor! – disse a sobrinha -. bem os pode Vossa Mercê mandar queimar como aos outros, porque não admiraria que, depois de curado meu tio da mania de cavalei-

ros, lendo agora estes se metesse em cabeça fazer-se pastor, e andar pelos bosques e prados, cantando e tangendo; e pior fora o perigo de se fazer poeta, que, segundo dizem, é enfermidade incurável e pegadiça. [p.49-50]

*Cansou-se o cura de ver mais livros; e assim à carga cerrada, quis que todos os mais se queimassem; mas o barbeiro já tinha um aberto; chamava-se **As lágrimas de Angélica**. [p.51]*

Vê-se, portanto, que há ídolos e ídolos. Os ídolos da cavalaria não são todos iguais para merecer a fogueira da modernidade; nem os ídolos da poesia. Há três critérios de censura. O primeiro é o encanto. Livros que levem o leitor a transferir para a vida suas lições imaginadas são perigosos. Há que temer o encantamento. O segundo critério são os livros para diversão e passatempo. Esses não oferecem nenhum perigo para o leitor. Merecem ser lidos para distração porque o leitor não corre o risco de se confundir com a narrativa. O terceiro critério são os méritos do autor avaliados pela familiaridade com o censor. Sorrateiramente, Miguel de Cervantes faz os censores se depararem com uma obra de sua autoria a qual merece o seguinte comentário do cura: “Muitos anos há que esse Miguel de Cervantes é meu amigo; e sei que é mais versado em desdita que em verso. O seu livro alguma coisa tem de boa invenção.” [p.51]

Inúmeras lições podem gerar conversas intermináveis sobre o trabalho de censura. A primeira é que os ídolos nos remetem a viver uma vida vicária. Realizarmo-nos num mundo de representações, sem atenção para a realidade preponderante – que também é vicária; o que é, hoje, a modernidade líquida no dizer de Baumann -. A segunda é que a censura retira do mundo da vida opções em favor da realidade preponderante e impede a crítica autêntica dos sujeitos que veneram a Liberdade como valor último. O caso de jogar fora os livros em pacotes de 8 cada um permitiu que Tirante o Branco se salvasse e merecesse as ponderações do cura. Lição mais do que atual para as “tabelas de

temporalidade” aprendida nos bancos universitários pelos profissionais do que se chama “Ciências da Informação”, museólogos e quejandos. Cláudio Giordano que dedica a vida a selecionar e imprimir obras desse naipe mereceu prêmio Jabuti pela tradução do catalão de *Tirant lo Blanc*, apresentada com ensaio de Mario Varga Losa no qual o autor depõe que, ao cursar universidade em Paris, o douto cura lembrou que Cervantes decretava o fim dos romances de cavalaria. Situado na contramão. Llosa pôs-se a ler *Tirant lo Blanc*. Por último, Cervantes explicita que a leitura depende com frequência das escolhas dos censores instituída pela rede de relações.

A Vida Vicária do Quixote prossegue de aventura em aventura perfeitamente coerente com o mundo dos livros de cavalaria. Há, porém, um episódio que merece comentário mais detido. Trata-se do capítulo em que Cervantes mostra como a representação se torna modelo para a ação no mundo prático sensível. É o narrado dos capítulos XXV e XXVI da Segunda Parte.

Os capítulos recebem como títulos: “Onde se aponta a aventura do Zurro, e a graciosa do Homem dos Títeres, com as memoráveis adivinhações do Macaco” – capítulo XXV -, e “Onde se continua a graciosa aventura do Homem dos Títeres, com outras coisas na verdade boníssimas” – capítulo XXVI -. Traduzido para nossa modernidade contemporânea, os capítulos mereceriam títulos como: “Um Psicodrama para Quixote”, ou “Quixote interage com as sombras da Caverna” em atenção aos ídolos do Specus. Com efeito, ambos títulos bem atuais refletem a atenção dos programas de novelas e de casos constantemente exibidos na televisão e na mídia. Privilegiam a “estética da subjetivação”. Juntam no mesmo lugar a busca ávida de encontro do eu consigo mesmo nas projeções, o divertimento das festas para a multidão solitária, e a obediência à palavra de ordem “seja você mesmo!”. O imperativo “seja você mesmo” dificilmente nos soa como uma ordem vinda de fora, mas como algo

que brota do fundo do nosso eu, constituindo nossa individualidade.

Disse de mídia. Inúmeros casos narram o espanto de pessoas em auditórios que, ao assistirem ao cinema pela primeira vez, se abaixavam com medo de os tiros projetados nas telas os atingissem. Casos reais são registrados de caipiras ajudarem os “mocinhos” em fitas de faroeste atirando na tela para salvá-los das artimanhas dos bandidos. Mais reais ainda são os psicodramas das novelas. No momento em que escrevo, a Rede Globo exibe uma novela – que logo será esquecida – denominada “A força do querer”. Acompanho comentários sobre os recursos de cada personagem iludir o outro, em que os fiéis acompanhadores se referem uns aos outros em episódios semelhantes. Diante da plena “Judicialização da política e das relações sociais”, a Globo nos brinda com o seriado “Os dias eram assim”. A mensagem desse psicodrama televisivo determina: “Vocês querem ditadura ou [esta] Democracia?”¹.

Em *O Juiz e a Democracia*, obra publicada em português no ano de 1999, Antoine Garapón alertava para dois aspectos:

A transferência irracional de todas as frustrações modernas para a justiça, o entusiasmo ingênuo pela sua onipotência podem voltar-se contra a própria justiça. (p.27-28)

O desafio é saber como a justiça poderá constituir uma referência coletiva bastante forte – tanto para as deliberações públicas como para os indivíduos -, sem ameaçar

¹ Gostaria de remeter o leitor para algumas leituras complementares: BARTUCCI, Giovanna – org. *Psicanálise, Literatura: estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago, 2001. VIANNA, Luiz Werneck, et. al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999. MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1998. DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Unicamp, 1995.

os valores democráticos (p.28) [GARAPON, Antoine. O Juiz e a democracia, o guardião das promessas. Rio de Janeiro: Revan, 1999.]

Ora, é tudo isto que acontecerá no psicodrama do Quixote. O itinerante cavaleiro se encontra com o grupo itinerante das representações para diversão. Não falta nem mesmo nesse psicodrama o momento da catarse que quase cura o cavaleiro de seus delírios. [MORENO, Jacob Levy. *O teatro da espontaneidade*. São Paulo: Summus, 1984]

Eis o conto. Numa venda chega a trupe de Mestre Pedro. Acompanha o mestre “o macaco adivinho e o retábulo da liberdade de Melisendra”. Em atenção à curiosidade do Quixote, o vendeiro informa: “o tal Mestre Pedro está riquíssimo, e é homem galante (como dizem na Itália), bom companheiro, e passa a vida regalada; fala mais do que seis e bebe mais do que doze, tudo à custa de sua língua, do seu macaco e do seu retábulo” (p. 414).

O macaco de mestre Pedro era treinado para subir-lhe aos ombros e cochichar-lhe aos ouvidos. Era oráculo que revelava ao Mestre os segredos dos consulentes. Cada consulta equivalia ao pagamento de duas moedas. Mas o macaco somente revela segredos do passado e do presente. Não fazia prognósticos. Quixote confia com Sancho Pança a interpretação pessoal das habilidades do macaco e sua relação com o mestre: “olha, Sancho, que eu refleti bem na extrema habilidade deste macaco e entendo que sem dúvida Mestre Pedro deve ter feito pacto expresso ou tácito com o Demônio”. Pacto com o demônio é o mesmo motivo das fábulas que corriam e que criaram o Doutor Fausto, já objeto de obras de teatro iniciadas por Marlowe contemporâneo de Shakespeare.

Isto são pormenores. O psicodrama do Quixote está na exibição dos títeres – o teatro de bonecos -. A cena vem a calhar inteiramente no mundo de Dom Quixote.

Esta verdadeira história, que aqui a Vossa Mercês se apresenta, é tirada ao pé da letra das crônicas francesas e dos romances espanhóis, que andam na boca das gentes, e até na dos rapazes por essas ruas. Trata da liberdade que deu o Senhor Dom Gaiferos a sua esposa Melisendra, que estava cativa dos mouros na cidade de Sansuêna, que hoje se chama Saragoça. (...) E aquele personagem, que ali assoma, com sua coroa na cabeça e o cetro nas mãos, é o Imperador Carlos Magno.” [p.417]

Quixote se emociona e intervém frequentemente, primeiro na performance do narrador: “Menino, menino, segui com a vossa história em linha reta e não vos metais por transversais e curvas”; em seguida cuida da correção dos atos encenados. Quando o narrador afirma que “ressoam por toda a cidade os sinos de todas as torres das mesquitas”. Logo vem a correção indignada: “Isso não, lá nos sinos anda impropriedade mestre Pedro, porque entre os mouros não se usam”. (p. 419).

A narrativa e operação dos títeres segue com reparos e concordância do Quixote até que mouros e cristãos entram em luta renhida. Quixote se converte, nesse momento, em ator e não mais como espectador que critica o enredo e a performance. Entra em cena como cavaleiro, espada em punho:

Não consentirei eu que nos meus dias, e diante de mim, se faça violência a tão famoso cavaleiro e a tão atrevido enamorado, como foi Dom Gaifeiros; não sigais, nem prossigais, senão comigo vos haveis. [p.419]

Imaginem agora o susto de Mestre Pedro ao ver a representação se tornar realidade.

- Detenha-se Vossa Mercê, Senhor Dom Quixote, e advirta que esses que derriba, destroça e mata, não são verdadeiros mouros mas uns bonequinhos de massa. Olha,

infeliz de mim, que me destrói e deita a perder todas as minhas posses.[p.419]

O passo seguinte desse psicodrama é trazer Dom Quixote à realidade. Nesse percurso ele se declara possuído por “esses malditos nigromantes que me perseguem não fazem senão por-me diante dos olhos figuras como elas são, e logo mas trocam e mudam nas que eles querem”.

Forma-se, em seguida, um júri para avaliar o preço justo dos estragos.

A síntese dessa novela de Dom Quixote que morre de morte natural como Alonso Quijano para psicodrama de nós mesmos é: “a história do homem em busca da verdade que opera a nossa modernidade”.

O que foi já não é: fui louco e estou no meu juízo; fui Dom Quixote de La Mancha , e sou agora, como disse, Alonso Quijano, o Bom.” [p.602]

É por isso que com Ian Watt em *Mitos do Individualismo Moderno* [Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999] se pode concluir :

Se o destino de Fausto é desvelar o rigor do cumprimento do contrato mal feito para o qual encontra de Marlowe a Thomas Mann, um narrador “Serenus”, Watt, ao comparar os quatro mitos escolhidos, destaca a grande mensagem otimista do individualismo de Dom Quixote:

Fausto, Dom Juan e Robinson Crusoe não são pessoas finas nem tampouco amistosas; não gostaríamos de ter a companhia de qualquer um deles em uma ilha deserta. A única exceção à falta de atrativos entre os nossos heróis é Dom Quixote. Suas imitações modernas ... caracterizam-se pelo respeito e a admiração. p.272

A Arte de Furtar

Imagine, prezado leitor, uma obra que se diz publicada no ano de 1652, mas que surge de fato em 1643, como local de impressão em Amsterdam, podendo ter sido publicada em Lisboa, com o título de *Arte de furtar, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazu'a geral dos Reynos de Portugal, Oferecida a El Rey Nosso Senhor D. João IV para que a emende. Composto pelo Padre Antonio Vieyra Zeloso da Patria!*

Críticas posteriores negam a autoria do Padre Antônio Vieira, o local da impressão e aparecem nove autores possíveis de escrevê-la sendo que nenhum se aventurou a se candidatar a tão honroso título. Cabe perfeitamente ao percurso desta obra o que Vieira declara no conhecido “Sermão do Bom ladrão”: “faltavam poucas letras a Adão para ladrão. De fruto para furto, não faltava nada.” Fica a pergunta: quem se escondeu naquele momento para se apresentar como Padre Antônio Vieira? Quem se escondeu para publicar em Portugal uma obra dizendo ser em Amsterdam?

Assim surge a obra mais importante sobre a corrupção em geral; a corrupção generalizada. A atribuição ao Padre Antônio Vieira teria o sentido de projetar à autoridade desse grande pregador o sentido dos discursos que se desenvolvem? Vieira, ao longo da vida, teve de se deparar com inúmeras publicações com seu nome que resultavam de ouvintes e admiradores atentos de seus sermões. Naquela época a memória das pessoas era a principal guardiã das tradições, diferentemente de nossos dias em que uma notícia espetacular se perde imediatamente na voracidade das novas. Nossos jovens podem padecer do Mal de Alzheimer precocemente, dada a velocidade com que o novo nos devora.

Mas, não é isso que nos interessa aqui. A *Arte de Furtar* não pode ter autor reconhecido, nem local de impressão reconhecido, posto que deverá provocar a ira de todos aos quais se dirige

em especial ao Príncipe a que é dedicada. O refugiado autor, ao mesmo tempo em que quer se valer do Padre Antônio Viera pela sua fama, quer também atirá-lo em meio à fogueira.

Tomem-se exemplos de alguns capítulos: I. Como para furto há arte, que é ciência verdadeira. II Como a arte de furto é muito nobre. III. Da antiguidade e professores desta arte. IV Como os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões. V. dos que são ladrões, sem deixarem que outros os sejam. E por aí vai.

O primeiro capítulo merece a maior atenção do leitor. Nele se defende que furto é arte fundada em ciência verdadeira “ainda que não tenha escola pública, nem doutores graduados que as ensinem em universidade como as têm as outras ciências” [ANÔNIMO [SEC. XVII] *Arte de Furto*. 3. Ed. Lisboa: Estampa, 1978, p. 28]. Há também uma curiosidade nessas páginas introdutórias, bem de acordo com o espírito da época. Medicina, filosofia, teologia, matemática e música são ciências verdadeiras porque “provam seus princípios”; não, porém, a jurisprudência “que não se detém em especular ou demonstrar o que propõem seus textos, donde nasce não haver evidência pública da razão de seus preceitos. E se nos move a segui-los a obediência com que todos nos sujeitamos a eles, mais é por temor, às vezes por respeito”. [p.29]

Para provar que a “Arte de Furto” é ciência verdadeira, o autor narra o caso que nos interessa para este artigo e com ele finalizo essas considerações.

Com uma história notável faço demonstração desta verdade. Em certa cidade de Espanha houve uma viúva fidalga, tão rica como nobre. E como as matronas de qualidade, por seu natural recolhimento, não podem assistir a tráfegos de grandes fazendas, desejava esta muito um feitor, fiel e inteligente, que lhe pudesse governar tudo. E não desejava menos um ladrão ladino ter entrada em

casa tão caudalosa, com algum honesto título, para se prover, de uma vez, de remédio para toda a vida. Lançou suas linhas e armou suas traças em forma que nenhuma consequência frustrou, assim para entrar com grande crédito, como para sair com maior proveito. Achou por suas inculcas que tinha a senhora um confessor religioso, a quem dava crédito e obediência, por sua virtude e letras. Pregava este certa festa de concurso; vestiu-se o ladrão de traje humilde, o rosto penitente e fez-se encontradiço com ele, indo para o púlpito. Pôs-lhe na mão uma bolsa de dobrões, que disse achara perdida, e pediu-lhe com muita submissão e modéstia, que a publicasse ao auditório e a restituísse a quem mostrasse que era seu dono, dando verdadeiros sinais dela e do que continha.

Ficou o reverendo padre pregador atônito com tal caso, que houvesse homem no mundo que restituísse em vida; e disse aos ouvintes milagres do sujeito – e que podendo melhorar de capa com aquele achado, o não fizera, estimando mais a paz de sua alma que o cômodo de seu corpo, e que em um daqueles eram bem empregadas as esmolas. E assim foi que, acabada a pregação, mandaram muitos cavaleiros seus subsídios, com mais de meia dúzia de vestidos muito bons, ao reverendo padre, para que desse tudo ao pobre santo, que lhe não pesou com eles. E foi a primeira consequência que colheu do seu discurso. E a segunda assegurar a bolsa para si com sua mãe, que era uma velha tão ardilosa como ele, que já estava prevenida ao padre do púlpito e muito bem adestrada pelo filho; e, em descendo o padre, agarrou dele gritando: “A bolsa é minha! Por sinal que é de coiro pardo, com uns cordões verdes, e tem dentro seis dobrões, quatro patacas e um papelinho de alfinetes.”

Ouvindo o pregador sinais tão evidentes e vendo que tudo assim era, lhe entregou tudo, dando graças a Deus que nada se perdera. E a mãe fez em casa a restituição ao filho, que assegurou de caminho, a terceira consequência de estafar também o religioso, que o levou à sua cela, onde regalou e melhorou de vestido e fortuna; informando-se dele mesmo de seus talentos; e achando que sabia ler e escrever quanto queria e contar como um gerifalte na unha e que, sobretudo mostrava bom juízo, seguiu-se logo a quarta consequência de por em casa de sua confessada, com mero e misto império sobre toda sua fazenda, havida e por haver, abandonando-lhe por quinta-essência de fidelidade e inteligência. Com que, a seu salvo, colheu a última consequência que pretendia das rendas da sua senhora, que ensacou em oiro, para voar mais leve, e com dez ou doze mil cruzados, que dois anos de serviço lhe depararam, se passou para outro hemisfério, sem dizer a ninguém: "Ficai-vos embora."

Digam agora os professores das ciências e artes mais liberais, se formaram nunca silogismos mais coerentes. Negará a luz do sol quem negar à arte de furtar o discurso e subtileza com que aqui lhe damos o nome de Ciência Verdadeira. [p.29-31]

Sem comentários!

Tartufo

Molière não é Molière. Molière nasceu Jean-Baptiste Poquelin. No teatro é Molière. Sempre, Molière. Molière é também Tartufo, assim ele confessa:

Passei a ser o diabo. O meu caráter bufo

Julgaram ser pior que o próprio Tartufo.

Como vão consentir os Tartufos da vida

*Que a face do Tartufo entre a ser exibida,
Sua voz, seu riso, seu olhar,
Para que qualquer um possa autenticar,
Aqui, ali, além, mais perto, mais distante, Meigo, astuto,
atrevido amoroso, arrogante,
Zombeteiro, ladrão calculista e genial,
Fingindo benfeitor e praticando o mal?
Se devem punir por uma ação tão feia
Meti a humanidade inteira na cadeia (!)*

[Molière. *Tartufo*. Tradução de Guilherme Figueiredo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. P. 2]

O Tartufo de Molière é a “Arte de Furtar” em cena:

*Quem proíbe Tartufo? Os monarcas? Os reis?
Os maus? Os belequins? As injunções? As leis?
As normas da moral? A inveja dos confrades?
As pessoas de bem? As beatas, Os frades?
Não se pode impedir que o meu Tartufo exista:
Ele é puro demais – como criação de artista:
Em sua sordidez previne a todos mais:
“Lembra-vos! Sois assim! Nunca vos esqueçais!” [p.3]*

Ao contrário da *Mandrágora* de Maquiavel, Tartufo merece punição. Ele vem em nome da Moral para nos alertar que nossos tempos são de Tartufos. Porém, a aparente descrença na humanidade é desmontada na comédia pela fé nos aparelhos de vigilância. No fundo Jean-Baptiste acredita e anuncia a indústria da

segurança tão louvada e exigida nos dias atuais. Nesse ponto, o autor visualiza o conflito permanente entre Justiça, aparelho policial e a relação ambígua entre os “delitos e as penas” do pensamento de César Baccaria.

Agora tu vais ver, nas profundas do inferno,

Se algum lucro te deu brincar com este governo!

[ao que Cleanto reage]

Oh, não vos rebaixeis a tal indignidade!

Devemos dedicar-lhe um pouco de piedade

E roguemos ao céu que o caráter lhe mude

E o faça retornar ao seio da virtude! [p.106]

Representações e autonomização do ator

Caminho neste ponto para a seção final deste artigo e reservo para apreciação do leitor a conversa com alguns autores.

O primeiro deles é André Comte-Sponville em sua obra *O capitalismo é moral?* [São Paulo: Martins Fontes, 2005] O segundo privilegiado é Jean-Paul Sartre com seu *Saint Genet, ator e mártir* [Petrópolis: Vozes, 2002]. De permeio às diretrizes traçadas por essas obras indico rápida conversa sobre temas momentosos em que a questão do “mercado humano” e o “marketing eleitoral” assumem relevo para os dias em que vivemos [BERLINGER, Giovanni e GARRAFA, Volnei. *O Mercado Humano: estudo bioético da compra e venda de parte do corpo*. Brasília: UNB,1996. NOGUEIRA, Márcio. *Marketing eleitoral, um longo caminho*. Belo Horizonte: o autor, 2004]. Finalmente, dedico atenção para duas obras de ficção em que o perfil dos vigaristas se completa com narrativas do próprio sujeito [fictício], em con-

traste com todas as anteriormente apresentadas, nas quais o vigarista é visto pelo outro. Refiro-me a

QUEIROZ, Eça de. *A relíquia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1963.

MANN, Thomas. *Confissões do impostor Felix Krull*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Para concluir apresento pequenos comentários à obra de Brian Sutton-Smith, *A ambiguidade da brincadeira*. [Petrópolis: Vozes, 2017]

Sigamos a empreitada.

Afirmo para início de conversa que o tema desta revista: “Quanto vale o espetáculo?” surge de uma preocupação da Comissão Mineira de Folclore com pergunta muito mais ampla: “Quão humanos somos?” Disso decorre uma constatação empírica que nossa humanidade é permeada de ações desumanizantes. No reino, do “Eu comigo S. A.” o outro é meu objeto e não Outro com o qual me posso comunicar. Ou seja, não existe nada em comum. Desse modo, o modelo hobesiano da ordem se torna para nossa modernidade o único caminho possível para a celebração da Paz eivada de conflitos latentes.

São questões desse tipo que são abordadas por André Comte-Sponville na obra *O Capitalismo é moral?* Esse autor admite quatro esferas autônomas da vida social neste nosso mundo contemporâneo. A primeira é a do mundo de reprodução da vida a que dá o nome de “ordem tecnocientífica”; a segunda é denominada “ordem jurídico-política”; a terceira é a “ordem da moral” e a última, “ordem ética”

Sponville distingue como marca de cada uma delas. A autonomização do primeiro mundo – da ciência e tecnologia – não se submete a valores externos a seu saber e fazer. Pesquisas da física, da química, da biologia não se perguntam pelos limites

da resposta às perguntas que surgem na mente dos cientistas. O modelo mais adequado desses cientistas é a dupla Professor Pardal e seu ajudante de laboratório o Lampadinha. A Ciência pura não é limitada por valores externos, nem mesmo o útil e o inútil lhe interessa. Do mesmo modo, a produção e as técnicas de produção, ao se autonomizarem se orientam pelas diretrizes do mercado. A mão invisível. E Sponviille conclui: “Se deixarmos essa ordem tecnocientífica entregue exclusivamente à sua espontaneidade interna, todo o possível será sempre feito, ora, o possível, hoje, é mais assustador do que nunca.” (p.52)

Segundo esse autor, a ordem tecnocientífica é limitada em nossos dias pela “Ordem Jurídico-política”. Nesse ponto ao exigir limites para essa ordem Sponviille exemplifica:

Nenhuma lei veda a mentira, salvo em certas circunstâncias específicas, por exemplo comerciais ou contratuais. (...) Mas sei que quando minto (o que acontece raramente, mas pode acontecer às vezes), não violo nenhuma lei.

Nenhuma lei veda o egoísmo.

Nenhuma lei veda o desprezo.

Nenhuma lei veda o ódio.

Nenhuma lei veda – vejam só – a maldade.

De modo que nosso indivíduo plenamente legalista poderá, em plena conformidade com a legalidade republicana, ser mentiroso, egoísta, cheio de ódio e desprezo, numa palavra, mau. O que ele seria, então, senão um canalha legalista? (p.54)

A terceira ordem é moral e a quarta, a ética. Segundo o autor, Moral se distingue de ética no que se refere ao dever imposto às consciências. A moral determina o certo e o errado, o bem e o

mal. Ao passo que a Ética expressa os valores últimos onde se explicitam o que é humano ou desumano, em minha interpretação. Ética, na linguagem do autor é reino do mundo comandado pelo Amor. Ética determina o certo e o errado, o bem e o mal.

Pois bem, se houver realmente autonomia nessas esferas hierarquizadas com expediente de controle social, teríamos zeladores das ações de reprodução da vida pelo Estado, das leis e do aparato burocrático do Estado, pela consciência dos deveres morais e dos deveres morais pela Ética. Ora, se é visível a divisão entre Tecnologia e Economia na organização social e o aparato do Estado, as instâncias morais e éticas são invisíveis. Porém, o modelo nos oferece base bastante interessante para imaginar os expedientes de representação das relações sociais em esferas diferentes. O amor por interesse, o dever fingido, a alegação de direitos nas transgressões, a utilidade dos valores morais e sua correspondência às ações do mercado e assim por diante.

Esta obra pode nos remeter à de Von Wright, *Norma y acción, una investigación lógica*. [G. Henrik Von. Wright. Madrid: Tecnos, 1979] Nessa obra o autor distingue, em primeiro lugar, as Leis da Natureza das Leis do Estado. Postas de lado as Leis da Natureza de interesse para as Ciências Exatas, Von Wright agrupa as normas que interessam à ação humana em duas grandes categorias: as normas gerais e as normas especiais.

Na categoria das normas gerais estão compreendidos três grupos: 1. regras, prescrições e diretrizes. Para Von Wright, são regras as leis da lógica, leis da matemática, as regras da gramática e dos jogos. 2. Leis do Estado e todas as ordens de prescrição e proibição. 3. Diretrizes entendidas como normas técnicas – forma de uso correto de algo.

No grupo das normas especiais o autor agrupa 1. Costumes; 2. Princípios morais; e 3. As Regras ideais. Todos esses grupos se assemelham de algum modo com as prescrições das Leis do Estado. Entendidos desse modo, costumes, princípios morais e

regras ideais, atuariam seja como colaboração para as prescrições do aparato normativo do Estado, seja como contestação, seja ainda como oportunidade de controle.

Vale lembrar a fúria normativa de agentes do Estado que buscam transformar em leis coisas mínimas da vida social, como se o Estado contivesse o aparato panóptico imaginado por Jeremiah Benthan no século XVIII, oportunidade em que o assim chamado Estado Democrático de Direito não seria nada mais nem nada menos que um Estado plenamente absolutista determinando leis minuciosas sobre o exercício da Liberdade – puro absurdo. Tal Estado não seria outra coisa que um grande aparato policial.

Já que fiz esta digressão convocando Von Wright à roda de conversa, aventurei-me a chamar três novos autores para dialogar com as ordens de Sponville.

São os que estabelecem uma preciosa conversa sobre a relação entre a Troca Tradicional e a formação dos mercados tal como entendemos hoje, na era da “Sociedade de Mercados”.

O primeiro convocado é MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988. Esta obra importantíssima pode ser vista de várias maneiras. Em primeiro lugar como esforço de compreender as trocas nas sociedades “primitivas” e a relação entre doação e retribuição. Mas, pode, em segundo lugar, ser oportunidade para compreender como um problema das relações sociais de mercado merece ser respondido pelo estudo das “formas elementares” de relações de troca.

Os autores enumerados em seguida se debruçam sobre essa obra para dar-lhe nova luz. Refiro-me a Maurice Godelier [GODELIER, Maurice. *O enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.] e Jacques Godbout. [GODBOUT, Jacques T. *O espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999].

Godelier nos oferece novas luzes para uma conversa sobre dom e retribuição. Isto exige compreender que toda sociedade se fundamenta em dois domínios. O primeiro é o das trocas, “Não importa o que se troque e qual a forma desta troca, do dom ao potlatch, do sacrifício à venda, à compra, ao mercado; e aquele que os indivíduos conservam preciosamente para eles mesmos, e depois transmitem aos seus descendentes àqueles que compartilham a mesma fé, coisas, relatos, nomes, formas de pensamento. Pois o que se guarda sempre são “realidades” que arrastam os indivíduos e os grupos para um outro tempo, que os remetem às suas origens, à origem.” (p.303)

Godelier nos lembra ainda da forma de sociedade reinante marcada pelo “casamento do capitalismo com a democracia” na qual “ter dinheiro tornou-se condição necessária para existir física e socialmente” e se pergunta o que existe entre nós além da troca. (p. 309) E pondera, o que para nós é oportunidade permanente para a simulação do lugar do outro, a vida vicária plena: “O dinheiro e o lucro estão no próprio coração do sistema”! Existe inegavelmente no coração do capitalismo uma fonte permanente de desigualdades sociais, e isso significa que nesse sistema, como em todos os outros, há coisas a serem recalçadas, coisas sobre as quais é preciso silenciar ou “que é preciso” travestir de interesse comum” (p.310).

Ora, questões desse tipo, nos fazem entrar no marasmo dos valores que não são objeto de troca e que devem ser conservados para legitimar as trocas, agora determinadas pelo mercado. A oposição entre ninguém pode ser vendido e todo homem tem um preço; a democracia é o reino da justiça e aceita no corpo das leis a legitimação das desigualdades estabelecem incômodos mil tanto para vivência no cotidiano, quanto para os ensaios teóricos bem intencionados. Entendo, diferentemente de Godelier que o maior valor a que somos obrigados a conservar é que nesse mundo desigual tudo pode ser avaliado por uma medida justa.

Prometi trazer à roda de conversa outro autor, Jacques Godbout e seu “espírito da dádiva”.

A obra defende que existe um sistema da dádiva, tal como o do mercado e do Estado.

Vejam esta pergunta inquietante:

Existe uma relação entre a dádiva da vida, a arte da conversação (onde se dá e se toma a palavra) o amor familiar ou patriótico, o gosto pelo trabalho bem feito, o espírito de equipe, a doação de sangue e os almoços de negócios? P. 22.

O exame das relações entre os códigos de funcionamento do Mercado e do Estado feitos na obra convocam o leitor para a discussão de inúmeros assuntos da maior relevância:

Em primeiro lugar, são colocados os focos de confrontação entre os diferentes sistemas. Sobre o que se dá entre a dádiva e o mercado, afirma o autor:

A mercadoria jamais pretendeu ser conivente com a dádiva. Postulando que cada agente entre em contato com o único propósito de maximizar os seus interesses materiais, a ideologia mercantil valoriza a possibilidade de romper uma relação sem mais nem menos, quando o bem que se adquire não satisfaz. P.65.

Mas, para entender um pouco mais essa relação de confronto, são examinados alguns casos-limite: o mercado de arte (p. 100-106) e “as doações de órgãos”, com destaque para a doação de rins (p. 107-111). Quanto à arte e seu mercado, são lembrados os indivíduos que compõem a cadeia de agentes: o artista e os críticos, o marchand e o colecionador, o

museólogo e o historiador de arte. O autor enumera três características que compoariam o mito do artista para concluir que, “na transmissão da arte, o dinheiro é sempre um veículo insuficiente. Todo artista espera receber, além de reconhecimento, gratidão por alguma dádiva. (...) pôs sua própria pessoa na sua obra e espera que o recebedor faça o mesmo” (p. 104.)

O que dizer da doação de órgãos, que o mercado quer como um contrato de compra e venda e o Estado quer impor como doação obrigatória?

Enquanto o mercado se orienta pelo interesse dos indivíduos civilizados nas regras do contrato, o Estado tem, no imposto e na prestação de serviços, outra lógica que se confronta com a dádiva. Daí, afirma o autor:

A intervenção do Estado sempre tenderá a transformar o ato gratuito de alguém em trabalho não pago. (...) O sistema governamental não é um sistema de dádiva. (...) O Estado presta cada vez mais serviços. (...) Portanto, ele não dispensa dinheiro, mas serviços. P. 74

É dessas afirmações que se pode concluir, com o autor, que uma dádiva imposta pelo Estado perde seu caráter de doação para se fixar na do imposto, ou do tributo em sua raiz mais primitiva, o preço que o vencido deve pagar eternamente ao vencedor de sua tribo p. 108.

Minha conclusão, após essas leituras, é a pior possível: O vigarista obriga a vítima e doar como se dádiva fosse troca. A vítima, em lugar de sair com lucro, ou satisfeita com o preço justo sai lograda. A dádiva forçada pode ter o nome de “mais valia”, de “logro”, de “imposição”, de adoção, ou de estratégia de marketing e assume aspectos desumanos na fixação

do mercado de compra e venda de órgãos e nos marketing eleitorais. Exibo como exemplo sem comentário duas obras: BERLINGER, Giovanni e GARRAFA, Volnei. *O Mercado Humano: estudo bioético da compra e venda de parte do corpo* e NOGUEIRA, Márcio. *Marketing eleitoral*.

A primeira obra mencionada nos coloca frente a frente os problemas mencionados por Sponville da relação entre a ordem tecnocientífica, a ordem do Estado e a ordem moral. A segunda é exemplo de como se deve elaborar um programa de marketing eleitoral para convencer o eleitor a votar no candidato que utilizar com maior competência na política os instrumentos já consagrados pelo mercado. Ora, o próprio marketing visando ao mercado já supõe que o produto não tem valor de consumo sem apoio da embalagem que o embeleza, esse expediente empregado na política evidencia que o candidato fará promessas do gosto do consumidor, as quais jamais serão cumpridas. Que dizer do marketing religioso? Em artigo publicado pela Revista Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, há um artigo curioso cujo título é “Nossas hóstias contêm mais Deus”!

Jean-Paul Sartre e Saint Genet

Quando deliberamos dedicar a edição 29 de nossa Revista aos tipos populares, senti uma tentação quase irresistível de contrapor dois grandes escritores que alcançaram popularidade entre leitores. O primeiro era um alemão, Karl May falecido em 1912. O segundo Jean Genet, um francês escandaloso. Muitas coincidências e elevadas diferenças na popularidade.

Karl May nasceu em família numerosa de 14 irmãos; ficou cego na infância e recuperou a visão aos cinco anos. Tornou-se marginal ao incorporar personagens e viu as grades da prisão até que um sacerdote católico o incentivou a ler e a utilizar a própria

imaginação para publicar livros. Mesmo assim, a sina de ladrão sempre o perseguiu. Suas obras principais relatam viagens e aventuras narradas em primeira pessoa. Ele jamais viveu tais aventuras. Medindo 1,65 metros, nas obras imaginadas é um gigante valente. Apresentava-se com vestimentas de seus heróis e foi processado por isso. Ao morrer deixou um fundo para ajuda dos escritores pobres e todos os anos na Alemanha realiza-se o Festival Karl May. Pois bem, Karl May foi meu herói na adolescência e, até hoje, não deixo de reler suas obras principais. Foi-me difícil aceitar que ao lado de uma pessoa tão nobre havia tantas acusações de fraude. Este é o meu Karl May do qual mantenho de cor muitas das passagens de seus romances.

O contraste com Jean Genet apareceu muito tarde. Em nunca li qualquer obra desse autor, mas assisti ao encanto de alguns psicanalistas pela obra e decidi conhecê-lo através da linda e maravilhosa biografia – análise crítica – de Jean-Paul Sartre. A popularidade de um e outro autor é diferente. Enquanto Karl May é lido no mundo inteiro – hoje menos – mas alcançou a venda de 200 milhões de exemplares e teve pouca atenção dos críticos acadêmicos, Genet é popular apenas em restritos meios universitários. O que há de semelhante em um e outro é o abandono, a vida “marginal” e o projetar-se pela literatura. A diferença, porém, é gritante. Enquanto Karl May é um nobre cristão respeitoso com todas as etnias, mas sempre um quase missionário bem sucedido; enquanto Karl May foi lido e admirado por pessoas antípodas como Albert Einstein, fundadores da Escola de Frankfurt, diplomatas e até Adolf Hitler, Jean Genet quer expor ao leitor a opção pelo Mal.

A apreciação e consagração por Sartre da vida – mais do que a obra – de Jean Genet é convite a profundas meditações sobre a representação, a vida como representação. Que é feito de nosso Pixote? E dos milhões de crianças e adolescentes “em conflito com a lei”?

Sartre inicia a apresentação do “ator e mártir”:

Um acidente o fez tropeçar em uma lembrança da infância e essa lembrança tornou-se sagrada. Em seus primeiros anos, encenou-se um drama litúrgico, de que ele foi oficiante: teve o paraíso e o perdeu, era criança e expulsaram-no de sua infância.(...)Eis o enredo desse drama litúrgico: um menino morre de vergonha, em seu lugar surge um marginal; o marginal será possuído pelo menino. (p.15)

Aos sete anos o que chamamos de “Conselho Tutelar” o entregou a uma família de camponeses – é um filho falso -. Aí fixa o primeiro momento: “o senhor pároco diz que ele tem uma natureza religiosa” (p.19)

Sartre sintetiza magnificamente a trajetória de Genet: “ele não é bastante para ter (...) Ele não tem bastante para ser”. E antecipa o futuro:

Como esse menino abstrato reagirá ao seu duplo exílio? Imitando o ser e o ter, nas brincadeiras como todas as crianças. Terá dois jogos favoritos: brincar de santo e de ladrão. A insuficiência de ser o leva ao primeiro, a penúria de ter ao segundo. (p.23)

Mas a experiência se surripiar coisas dos outros não é importante até que “uma voz declara publicamente: “Você é um ladrão”. Ele está com dez anos”. (p.29.)

Esta narração interpretativa é um soco na cara de todos nós “honestos”.

Esse menino abandonado é um detrito autêntico; parece que carrega um azar inacreditável, que nos garante contra qualquer impulso acidental de reciprocidade. Posto em observação durante algum tempo, demonstrou maus instintos e cometeu ações delituosas. Era o que bastava. Com o olhar que o surpreendeu, com o dedo

que o mostrou, com a voz que o chamou de ladrão, a coletividade o destinou ao Mal. Era esperado, pois haveria uma vaga: algum velho forçado agonizava em Caiena; também entre os maus é necessário garantir a sucessão das gerações. Logo, estavam construídos todos os degraus que ele deveria descer; ele ainda não saíra do ventre da mãe e seu catre já estava reservado em todas as prisões da Europa, seu lugar marcado em todos os transportes de prisioneiros. Só teve o trabalho de nascer; as suaves mãos da Justiça o conduzirão da Assistência para o desterro.(p.41-42)

No capítulo conclusivo, “Prece pelo bom uso de Genet”, Sartre nos adverte como leitores:

Ele joga sua obra no jogo de “perde-ganha” e você é o parceiro. Logo, você só ganhará aceitando perder. (P.547)

Está aí a síntese de quem representa a vida vicária.

A vez dos impostores na sociedade de mercado

Existe uma ruptura interessante nos relatos selecionados, principalmente, a partir da “Arte de furta”. Os impostores ficam sempre de olho nas fortunas que valem dinheiro, como já previa Aristófanes em sua comédia. Tartufo quer fortuna e os novos impostores têm em vista heranças, riquezas. A partir do século XVIII representa-se o uso de valores morais como oportunidade para as grandes fraudes e sua crítica contundente. Porém há profundas mudanças entre o século XVIII e o XIX, e entre aquele e as representações convenientes aos nossos dias. É o que veremos pela comparação entre a *Relíquia* de Eça de Queiroz e as *Confissões do Impostor Felix Krull* de Thomas Mann.

Há que sublinhar a diferença entre um e outro autor e seu tempo. O primeiro é português e escreve no final de século XIX, o segundo é alemão e publica seu trabalho em meados do século XX. Contudo, ambos têm em vista uma obra universal. Há também que perguntar, como autores de outros lugares do mundo, a grande Ásia, a múltipla África encontrariam em suas formações sociais frestas dos costumes reinantes para serem objetos de fraudes e imposturas.

Há um ponto comum na forma narrativa. Um e outro autor se manifestam na primeira pessoa. “O impostor sou eu mesmo”. É o convite para o leitor se tornar parceiro do jogo como “outro eu”, já lembrado por Jean-Paul Sartre. Esse “o outro sou eu mesmo” é uma das marcas substanciais da modernidade contemporânea, sem dúvida nenhuma, núcleo das relações fraudulentas. O outro não-eu das narrativas será sempre objeto da burla, da fraude, do conto vicário. Essas estruturas narrativas desvendam o segredo de todas as dominações e desumanização do outro nas relações sociais exibidas com competência na análise existencial empreendida por Sartre devotada a Jean Genet. “Se dizem que sou ladrão, obrigo-me a representar esse ser”. “Sou o que dizem que sou”. Seja você mesmo é a grande palavra de ordem para quem vive em meio a essa multidão solitária.

Joaquim Manuel de Macedo já havia exposto esse desafio de ser o que somos designados na pouco conhecida “Vítimas algozes”. Ser eu mesmo no contexto da fraude cria o aprisionamento que se manifesta na segregação, nos enclaves fortificados, nos Alphaville da vida, e também no que se quer como quilombos. O fenótipo se torna genótipo. Seja negro. Seja branco. Seja indígena. Realiza-se no dia a dia o grande ritual que imprime caráter em sublimes rituais de passagem.

Os impostores de Eça de Queiroz e de Thomas Mann vivem os tempos da modernidade contemporânea; mais contemporânea para Mann e menos para Queiroz. Porém, o leitor brasileiro ain-

da pode se posicionar como “outro-eu” nessas peripécias. Não há mais espaço para os espetáculos de punição pública como exemplo à transgressão. A tortura e o castigo se tornam clandestinos. Não existem forcas nem lacerações em praça pública e a máquina de punir deve obedecer à utilidade como preceituava Jeremia Benthan em seu celebre “O Panóptico”. **Dos delitos e das penas** era lido e discutido nos cursos de Ciências jurídicas e Sociais. Enfim, a eficácia simbólica das religiões não deveria mais pautar os valores de um Estado Secular. Adeus Prometeu! Não haveria mais fogo sagrado a ser revelado aos homens para alcançarem as graças dos Deuses.

Eça de Queiroz nos apresenta o seu eu=Teodorico em a Relíquia. Teodorico vem ao mundo numa sexta feira da paixão. Teodorico tem como sobrenome “Raposo” e é neto do Padre Rufino da Conceição. Nascido na sexta feira da paixão, a mãe lhe morre no sábado das aleluias – ele não diz, mas é o dia da queima dos Judas -. O pai deixa a criança – eu Teodorico - “numa noite de entrudo”, mascarado de urso. Enfim, o menino Teodorico – eu leitor, parceiro desse jogo – é filho da religião e dos contrastes que as celebrações religiosas criam. Sem mãe ao nascer e sem pai aos sete anos – bem os sete anos, quando se cria que a criança ingressava na “idade da razão” – Teodorico é levado para Lisboa onde será criado por uma tia – A Tia Patrocínio – a quem ele chamará sempre de “Titi”. Primeira recomendação para a criança no uso da razão: - Titi não conhece “não”. Diga sempre “sim” a ela. É com o desenvolvimento do uso da razão que Teodorico=eu viverá entre o sim que deve à Titi e ao sim que deve à vida da cidade. Para a tia Patrocínio, será sempre um devoto, venerando os santos, cada um com suas prendas, assistindo às missas, às bênçãos do Santíssimo. Nenhuma oportunidade para o profano. O Teodorico da Titi é um Hipólito. “Fora a mulher!” não é ele que diz, mas autores contemporâneos farão eco; “Fora a mulher! No seio dela como confusa e esfumaçada usina, grunhe do egoísmo o multifário assomo”. [REZENDE, José Severiano de. *Mistérios*.

Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros UFMG, 1971. Poema “Anátema” publicado pela primeira vez em 1920]

Diferentemente de Teodorico, o eu de Eça de Queiroz, Felix Krull. O “eu” de Felix nasce num domingo de um parto que exige cuidados médicos, mas sem as complicações que levaram desta para melhor a mãe de Teodorico. O pai de Felix é um industrial que fabrica espumantes.

A figura do pai é o inverso da Tiiti de Teodorico. Fabricante de champanhe, tem de se haver com a competição e prestar atenção à relação entre custo de produção e retorno do mercado. Para tal, precisa inventar expedientes que lhe garantam algum lucro. “Dou ao público algo em que ele acredita. Além disso, os concorrentes estão nos meus calcanhares, caro amigo, de modo que minha situação é quase insustentável.” [p.12]

Esta será a escola para o impostor. Encontrar frestas na vida para sobreviver tendo em vista valores nobres. Ser Felix é tudo que agrada ao eu que viverá peripécias ao longo da vida. A falência do pai é lição para o sistema de mercado se fundar na concorrência. O pobre pai encontra expedientes de sobrevivência na indústria familiar, em momento em que a competição se estabelece firme na ordem do mercado. Sem perspectivas, dá fim à vida. Esta será oportunidade para Felix obter rituais sagrados para uma morte vil. Há de convencer o padre que o velho morreu como cristão. É a única vez que símbolos religiosos são valorizados na vida do impostor. “Embora fosse criado longe de qualquer superstição, sempre atribuí um sentido misterioso a esse fato, ligado ao meu nome Felix.” [p.15] Eis o segredo do nome para ser. Ser Felix. Aprender com o teatro é a escola para Felix.

O teatro me pareceu um templo de prazer em que as pessoas carentes de visões edificantes, reunidas na sombra, diante de uma esfera de claridade e perfeição, erguiam os olhos, boquiabertas, para contemplar o ideal de seus corações. [p.31]

Com Teodorico, o eu de Eça, não há teatro. Apenas o sim para a Titi e para o mundo mundano. Até a frequência à ópera é comandada pela vontade da Titi. Há de ser religioso. Sobram as frestas da mulher como enigma. Surge Adélia que logo o substitui por outro, após lhe surripiar oito moedas valiosas. E finalmente a Mary, nas aventuras de Alexandria, que o cura das representações como fantasma de províncias de significados. Curado, Teodorico tenta conhecer o mercado do sagrado e cria a indústria de relíquias, inicialmente, com intermediários, e finalmente, com domínio da cadeia produtiva. Nesse expediente, chega à superprodução e satura os consumidores. “Bem cedo reconheci que esta profusão de reliquiaria saturara a devoção de meu país! Atochado, empanturrado de relíquias, este católico Portugal já não tinha capacidade – nem para receber um destes raminhos secos de flores de Nazaré, que eu cedia a cinco tostões.” [p.279] Não era a cura perfeita. Teodorico, após a morte da Titi, que lhe deixa em testamento apenas os óculos, simbolicamente para ter em mente a “reta consciência” submete-se à ordem. Vai empregar-se numa indústria de tecidos, - essa sim honesta e conhecedora das ondas do mercado -, ali é promovido, casa-se, adquire bens com seu trabalho e torna-se proprietário.

Curiosamente, Teodorico que sonha com a luminosa Paris, terra da liberdade – da libertinagem segundo a Titti -, submete-se a viajar para a Terra Santa; de outra parte, Felix Krull destinado a Paris para obter ali sustento vale-se das inúmeras frestas do trabalho para, finalmente, como outro, ir gozar vida nobre em Lisboa.

O moinho de vento de Teodorico é a religião católica; o de Felix Krull é a sociedade burguesa na qual, todos podem viver felizes desde que se aproveitem suas frestas para representar o que seu pai não soube, nem foi capaz. Nessa sociedade, felicidade se obtém pela fraude, honra não tem valor!

Conclusão A ambiguidade da brincadeira

Feito este percurso, convido o leitor para uma rápida conversa em torno de uma obra publicada neste ano de um autor falecido em 2015. Refiro-me a Brian Sutton-Smith, e *A ambiguidade da brincadeira*.

Assumo a fé de que todas as representações são brincadeiras. Não acredito que o autor professe a mesma fé, mas nos ajuda a crer melhor.

Brian examina as brincadeiras à luz de sete retóricas. Entendo como “retórica” o emaranhado de argumentos encadeados com o propósito de convencer o “outro”. A primeira apresentada pelo autor considera a brincadeira como progresso. Começa-se brincando para depois dominar as coisas sérias. Meninas brincam de boneca e meninos de carrinho. A segunda é a brincadeira como destino. De acordo com o autor ela se mostra presente nos jogos de azar, nas apostas e é oposta do discurso do progresso. A terceira é a brincadeira como poder que se manifesta em todas as competições, campeonatos, premiações, tudo que se avalia para estabelecer o mais e o menos. A quarta é a brincadeira como identidade. É que se apresenta nas festas e encenações voltadas para afirmar e confirmar a identidade de grupo e comunidades. A quinta se refere à brincadeira como imaginário. Aqui entramos no reino da literatura. A sexta é a retórica do eu [do self, do si mesmo]. O autor exemplifica com as brincadeiras solitárias e o hobbies. Por último, o autor apresenta a retórica da brincadeira como frivolidade. Segundo ele, é a que se dedicam os folcloristas e ressalta: “A frivolidade, como é usada aqui, não é apenas a negativa puritana, mas é um termo a ser aplicado mais à figura de charlatães e tolos, que foram, em um determinado momento, as pessoas centrais e carnavalescas que realizavam um protesto lúdico contra as ordens do mundo ordenado” [p.38]

A essas retóricas, Brian contrasta duas províncias retóricas. Às que dá o nome de “mais amplas” e às que chama “mais estreitas”.

tas”. A mais amplas se compreendem nos discursos políticos, religiosos, jurídicos, doutrinários em geral. E as mais estreitas são as contidas nos discursos científicos. O que faz de cada província uma retórica à parte é a intenção de convencer com ou sem regras explícitas.

Está aí o mundo da vida contemporânea. Nem o mais sério pode ser visto com seriedade. Haverá sempre o marginal que brinca com o que é sério. A seriedade das leis injustas, a seriedade das religiões verdadeiras e das heresias, a seriedade das visões de mundo, a seriedade das prescrições e normas técnicas advindas do saber científico.

Você já foi ator neste espetáculo?

José Moreira de Souza

Um roubo cometido sem violência só deveria ser punido com uma pena pecuniária. É justo que quem rouba o bem de outrem seja despojado do seu.

Mas, se o roubo é ordinariamente o crime da miséria e do desespero, se esse delito só é cometido por essa classe de homens infortunados, a quem o direito de propriedade (direito terrível e talvez desnecessário) só deixou a existência como último bem, as penas pecuniárias contribuirão simplesmente para multiplicar os roubos, aumentando o número dos indigentes, arrancando o pão a uma família inocente, para dá-lo ao rico talvez criminoso.

A pena mais natural do roubo será, pois, essa espécie de escravidão, que é a única que se pode chamar justa, isto é, a escravidão temporária, que torna a sociedade senhora absoluta das pessoas e do trabalho do culpado. (...)

Se, porém, o roubo é acompanhado de violência, é justo ajuntar à servidão as penas corporais.

(...) O roubo com violência e o roubo de astúcia são delitos absolutamente diferentes; e a sã política deve admitir, ainda mais do que a matemática, o axioma certo de que entre dois objetos heterogêneos, há uma distância infinita.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. 6. ed. São Paulo: Atena Editora, 1959. P. 149-150

Este trecho clássico da obra de Cesare Beccaria demarca um momento significativo do Direito nas formações sociais ocidentais, tanto quanto o Panóptico de Jeremia Bentham. A pena deve ser proporcional ao crime. Aqui se trata do crime contra a propriedade a quem o autor denomina “direito terrível” o que insinua que a propriedade mal distribuída mas legitimada é a fonte desses crimes. Não se trata, portanto, de um direito embutido na concepção de Justiça, mas de um costume perverso de nossas formações sociais.

Pois bem, à parte essa ressalva, Cesare distingue duas categorias de crimes contra a propriedade. O que se pratica com violência e o que se pratica com astúcia. É no interior dessa astúcia que se desenvolvem as representações, os teatros em que o inocente proprietário se torna alvo das fraudes, dos contos dos vigários.

Lido com atenção o que afirma Beccaria, tem-se a sociedade dividida em dois processos: a possibilidade de uma guerra civil pelo direito a distribuição justa da propriedade e a ação de embaixadores que negociam sub-repticiamente o direito aos “mínimos sociais”. Esses embaixadores clandestinos, dada a distribuição desigual do direito à propriedade devem ser punidos diferentemente comparados aos que encaram uma guerra aberta às determinações legais. Aos ladrões violentos, a escravidão temporária e os castigos corporais; aos astutos, a retribuição. Porém, Beccaria relativiza: a pena de retribuição do astuto torna-se injusta porque gera o círculo vicioso do roubo dos infelizes.

Sob esse aspecto, a astúcia dos pobres é imitação da astúcia dos detentores de fortuna, os quais tornam legal a distribuição desigual dos bens instituída na fraude institucionalizada. Assim o pobre astuto obtém a doação involuntária dos afortunados.

São os casos de obter doação que nos interessa neste artigo.

Instituições de Doação

A esmola se encontra no centro da querela entre roubo e expedientes de distribuição; a escravidão e o trabalho forçado no centro de outro extremo. Doação do excedente, de um lado, e instituição do trabalho escravo, de outro, tornaram-se desafios da formação dos estados se é verdade a existência de uma comunidade sem imposição.

Em meio a essas contradições, encontra-se a arte de convencer do valor do necessitado; arte de mendicar. O mercado é lugar principal de mendicância na imaginação de Von Supé na obra “Em um mercado persa”; os lugares de peregrinação são outros tantos locais emblemáticos; e a pedicção itinerante materializada nas folias são exemplos de como em nossas formações sociais a doação se institucionaliza.

No século XIX, na Europa surgem movimentos universitários que se exasperam com a questão da desigualdade e da miséria. Esses movimentos tomaram o nome de “socialismo utópico” fazendo ecoar os que se iniciam no renascimento imaginados em obras chamadas de utopias com as de Thomas Morus, Campanella, Francis Bacon, entre outros. Em meio à indignação ilustrada com a desigualdade nas cidades aparece a figura de um jovem universitário de nome Frederico Ozanan. Cria-se a Sociedade São Vicente de Paulo, recordando e celebrando as ações de um jovem do século XVII de quem surgem os lazaristas e as damas de caridade.

Frederico questionava os socialistas no seguinte ponto: enquanto falam das desigualdades e imaginam um mundo novo, a realidade permanece tal e qual. Há que desenvolver ações imediatas em nome da compaixão e da misericórdia. Curiosamente, a Sociedade São Vicente de Paulo aporta no Brasil, nos anos de 1880, em momento em que a sociedade se agita em torno do movimento pela Abolição.

Aqui se iniciam casos que merecem narrados.

Luis Gonzaga dos Santos foi um menino educado pelas freiras de Diamantina. Em determinado momento, levou para apreciação do professor Aires da Mata Machado Filho – o fundador da Comissão Mineira de Folclore – uma obra de sua autoria. Aires, inicialmente, julgou que seria mais um daqueles escritos sem sabor que recebia de alunos; porém se encantou com o que leu e se espantou como um senhor “sem instrução” poderia escrever páginas tão atraentes. É claro que nosso mestre cuidou de arranjar uma editora para a obra “*Memórias de um carpinteiro*”. Encontrou. A editora Bernardo Álvares de Belo Horizonte se encarregou de fazê-la pública no ano de 1963.

Nessas memórias, Luis Gonzaga dedica algumas páginas para relatar as instituições de caridade em Diamantina e o zelo pelos pobres. Lembra-se, é claro, de Zezé Neves, outro membro fundador da Comissão Mineira de Folclore, de pessoas que ajudavam a enterrar defuntos pobres, da generosidade do famoso Meyer, conhecido como o Rei dos Diamantes. Porém o relato sobre a Sociedade São Vicente de Paulo em Diamantina, a mais importante e duradoura instituição de atenção aos pobres deste Brasil, merece nossa atenção.

Luis Gonzaga narra a reunião dos vicentinos locais e regionais em uma igreja da cidade:

Eis uma nota interessante contada pelo meu pai. Convidaram a um ilustre sacerdote para presidir a assembleia, certa ocasião, e este aceitou e compareceu na hora marcada; reuniram-se também os confrades, então o Sr. Padre vendo a igreja cheia de homens pergunta ao Presidente: que é dos confrades, vêm? Ele respondeu: aí estão. E o Sr. Padre exclamou com ar de tristeza: pensei que estes eram os pobres; então vamos começar a reunião. Queria dizer que no Rio de Janeiro, onde conhecia as con-

ferências, aqueles humildes confrades só serviam para pobres. [p.40-41]

Luis também narra outro caso terrível ocorrido em Diamantina. Tem a ver com a festa de Nossa Senhora do Rosário e o candombe. Deixo de lado a censura da mesa às doações de reis sovinas. Vamos à destruição dos tambores do candombe:

*Sendo originariamente a irmandade do Rosário de africanos, havia as mais esquisitas danças nestas festas; catopês, **danças de velho**, e sempre o rufar de tambores, **numa espécie de pilão com boca de couro próprio para tais danças.**(...)*

*Sendo naquela época vigário o padre Joaquim muito falado pelos antigos, antecessor do padre Neves, este resolveu acabar com tais danças e ao mesmo tempo com os **infernais instrumentos**. Eram estes propriedade da igreja. Diziam os antigos que não houve machado para quebrá-los. Foi necessário o padre Joaquim jogar “água benta” e assim os machados puderam destruí-los e deles exalava fortíssimo cheiro de enxofre. [p. 119-120 – grifos meus]*

Temos dois relatos em situações opostas. No primeiro evidencia-se que os maiores doadores são os próprios pobres, eles é que são misericordiosos e compassivos. Obter doação dos ricos exige astúcia, muita astúcia. O segundo demarca o momento em que a igreja dispensa o cuidado para com os pobres africanos em desprezo às suas crenças. É o fim da escravidão.

Eis mais um caso, obtido em meio familiar.

Duas sogras de encontram em visita aos filhos no bairro Pituba na cidade de Salvador. A mãe do filho e a mãe da filha. Ambas vão às compras nesse bairro tido como nobre. A mãe da filha ingressa numa loja de moda. Experi-

menta os melhores [quer dizer, caríssimos] vestidos e escolhe quatro. A mãe do filho segue acompanhada de sua irmã.

Desinteressada em compras – a condição é inferior - a tia se senta em uma poltrona e pede à irmã para cuidar de sua bolsa, uma Victor Hugo para ninguém botar defeito. Enquanto a sogra da filha rivaliza com a sogra do filho, e escolhe seis vestimentas tão melhores – tão caras -, a irmã cuida de sequestrar os cartões de crédito da sogra da filha. Na hora de pagar, e irmã se dá conta da ausência do cartão e recebe dois conselhos: lembra que o cartão foi deixado em casa sobre a mesa. Solução: enquanto a sogra do filho recolhe as lindas embalagens, a outra solicita que a consultora de compras guarde os embrulhos para busca posterior.

A jornada de compras continua em lojas de calçados e a sogra sem cartão prossegue selecionando os melhores calçados para rivalizar com a sogra com cartão. Informa, é claro, que retornará no fim da tarde para efetuar o pagamento e levar as bugigandas adquiridas.

Finda a jornada competitiva, a sogra do filho e a sogra da filha se despedem, cada uma para o hotel em que se hospedavam. Então, a irmã pergunta: Fulana, você queria mesmo fazer todas aquelas compras? Resposta: Não, mas eu não poderia agir de maneira diferente diante da sogra de meu filho. Neste momento, a irmã revela: Eu pensei nisso; é por isso que guardei os seus cartões na minha bolsa.

Temos nisso um caso na contramão dos contos do vigário e que é o mais perfeito conto do vigário.

Mendigos e encenadores

Não é suficiente ser pobre para ser mendigo; ser mendigo exige arte, aprendizagem. Ficou na memória popular uma peça de teatro do século XIX que mesmo não mais encenada é narrada nos mais diferentes lugares de Minas Gerais. Refiro-me ao “Pedro Sem” que pode ser grafada também como “Pedro Cem”. Encontrei registros de exibição dessa peça na obra de Junia Horta, mas ouvi a narrativa do enredo da mesma peça em lugares onde nunca houve teatro. Interpreto que ela se fixou na memória desses locais por obra das companhias circenses.

Eis o enredo mantido pela memória popular. Um certo Pedro era rico comerciante. Importava as mercadorias mais apreciadas da Europa para abastecer o mercado no Brasil. Rico e poderoso vivia no fausto. Porém, o destino lhe aprontou uma farsa. Enquanto esperava a vinda de um grande carregamento, os navios não chegavam e Pedro Cem se viu como Pedro Sem. Precisou nesse momento de ajuda da caridade pública e passou a esmolar sem por de lado o ter sido Cem e não Sem. Sem ter frequentado a escola dos mendigos, apenas sabia bater à porta das casas e cantar:

- Dá esmola a Pedro Sem

Que já teve e hoje não tem.

Quem quiser dar, dá.

Quem não quiser, eu vou andando.

Eis a prepotência do mendigo sem escola. A primeira lição para alguém se credenciar como mendigo é saber se apresentar como mendigo. Credenciar-se como cego, como aleijado, como doente, de preferência leproso, maltrapilho e andante. O segundo é saber como pedir e exaltar a generosidade do compassivo doador. Sem esses requisitos o mendigo se torna vagabundo. O

mendigo deve-se apresentar como humilhado humilde. Não basta ser humilde, tem que se mostrar estigmatizado pela sorte do mundo; cego, maltrapilho, coxo, sem braços, doente crônico sem recuperação. Ser portador ou simulador do Mal de Parkinson era uma das grandes criações de mendigos.

Certa vez, meus alunos do curso de Comunicação Social do, então, Instituto Cultural Newton Paiva de Belo Horizonte decidiram trajar-se de mendigos e viver essa experiência nas escadarias da igreja de São José. Em pouco mais de duas horas, recolheram algo como um quarto de salário mínimo da época. Eram anos da década de 1970, o que mostra que os transeuntes eram menos atentos à apresentação dos mendigos. Mesmo assim, circulavam relatos que os mendigos que ocupavam o hipercentro de Belo Horizonte se reuniam nos fins de semana num boteco localizado no bairro Santa Inês para festejarem as rendas obtidas na mendicância. Nesse tempo, regra geral, os mendigos se localizavam na praça da Estação, da Rodoviária, na escadaria da Igreja São José, nas avenidas próximas ao Parque Municipal e nos cruzamentos das grandes avenidas, como entre Amazonas e Contorno, Amazonas e Barbacena e na Praça Sete. Os pontos de ônibus das linhas com final no Centro eram também muito frequentados por mendigos.

Vale lembrar que Belo Horizonte se preocupou com mendicância desde os anos iniciais do século XX e cuidou de distinguir os mendigos dos vagabundos. Apenas poderiam ser mendigos aqueles que exibissem dependurado no pescoço o que se chama hoje de crachá com letras visíveis “mendigo”.

Outros lugares da Região Metropolitana de Belo Horizonte chamam também a atenção pela concentração da pobreza mendicante. O primeiro deles é a Colônia Santa Izabel, localizada no município de Betim. O outro é o Santuário de Santo Antônio da Roça Grande, no município de Sabará, em cuja proximidade se localizava também o leprosário “Ernani Agrícola”. Porém, a pobreza mendicante dessas duas áreas exibe características dife-

rentes. No caso da Colônia Santa Izabel, onde atuou por muitos anos nosso companheiro de Comissão, Frei Chico, os pobres leprosos, hoje hansenianos, não se mostram como mendigos locais. Criou-se por algum tempo um empresariado da mendicância. Alguns proprietários de veículos do tipo furgão, ou kombis, reuniam um bloco de hansenianos para mendigarem no centro de Belo Horizonte. Traziam os pobres leprosos pela manhã e os recolhiam à tarde.

O caso do Santuário de Roça Grande é permanente. Afinal, Santo Antônio, os pobres, os pães e os peixes se fixaram no imaginário popular. Em qualquer época do ano, especialmente, às terças feiras, as imediações do Santuário se enchem de mendigos. A maioria reside nas proximidades do Santuário. Muitas pessoas se dirigem ao local especialmente para cumprir promessas e distribuir esmolas aos pobres. Narro dois casos de pessoas de minha roda de relação.

O primeiro é de uma senhora que anualmente, há mais de sessenta anos, visita Santo Antônio da Roça Grande no dia desse santo – dia 13 de junho -. Seu objetivo é levar dezenas de caixas de isopor cheias de peixes fritos e quentes para distribuir aos pobres que cercam as imediações do santuário. A promessa se liga à generosidade desse grande taumaturgo de lhe haver destinado um marido fiel até hoje.

O segundo também é devido a uma promessa. Uma senhora muito devota de Santo Antônio ia todos os meses ao santuário pedir e agradecer graças. Em certo momento, a filha compareceu com alguma doença. Cheia de fé prometeu ajudar um pobre necessitado até lhe dar condição de alcançar uma vida digna. Caberia a Santo Antônio indicar esse pobre. Ao ir ao santuário com esse propósito, encontra-se com uma senhora jovem – trinta anos ou menos – com três filhos pequenos. Ela pedia ajuda. A senhora das promessas pediu à senhora proletária que a levasse até sua casa. Era uma cafua com um pequeno quarto em construção e uma futura instalação sanitária localizada em meio lote

comprado em parceria com um vizinho. O marido, também jovem, aparentando a mesma idade, estava desempregado no momento e não tinha condição de ampliar o barraco em construção. O cubículo imaginado como instalação sanitária estava abarrotado de brinquedos velhos doados pelos caridosos romeiros como “presentes de Natal” para as crianças.

A senhora devota se comprometeu, em primeiro lugar, a dar mensalmente uma sexta básica à família até que o marido encontrasse emprego. Em visitas mensais lembrou à mãe o cuidado necessário para manter as crianças saudáveis e lembrou-lhe atenção para a higiene, incluindo escovação dos dentes. Acompanhou o desenvolvimento escolar das crianças em idade escolar e os cuidados e atenção necessários aos menores. Estimou os custos necessários para tornar a residência de acordo com o tamanho da família. O marido disse não haver custo de mão de obra. Ele mesmo e os vizinhos poderiam construir – o modelo de autoconstrução tão conhecido pelos pobres das periferias -, não haveria custo para obter areia. Os córregos próximos ofereceriam essa matéria prima. Tijolos, cimento e telhas seriam suficientes para a casa ter cômodos para o casal, um para cada filho segundo o sexo, e uma cozinha.

Com essas garantias, o marido encontrou logo um emprego, a mãe algumas atividades remuneradas e os filhos se desenvolveram na escola. A família continuou sendo visitada anualmente. Para surpresa da senhora da promessa, a família após receber brindes em louvor a Santo Antônio foi aliciada por algum zeloso pastor que passou a lhe cobrar dízimos devidos à prosperidade alcançada...

O controle da mendicância é antigo. Posturas de vilas e cidades prescreviam no século XIX em Minas os dias e locais de comparecimento de mendigos. Eram os sábados. Em todas as vilas, cidades e povoados, viam-se cegos, coxos, aleijados, entoando cantigas de peditórios às portas das residências imitando as fo-

lias de reis, de São Sebastião, de São José, do Divino, de Santa Rita, enfim de algum santo cuja data se celebraria.

Fixado que o mendigo tem direito à compaixão, há que distinguir os expedientes de simulação da mendicância, ou seja, dos vagabundos que exibem espetáculos para obterem doação da caridade pública.

Lugares escolhidos para o palco dos vigaristas

Nesta seção vou relatar uns poucos casos de astúcia para obter ganhos; todos eles de que sou testemunha ou ator convidado.

Conheço alguns espaços que especializam o espetáculo. O primeiro é a área hospitalar de Belo Horizonte onde se localiza a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital das Clínicas da UFMG e inúmeros outros estabelecimentos como o Pronto Socorro. Como há de se esperar, é uma área em que doentes de todo o estado vêm em busca de socorro à saúde. É, portanto, espaço ideal para representação de necessidades urgentes. Pedir dinheiro para comprar medicamentos, pedir dinheiro para retornar ao local de residência e tudo que uma boa imaginação puder colocar como necessidade de ajuda. Mais uma curiosidade, as encenações que se dão nessa Área da Saúde têm uma característica diferente das que se dão em outras. Exigem apenas o ator que é também autor e diretor e um ator convidado – a vítima do conto.

Eis relato em que fui ator convidado.

Eu trabalhava no Plambel – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – e coordenava o setor de Pesquisa e Sistematização. Esse setor se localizava em uma sala que dava diretamente para a rua, sem serviço de portaria. Era muito frequente chegarem pessoas pedindo ajuda. Eis que, em certo dia, chega um senhor de meia idade solicitando à secretária para ter acesso ao “chefe”... Ela o dirigiu à minha sala. O digno senhor relatou que a esposa se encontrava na maternidade da Santa

Casa e que não tinha nenhum recurso para vestir o neném recém-nascido. Comovido, fui com o pai até o banco – Caixa Econômica Estadual – e lhe dei alguma importância para cuidar do enxoval da criança. Ao receber o dinheiro, o honrado pai, agradeceu e disse receber como empréstimo e que logo retornaria com a importância devida. Logo que tivesse recursos para tal. E acrescentou “eu cumpro sempre meus compromissos”.

Decorreram duas semanas, ou algo parecido, e eis que o digno e honrado senhor, solicita novamente à secretária acesso a minha sala. Desta vez, o discurso se iniciou com agradecimento acompanhado de convite. “Foi uma ajuda na hora certa que o senhor me deu! Jamais poderei agradecer. Conversei com minha mulher e ela disse que o senhor e sua esposa são os padrinhos que Deus indicou para nós. Vim convidá-lo para batizar meu filho. Mas... eu preciso adiantar alguns preparativos.” Deu-me o endereço, uma rua localizada no bairro Lagoinha no distrito de Venda Nova em Belo Horizonte. Mais uma vez fui à Minas Caixa e lhe dei uma importância.

Naquela época nosso Cadastro de Logradouros de Belo Horizonte era muito imperfeito – já melhorou, mas ainda não chegou ao ideal -. Resolvi procurar o referido endereço. A casa indicada no referido logradouro não existia.

Outro lugar propício para qualquer pessoa encenar como ator convidado é a Avenida Afonso Pena no domingo nas imediações da Feira de Arte e Artesanato. Ali se encontram, em geral jovens, com quinquilharias, ávidos de obter alguns trocados. Eu vivi recentemente uma situação exemplar. Ao chegar à entrada da escada da igreja São José, dois jovens com inúmeras caixas de perfume, se aproximaram e me cumprimentaram efusivamente. “Oi, como está seu filho? Como é que ele chama? Toma aqui este vidro de perfume leva para ele. Tem tempo que não o vejo. Não é nada, é presente. Foi meu colega. Gente boa. (...) Toma esses três e oferece quanto o senhor quiser.” Dei-lhe R\$30,00 e levei os frascos para casa e destinamos as bugigangas à

reciclagem do Serviço de Limpeza Urbana. Algumas semanas depois, ao percorrer a rua dos Carijós, vi os mesmos jovens vendendo os perfumes nas calçadas próximas à Praça Sete de Setembro.

Agências bancárias são também oportunidade para belas encaixões. É por demais conhecido o expediente de inserir dispositivos que retêm o cartão. Regra geral, os dias escolhidos são os dos fins de semana e feriados. Regra geral também, o banco mais preferido é o do Brasil.

Pois não é que com toda essa ciência eu fui convidado a ser ator convidado?

Eis o relato que apresentei à gerência:

Senhor Gerente,

Vou narrar e, em seguida, interpretar a ocorrência do dia 11 de abril de que fui vítima na Agência Gameleira do Banco do Brasil.

Acredito que a descrição, passo a passo, seguida da interpretação possa contribuir para uma estratégia mais adequada para minimizar ações de estelionatários como a ocorrida.

*- Dia 11 de abril era um **sábado**.*

- Seguindo à rotina de casa, eu e minha esposa nos dirigimos ao sacolão Fartura localizado na rua Campos Sales, por volta de 8:10, horário em que ainda é possível estacionar e fazer a feira sem atropelos.

- Feita a compra, por volta de 9:00 horas, nos dirigimos à agência do Banco do Brasil na Avenida Amazonas, localizada em frente ao CEFET. Nosso carro foi estacionado na rua paralela à Av. Amazonas, evitando

posicioná-lo na que faz esquina com o banco. Esse procedimento é rotineiro, posto que essa agência é sempre utilizada pelo casal.

- Ingressamos na agência. Havia algo como três pessoas utilizando os serviços do banco. Entre elas um rapaz aparentando idade inferior a 40 anos.

- Minha esposa se dirigiu a um caixa eletrônico, o qual informou problemas com identificação do cartão. Eu pedi a ela para limpar melhor o cartão, esse poderia ser o motivo. Ela o fez, mas, se dirigiu a outro caixa que aceitou a operação.

- Em seguida, escolhi o segundo caixa, entre os dois primeiros reservados aos idosos. Tão logo inseri meu cartão, ele foi retido.

- Tentei, tentei, e nada.

- Minha esposa, imediatamente acionou uma tecla de comando posicionada à esquerda e surgiu um alerta informando números de telefones do banco para alguma ocorrência. Distinguia como ligar para capitais e outras cidades. Ato contínuo, tentou retirar o cartão, com ajuda de outro cartão, sem sucesso.

- Nesse mesmo instante, o moço que não havia me chamado a atenção quando cheguei, se aproximou e recomendou; toque a campainha que o guarda vem atender. Insistiu nisso e ele mesmo foi até o botão que aciona a campainha e o pressionou.

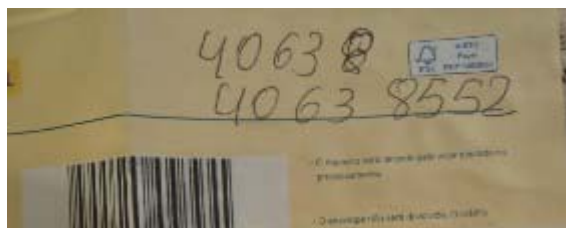
- Enquanto minha esposa tentava retirar o cartão retido, eu segui a recomendação do moço e acionei o botão da campainha e repeti essa ação por mais duas ou três vezes sem sucesso.

- O moço, então, recomendou que a gente ligasse para os números recomendados, os quais estavam visíveis acima da tela do caixa.

- Conversei com minha esposa sobre essa medida necessária. Estava sem o celular. Coincidentemente, ela também.

- O moço, então, pegou um dos envelopes existentes no Banco para depósitos em caixa eletrônico, olhou para cima onde haveria as recomendações e escreveu o número do telefone para bloquear o cartão. Fez isso aparentando ou simulando nervosismo a ponto de errar as primeiras anotações e corrigi-las posteriormente na segunda linha.

- Imediatamente, recomendou, ao me entregar o envelope: vá para casa e ligue para este número.



- Minha esposa decidiu permanecer no banco enquanto eu fui até o carro e retornei à minha casa. Minha intenção era levar os aparelhos celulares e retornar ao banco, onde faríamos a ligação.

- A chegar em casa, decidi usar o aparelho fixo. E liguei: 40638552.

- Fui atendido por um senhor cuja voz aparentava ser de uma pessoa com idade superior a 50 anos. Ele ouviu o que ocorrera e me pediu para aguardar que a ligação

seria transferida para outra pessoa que registraria a ocorrência e faria o bloqueio do cartão.

- Após, alguns segundos, outra voz, desta vez feminina com aparência de uma moça com idade inferior a 30 anos, atendeu, ouviu e iniciou o processo de “bloqueio do cartão”. Informou que toda a conversa estava sendo gravada para minha segurança.

- Pediu inicialmente o nome do usuário, número da conta e da agência, em seguida o endereço domiciliar, seguido do CPF, nome do pai e da mãe, finalmente, a senha em números e a fornecida pelo banco em letras. Para cada uma dessas informações ela fornecia justificativas plausíveis para o momento.

- Ao finalizar, fez a seguinte recomendação: o cartão não pode ser retirado da máquina. Nós vamos mandar um técnico para fazê-lo.

- Informei que não poderia garantir isso, posto que minha esposa permanecia no recinto da agência tentando exatamente isso.

- Ela reiterou que em hipótese alguma o cartão poderia ser retirado e mesmo que a gente o fizesse ele deveria ser recolocado posto que a ocorrência já fora registrada.

- Finalmente, repetiu o número do telefone 40638552 para acompanhar o processo e forneceu o número do protocolo 201543278 identificando-se com Izabela de Souza. Lembrou ainda que o novo cartão estaria disponível para mim dentro de três dias úteis e que eu poderia também me dirigir à agência para retirá-lo sem necessidade de aguardar em casa.



- *Satisfeito, retornei à agência, onde devo ter chegado por volta de 10:30.*
- *Minha esposa me aguardava do lado de fora com o cartão na mão.*
- *Eu disse a ela: Não podemos ficar com o cartão. Ele já foi bloqueado e a atendente informou que um técnico do banco é que irá retirá-lo agora.*
- *Minha esposa fez inúmeras ponderações, todas vencidas pelas recomendações da suposta atendente do banco.*
- *Retornamos ao recinto e colocamos de volta o cartão. Minha esposa fez todo esforço para empurrá-lo até o fundo para que ninguém mais conseguisse retirá-lo. Em seguida, nos dirigimos à nossa residência.*
- *Passamos a relatar o fato aos nossos filhos, informando a certeza do bloqueio do cartão.*
- *Venceram os três dias úteis. Na quarta feira – dia 15 de abril - o cartão não chegou. Aguardei até a sexta feira, também não recebi.*
- *No sábado, dia 18 de abril, retornamos à mesma agência, no mesmo horário, eu sem o cartão e minha esposa. Vimos que o caixa, em que meu cartão havia sido retido, fora desativado, juntamente com outro, semelhante ao que recusara uma semana antes reco-*

nhecer o de minha esposa. Havia ainda duas máquinas de caixa sem uso e com estragos visíveis, postas próximo à entrada.

- Na segunda feira, dia 20 decidi ir à agência de minha conta para receber o novo cartão.

- O gerente que me atendeu informou que haviam sido feitos saques em minha conta no dia 13 de abril e que se tratava de uma quadrilha de estelionatários.

Análise

A primeira pergunta que me ocorre é:

Por que uma pessoa tão bem informada se deixa cair num enredo tão simples?

Minha primeira interpretação se fixa na confiança de a quem se dirigir. Obtenção do número do telefone, copiado na hora em que é possível conferir a correspondência entre a cópia e a informação oficial. – No caso, o moço prestativo copiou olhando para as informações colocadas em papel na parte superior do caixa.

A montagem do cenário, embora imperfeita, alcançou os objetivos. O moço se mostrou interessado a que o banco tomasse conhecimento na hora do “defeito” do equipamento. Recomendou e ele mesmo acionou o botão que convocava um vigia a comparecer e dar informações. Apenas depois que o vigia não respondeu – certamente não havia nenhum vigia – ele se dispôs a copiar o telefone para bloquear o cartão.

Contrariaram o cenário e o enredo prévio, o estar eu acompanhado de minha esposa, de ela ter permanecido no recinto, de haver conseguido recuperar o cartão. Mas garantiram o sucesso a minha confiança no

“sistema perito” do banco, imune aos falsários, segundo o moço me convenceu.

A grande contradição repousa na ciência

- de que todo cartão retido é armadilha;

- a ajuda de estranhos não é confiável.

Apesar de tudo isso eu acreditei acima de tudo no sistema perito do banco.

Sugestão:

- 1. Sabe-se que essas quadrilhas operam em horários nos quais o usuário depende exclusivamente de sua competência para interação com a máquina. Portanto, sábados, domingos e feriados são os dias mais propícios para a ação de estelionatários. Há, portanto que haver registro constante dos aparelhos de gravação dos usuários e intervenção imediata dos que monitoram a central de vídeos.*
- 2. O alerta ao uso de caixas deteriorados deve ser bem visível especialmente nesses dias.*
- 3. É necessário treinar equipe especializada sobre o repertório das encenações dessas quadrilhas especializadas em golpes que contam com a participação inocente das vítimas.*

No caso, escolheram um idoso, curiosamente com conhecimentos sobre a armadilha e que caiu nela do mesmo jeito que os menos instruídos.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2015

Relato mais um caso em que me tornei ator convidado. Como mencionei na encenação anterior, tinha o hábito de fazer feira no sacolão localizado na Rua Campos Sales, próximo ao SESI e a o que foi posto de Saúde do antigo IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão do Industriários -. Aproximava-se o natal, o tempo se fechou anunciando chuvas. O estacionamento estava lotado. Antes havia passado pela mesma agência bancária para retirar uns quebradinhos para pagar a compra. Ao deixar o estacionamento, vi dois veículos que ligaram os motores. Aguardei que saíssem antes de mim. Isto não aconteceu. Manobrei meu veículo e tomei a direita na Rua Campos Sales. Não havia percorrido ainda 20 metros, quando ouvi um ruído, aparentemente originado no cano de descarga como se fosse um estouro. Não me incomodei. Logo em seguida outro estouro. Segui meu itinerário, virei a primeira esquina à esquerda e ouvi mais um estouro. Decidi, então, parar o veículo para verificar a origem do ruído. Eis que, imediatamente, um dos veículos que aguardara a minha partida estacionou à frente e o motorista se aproximou manifestando solidariedade.

- Nó! Seu carro está com problema sério. O senhor não é o professor Silvério da PUC Minas? Eu já vi o senhor por lá. Estou lhe avisando e o senhor não parou. Sou gerente da oficina da concessionária Roma. O senhor conhece? Está logo ali na avenida Amazonas. Vai ter que levar o carro até lá. Entre novamente. Vou verificar.

Obediente, entrei no carro.

- Ligue e acelere,

Obedeci. O prestimoso socorrista, dirigiu-se à parte posterior do veículo e o sacudiu, uma, duas, três vezes. Em seguida, pediu que acionasse a alavanca que abriria o capô. Mais uma vez, obedeci. Pediu-me uma chave de fenda. Entreguei. Usou-a e ordenou que ligasse novamente o motor. Não respondeu.

- O problema é muito sério e o senhor não sabe o risco que está correndo. Tenho que substituir uma peça. Aguarde uns dez minutos. Vou à concessionária pegar a peça e lhe trago a nota fiscal.

Deixou o capô aberto e partiu. Desde o início passei a desconfiar, mas estava sem qualquer recurso. Para complicar, não portava o celular para ligar para meu filho, especialista em mecânica de Fiat. Resolvi ficar do lado de fora, olhando a rua e o carro. A chuva estava próxima. Pouco depois, estacionou à minha frente outro veículo sem nenhum propósito. Em seguida, partiu. Decorreram menos de dez minutos e o generoso socorrista pediu que entrasse novamente no veículo, mostrou-me um conjunto de peças envolvidas em plástico já bastante deteriorado e pôs-se a recuperar o “defeito”. Pediu-me então para acionar a chave de ignição. Ouvi novamente o ruído do motor.

- Ouviu? – Disse glorioso-. Está resolvido o problema. Agora está tudo certo, ou eu não me chamo Cristóvão [Inventei esse nome agora para louvar São Cristóvão, o padroeiro dos motoristas.]. Vou cobrar apenas o valor da peça. Se quiser me dar uma gorjeta, eu aceito. São setecentos e noventa reais.

Não discuti. Havia feito uma revisão completa no veículo, havia poucos dias que me custara apenas 450 reais em oficina especializada. Apenas afirmei: Mas eu não tenho este dinheiro aqui. Ele prontamente respondeu: “tem um banco do Brasil, logo ali na esquina. Entra no meu carro que eu levo o senhor.” Obedeci. A chuva aumentou. Fomos até o banco. Ele parou em fila dupla no estacionamento da Drogaria Araújo. Entrei no banco e reservei R\$850,00 para retribuir a gentileza do serviço. Colocado à mercê do diretor da peça, vi que tinha que desempenhar o melhor papel como ator coadjuvante. Dar-lhe total confiança de que era um bobo. No percurso de volta entreguei-lhe o pacote de notas. Ele perguntou: “Quanto tem aí?” Informei-lhe a importância. Nesse momento ele saiu do script e disse emocionado. “Vou fazer uma festa com muita cerveja!” Ao que respondi:

“Sua generosidade não tem preço. Pessoas como o senhor não se encontram por aí todos os dias. Deus te ajude muito.”

Ele me deixou novamente no local adequado. Chovia a cântaros. Corri e entrei no meu carro agora “plenamente recuperado”. Ouvi antes o aviso: “Eu vou acompanhar o senhor.” Entendi ser recomendação para eu não denunciar a fraude em algum posto policial.

Epílogo. Em casa, meu filho mostrou todo o percurso técnico da encenação. Passados alguns dias, um vizinho que estacionara um veículo na vaga existente na porta de casa por quase dois anos decidiu levá-lo para retificar o motor. Para tal chamou reboque. Eis que chega o veículo acompanhado de um ajudante. O tal ajudante tinha um capacete no braço. Ao me aproximar do portão, ele imediatamente colocou o capacete como se fosse sua máscara.

Avaliação da performance. O autor, diretor e ator principal não era nem bom ator, nem bom diretor. Foi um autor razoável ao preparar o enredo. Ao se apresentar como chefe de oficina de uma concessionária, não passava a devida confiança para o ator convidado. Seu carro era um Voyage muito velho, com vidros trincados; vestia em desacordo com a função que desempenhava e não cumpriu nem mesmo a função de mostrar uma embalagem de peça saída das prateleiras de uma concessionária. Não sabia também estimar o valor de uma peça para reposição. Era apenas um artista necessitado de vender sua arte para garantir a ceia de natal. Vi-me diante das lacunas de nosso pretenso sistema jurídico que zela pela Justiça. A quem eu deveria denunciar? Para quê?

As fraudes se multiplicam. Algumas são mais do que grosseiras. Nos ônibus, nas ruas, no metrô. Uma das mais frequentes é a apresentação de receita médica com o pedido de ajuda para aviar. A mais recente deu-se em minha porta. Um senhor exibiu a receita e deu o valor. Minha esposa, prontamente, se ofereceu

para ir com ele até a farmácia mais próxima. Ele desistiu. O pano se fechou e acabou a peça.

Recentemente, uma trupe decidiu um enredo melhor. Visitar as casas em que a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais – havia substituído os relógios de energia. Critério, escolher ruas em bairros onde houvesse o maior número de pessoas aposentadas. Dois bairros de Belo Horizonte foram alvo dessa encenação. O primeiro; áreas localizadas na região Prado, Calafate, Gameleira. São bairros que concentram a maior população de idosos. O segundo, o bairro Madre Gertrudes. Nesse apenas a rua dos aposentados.

O roteiro da peça era muito simples.

Ato I.

Cena 1.

Bater nos portões das casas – prédios de condomínio, não.- e gritar bem alto; “CEMIG”.

Aguardar atendimento, entrar e ir até o relógio de medição de consumo.

Cena 2.

Este relógio foi trocado recentemente, e a CEMIG precisa cadastrá-lo. Ele não foi cadastrado. Vou fazer isto agora.

Inciar as anotações na prancheta.

Cena 3.

Eu preciso dos dados do titular da conta.

É debito automático?

Preciso dos dados da conta bancária.

Cena 4.

Está tudo anotado, mas os dados do cartão não dão as informações completas. Tragam-me um talão de cheque. São as informações contidas nele que precisam constar.

Cena 5.

Após anotar os registros inseridos no rodapé do talão:

Assine nesta folha por extenso seu nome em dois lugares.

Aqui.

Agora, aqui.

Cena 5.

Destacar duas folhas do talão, como quem destaca em duas partes a folha do cadastro e devolver aos atores convidados.

Cena 6.

Despedir-se

Ato II

Cena 1

Dirigir-se ao carro, entregar as duas folhas de cheque a outros atores da peça, os quais devem ir imediatamente à agência mais próxima. Reavivar a assinatura do ator convidado – ela está em cópia de carbono. E depositar o cheque na conta do diretor da peça.

Cena 2.

Ligar continuamente durante uma hora para o telefone informado pelo ator convidado para impedir que o banco o faça.

Caracterização do ator principal. Trajar uniforme da CEMIG. Com boné e crachá. Ter aparência de adulto. Ter formulário com a logomarca da empresa. Ser ágil em prestidigitação.

Falhas de guarda roupa: o uniforme não é o atual. O crachá é apenas um papel sempre virado ao contrário.

Fomos visitados e escolhidos para contracenar. Minha esposa os recebeu e, em seguida, fui convidado a oferecer a documentação por ser o titular da conta. Logo após a visita, ligamos para a CEMIG para confirmar a visita. Não era do conhecimento da empresa. Em seguida, ligamos para o banco e o colocamos de sobreviso.

Isto não fazia parte do enredo dos autores. Mas em seguida, o telefone passou a chamar sem parar. Todas as vezes que atendíamos a ligação caía. Até que em dado momento o ator do outro lado informou que estavam fazendo reparo na rede e que não atendessem às chamadas durante uma hora. O aparelho continuou chamando.

Na manhã do dia seguinte, fomos à delegacia mais próxima registrar a ocorrência. Relatei o ocorrido e exibi inocentemente o talão de cheque. O oficial logo informou: “Foram retirados duas folhas, as últimas do bloco”. Não acreditei. Mas ele provou.

Fomos à agência. Dois cheques haviam sido depositados e deveriam ser compensados até as 12:00 horas. Dirigimo-nos à delegacia mais próxima, registramos a ocorrência, trouxemos cópia para agência e o pagamento foi sustado.

Alguns dias depois, o noticiário da imprensa informava que essa trupe de atores mambembes havia sido surpreendida pela “justiça”.

Já imaginou, prezado leitor, como esta revista seria interessante e divertida se cada um dos membros das comissões de Folclore relatassem os casos vividos?

Nem se fala nas novas peças e nos novos atores que reinam nos novos meios de comunicação. A super nova internet, o supernovíssimo face book e todos os supernovíssimos expedientes em que os atores usam máscaras muito mais eficientes. Casos de sedução elevados à enésima potência, bilhetes premiados em troca de compra de créditos para celular. Quadrilhas de advogados prometendo resgatar direitos perdidos. Tudo bem tramado, bem encenado.

Casos de filhos e filhas que choram copiosamente ao telefone relatando terem sido sequestrados, muitas vezes rendem ótimos resgates. Esses posso contar quase às centenas em minha roda de sociabilidade. O último deles aconteceu em minha casa, há poucas semanas. O telefone tocou insistentemente às 2 horas da madrugada. Minha esposa foi atender e ouviu uma voz desesperada.

- Mãe, mãe! Eu fui sequestrada. Socorro, mãe...

Resposta: Seus vagabundos. Vocês não têm nada para fazer nesta hora? Já assisti esse filme. Inventem outro melhor.

UM POUCO DE MIM MESMO

O país estava à beira de uma revolução chamada constitucionalista. Era contra o Presidente Getúlio Vargas, que chegara ao poder no topo da revolução de 30, prometendo eleições diretas e isentas com o voto feminino. Mais ainda, prometera uma constituição ao País. Passaram-se dois anos e nada de constituição e muito menos eleição livre. As mulheres mais uma vez se mantiveram longe das urnas. Nem título eleitoral tinham. Daí, o Estado de São Paulo, apoiado em seus empresários plantadores de café, levanta-se contra o Governo Federal. No dia 9 de julho de 32, rebenta a revolução constitucionalista. Minas se alia ao governo central. Uma cidadezinha nas beiras do São Francisco, chamada Pirapora, ao contrário dos mineiros, fica do lado de São Paulo. Rebela-se, quer uma constituição democrática. Os principais líderes da cidade pegam em armas sob o comando do coronel Décio Diniz. Pegam o trem da central do Brasil e rumam à Capital mineira. Tomam Aarão Reis, tomam Buritis das Mulatas, tomam Várzea da Palma, tomam Porto Faria. Chegam a Lassance. As bandeiras do Brasil e de São Paulo tremulam no alto da locomotiva que puxava a composição. Logo, logo chega, pelo seletivo, aviso de que uma companhia da polícia militar saíra de Belo Horizonte rumo a Pirapora. Daria combate aos revoltosos. Estes, numa estratégia militar, regressam a Pirapora. À medida que avançam rumo às barrancas do São Francisco, vão arrancando os trilhos para dificultar a passagem da composição que trazia a polícia. Chegam Pirapora e cada um vai para sua casa. No outro dia, pela manhã, de surpresa, chega a polícia e prende todos os revoltosos, sem resistência. Presos, todos são colocados nos porões do vapor Engenheiro Halfeld, que fica fundeado no largo do rio, em frente ao porto. Dias depois os revoltosos são levados em trem especial para o Rio de Janeiro, onde ficaram presos na Ilha Grande. Uma enorme tristeza abatera-se sobre a cidade.

Foi nesse ambiente que eu vim à luz, no dia 6 de julho de 1932. Três dias antes de eclodir a revolução paulista. Nasci de 7 meses. A moleira aberta. Não mamei nos peitos de minha mãe, Umbelina Diniz. Esta fora acometida de uma forte gripe e não podia amamentar-me. Fui entregue aos cuidados de minha irmã mais velha: Sinhana (hoje, viva com seus 93 anos).

Cresci na fazenda da “Marambaia”, de propriedade dos Mascarenhas, da qual meu pai, Floriano Soares Diniz, era administrador.

Como todo menino de roça, cresci montando em cavalos de pau, brincando com bois de sabuco. Correndo adirás das galinhas. Depois, montando em cavalos de verdade buscando bezerros no pasto “corredor”; ajuntando vacas leiteiras no pasto da “beira do rio”. Depois, correndo atrás das vacas velhas no cerrado da “veredinha”. Nas noites de dezembro, era acordado com o bater da caixa e repique das violas das folias de Santos Reis. Depois dos cantos religiosos, as danças profanas do lundu, do carneiro, do recortado. Dos vaqueiros, ouvi as velhas estórias das “Mil e Um Noites” e as anedotas pornográficas atribuídas a Bocage.

Chegada a idade de ir pra escola, já estava morando na cidade (Pirapora). Fiz o curso primário no Grupo Escolar Fernão Dias. Em 1942, instala-se o primeiro ginásio de Pirapora, da Mitra Diocesana de Diamantina, Ginásio São João Batista. Ali concluí o curso ginasial e iniciei o curso Técnico de Contabilidade, interrompido no 2º ano. Em 1952, sou nomeado para a Fiscalização de Rendas do Estado de Minas, cargo que exerci até a aposentadoria, em 1983.

Em 1957, juntamente com Paulo Santana Sobrinho e Gilberto Sóter, fundamos o jornal “Vagalume”. Aí começa a minha carreira de jornalista amador.

Em 1962, por ocasião das festividades comemorativas do cinqüentenário de Pirapora, faço parte de comissão de redação do “Álbum do Cinqüentenário”.

Em 1964 é fundado o CLUBE LITERÁRIO 'INÁCIO QUINAUD', cujos fundadores são Domingos Diniz, Dóris Álvares, Ivan Passos Bandeira da Mota, José Jamil Fernandes Martins, Pedro Jorge Hatem Filho e Walid Abdala. Em 1965 é criado o jornal TRIBUNA LITERÁRIA, órgão oficial do clube Literário Inácio Quinaud, cujos diretores eram Ivan Passos Bandeira da Mota, José Jamil Fernandes Martins; redatores: Dóris Álvares, P.J.H. Filho, Domingos Diniz e Walid Abdala. O jornal circulou de 1965 a 1973.

Em 1966 fui eleito a Vereador da Câmara Municipal de Pirapora, pela legenda da ARENA 2, exercendo a presidência da Casa em 1967 e 70.

Em agosto de 1971, edito o TABLOIDE "Com inspiração" dedicado às manifestações folclóricas que ocorrem em Pirapora. Neste mesmo ano, sou admitido como Membro Efetivo da Comissão Mineira de Folclore, por indicação do folclorista Prof. Saul Alves Martins.

Em 1973, transiro-me para a cidade de Divinópolis, onde continuo exercendo o cargo de Fiscal de Tributos Estaduais. Naquela cidade, concluo o curso Técnico de Contabilidade, em 1976, no Colégio Frei Orlando.

Em 1977, ingresso no Instituto de Ensino Superior e Pesquisa, fazendo o Curso de Letras, pelo qual sou licenciado em Língua Portuguesa.

Em Divinópolis, colaboro nos jornais A SEMANA, AGORA e DIÁRIO DO OESTE. Em 1984, mudo-me para Belo Horizonte. Faço pós-graduação "lato sensu" em estudo de gramática na UFMG. Colaboro no jornal Estado de Minas e no Suplemento Literário do Minas Gerais. Em 1985, volto para Divinópolis, onde ocupo o cargo de Presidente da Fundação Municipal de Cultura, até 1988, na administração do Prefeito Dr. Aristides Salgado dos Santos.

Em 1989 volto para Belo Horizonte

Ocupo a Presidência da Comissão Mineira de Folclore nos triênios: 1989/92, 1992/95 e 1998/2001. Editor da REVISTA da Comissão Mineira de Folclore e do jornal CARRANCA, órgão da CMFL.

Em 1997 ingresso, como professor designado, na Escola Guignard, da Universidade do Estado de Minas Gerais, dando aula na disciplina Folclore. Em 2000, coordeno a edição do livro MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS EM NOVA LIMA. Edição da prefeitura Municipal de Nova Lima.

Em 2000, juntamente com Breno Álvares da Silva e Ivan Passos Bandeira da Mota, lanço o livro PIRAPORA: UM PORTO NA HISTÓRIA DE MINAS..

Em 2001 assumo o cargo de Coordenador do Centro de Informações Folclóricas do Centro Cultural de Nova Lima, da Secretaria Municipal de Cultura, ocupando-o até hoje.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2003.

Domingos Diniz.



CORPO ASSOCIADO DA COMISSÃO MINEIRA DE FOLCLORE

I – Fundadores

1. Aires da Mata Machado Filho
2. Angélica de Resende Garcia de Paiva
3. Antônio Carlos
4. Antônio Joaquim de Almeida
5. Branca de Carvalho Vasconcelos
6. Edelweiss Teixeira
7. Fausto Teixeira
8. Flausino Rodrigues do Valle
9. Francisco Inácio Peixoto
10. Franklin Sales
11. Heli Menegale
12. Henriqueta Lisboa
13. Jarbas de Carvalho
14. João Braz da Costa Val Filho
15. João Camilo Oliveira Torres
16. João Dornas Filho
17. José Augusto Neves
18. Levi Braga
19. Levindo Lambert
20. Lúcia Machado de Almeida
21. Manoel Ambrósio Júnior
22. Maria Ormindá da Mata Machado
23. Mário Lúcio Brandão
24. Nelson de Senna
25. Saul Alves Martins

26.Silvio do Amaral Moreira

27.Tabajara Pedroso

28.Ursolina Pitaguari

II - EFETIVOS

Falecidos

1. Armando de Paula +
2. David de Carvalho †
3. Cristina Miranda Mata Machado †
4. Domingos Diniz
5. Padre Edeimar Maçote †
6. Gilgal Gonçalves †
7. José Alaor Bueno de Paiva †
8. Jesus Salvador Neves do Amaral †
9. Jupyra Dufles Barreto †
10. Lázaro Francisco da Silva †
11. Maria Aparecida Corrêa da Costa
12. Mari 'Stella Tristão †
13. Marina Avelar Sena †
14. Paulo César Valle †
15. Nelson Figueiredo †
16. Núbia Pereira Magalhães Gomes †
17. Orvile Colombo di Conte †
18. Waldemar de Moura Santos †
19. Washington PelusoAlbino de Souza †
20. Wilson de Lima Bastos †

Inativos

1. Agueda Moraes Carvalhaes e Kallás
2. Alice Inês de Oliveira e Silva - alice_ufv@yahoo.com.br

3. Everton de Paula
4. Lázaro Barreto
5. Lúcia Tânia Augusto
6. Fani Martins
7. Maria de Lourdes C. Dias Reis
8. Maria do Carmo Tafuri Paniago
9. Maria José Colares
10. Milen Coutinho Maurício
11. Tanya Pitanguy de Paula
12. Tadeu Martins Soares
13. Vinicius Raimundo Peçanha

Ativos

1. Ana Paula Lacerda e Silva
Rua IvarttMaria Mota- N°40- Casa 02
Bairro: São João Batista (Venda Nova)
Belo Horizonte – MG
2. Antônio de Oliveira Mello
Rua Olavo Amorim - 162
38701-122 - Patos de Minas – MG
3. Antônio de Paiva Moura
Rua Amapá, 336 - Aptº. 201 - Serra
30240-060 - Belo Horizonte – MG
Apmoura1@hotmail.com.br
4. Antônio Henrique Weitzel
Rua Santo Antônio 786 Apto: 1204 – Bloco A: Apto: 1204 –
36015-001- Centro - Juiz de Fora – MG
5. Carlos Augusto de Farias
Rua Itambé do Mato Dentro, 660 – Serrano
30 882-670 – Belo Horizonte – MG

6. Carlos Ceza de Carvalho
Rua Cinco. nº 480 Bairro Vila Jadete,
Januária-MG, CEP. 39480-000
7. Carlos Felipe de Melo Marques Horta
Rua Faustino Cardoso, 71 - Glória
30870-280 - Belo Horizonte – MG
8. Clara Selma Muniz Ribeiro
Endereço: Rua Jamaica, 244
9. Daniel Silva Porto
Rua das Clarissas nº 43 Ap. 304, bairro: Planalto, CEP: BH/MG
10. Daniel de Lima Magalhães
Av. João Pinheiro, 85 ap. 1301 B – Centro
30.130-180 – Belo Horizonte, MG
danieldelimamagalhaes@gmail.com
11. Danielle Gomes de Freitas
Rua José Rodrigues Pereira, 210, AP. 801 B – Estoril
30455-640 – Belo Horizonte – MG
12. Deolinda Alice dos Santos
Rua Amarantina, 58 – Vila Aparecida
35400-000 – Ouro Preto – MG
deofolk@yahoo.com
13. Edileila Maria Leite Portes
Rua Afonso Pena nº 1916 – Bairro Esplanada
CEP 35010-000 – Governador Valadares – MG
14. Edméia da Conceição de Faria de Oliveira
Rua Sergipe, 85 kap. 1904 – Funcionários
30 130-170 – Belo Horizonte – MG
15. Edimilson Almeida Pereira
Av. Senhor dos Passos, 2492, Lote 11 B Condomínio Colinas do
Imperador Dom Pedro CEP 36037-490 – Juiz de Fora – MG

16. Elieth Amélia de Souza
Rua Campanha, 91 – Carmo
30310-770 – Belo Horizonte – MG
17. Erildo Antônio de Jesus Nascimento
Praça Dom Joaquim, 48 – Centro
39.100-000 – Diamantina MG
18. Frei Francisco Henricus van der Poel OFM
Praça São Francisco das Chagas 195 a - Carlos Prates
30180-001 - Belo Horizonte – MG
19. . Gibran Muller Carvalho Lage - colaborador
Rua Joao de Sa 551 conj Cristina – Sta Luzia –
20. Gustavo Pereira Côrtes
Rua Cel. Jairo Pereira, 254, AP. 101 – Palmares
31160-560 – Belo Horizonte – MG
21. Ione Amaral Cruz
Rua João Batista Alves, 26 – Promissão –
CEP: 33.400-000 – Lagoa Santa MG
22. Ivany Chagas Coutinho
Av. José Oswaldo Araújo, 88 – São Bento
30350-680 – Belo Horizonte – MG
23. Joana Ramalho Ortigão Corrêa
Rua do Cruzeirinho, 40, Milho Verde, Serro/MG
CEP: 39155-000
24. José Moreira de Souza
Rua Pires da Mota, 202 – Madre Gertrudes
30512-760 - Belo Horizonte – MG
25. João Naves de Melo
Av. Brasiliano Braz, 159
39300-000 - São Francisco – MG

26. Josélio Socorro Teixeira - colaborador
Rua Altamir Correa de Faria, 73 "E", Bairro Nova York, Venda
Nova – BH - MG Cep 31650-420 Brasil

27. Juliana Aparecida Garcia Correa
Rua João Gualberto Filho, 1130 – Sagrada Família
31035-570 – Belo Horizonte – MG

28. Katia Kupertino
Rua 14 Bis, 55 ap 12 – Conj. Santos Dumont – Carlos Prates
30720-050 – Belo Horizonte – MG

29. Leonardo Lucas Pereira (Frei)
Praça São Francisco das Chagas 195 a - Carlos Prates
30180-001 - Belo Horizonte – MG

30. Luís Carlos Mendes Santiago
Av Cassiano Mendes, 53
39.970-000 - Pedra Azul – MG

31. Luiz Fernando Vieira Trópia
Rua Ângelo Rabelo 206 ap 02 - Santa Tereza
31010-190 - Belo Horizonte – MG

32. Marcio Almeida
Rua Américo Leite, 130 – Centro CEP 35540-000 – Oliveira MG

33. Maria Agripina Neves
Rua Antônio Guimarães de Oliveira, 66 – Vila Pereira
35400-000 – Ouro Preto – MG

34. Maria José de Souza - Tita
Rua Platina nº 38 - Bairro Marçal Santos
37 701 395- Poços de Caldas – MG

35. Maria das Mercês Bonfim Ambrosio
Avenida Cristiano Machado, 1400/208 - Cidade Nova –
Belo Horizonte/MG CEP: Belo Horizonte
36. Madalena Maria Diniz Bastos
Rua Hervália, Nº 105, Bairro Caiçara,
Belo Horizonte CEP 31 230 050
37. Marco Antonio de Melo Rodrigues - Marco
Llobus
Rua IvarttMaria Mota- N°40- Casa 02
Bairro: São João Batista (Venda Nova) Belo Horizonte – MG
38. Míriam Stella Blonski
Rua Henriqueta Rubim,57– Centro
35935 - 000- São Gonçalo do Rio Abaixo – MG
39. Moacyr Costa Ferreira
Caixa Postal, 115 CEP 37800-000 - Guaxupé – MG
40. Neide Silva Reis
Praça Emílio Vasconcelos, 156 – Centro
CEP 35706-000 – Baldim – MG
41. Oswaldo Giovanini Júnior
Avenida Campos Sales, 417/203 - Bessa
58035-000 – João Pessoa – Paraíba
42. Raimundo Nonato de Miranda Chaves
Av. dos Bandeirantes, 751/401 Sion
30315-000 – Belo Horizonte – MG
- 43 . Ricardo Evangelista
R. Princesa Isabel, 534 c1. Copacabana. Cep 31540510 - BH/MG
44. Romeu Sabará da Silva
Rua Georgia, 85 - Bloco 84 - aptº. 301 - Estrela Dalva
30575-040 – Belo Horizonte - MG

45. Ros'elles Magalhães Felício
Rua José Teixeira Batos, 178- Centro –
CEP: 39480-000 Januária (MG)

46. Sebastião Geraldo Breguêz
Rua Bonfim, 60 – Centro
33.010-220 – Santa Luzia – MG

47. Sebastião Rocha
Rua Paraisópolis, 80 - Santa Teresa
31010-330 - Belo Horizonte – MG

48. Ulisses Passarelli
Rua Henrique Benef3enati, 415 – Caieira
36300-000 – São João Del Rei – MG

49. Vanessa Lorena Anastácio
Rua Camilo Prates, 737, apto 701, bairro União –
CEP 31170-490 - Belo Horizonte. MG

50. Vinicius Andre Diniz Moreira
R. Camilo Prates 737/701 Bairro Uniao cep: 31170-490 BH/MG

50. Zaroni Eustáquio Roque Neves
Rua Rua Des. Alfredo Albuquerque - nº 49 apto 01
30330-250 - Belo Horizonte – MG

Sócios fundadores	28
Sócios efetivos ativos	50
Sócios efetivos falecidos	20
Sócios efetivos inativos	13
Total de sócios	111

Quadro organizado por Antonio de Paiva Moura, Elieth Amélia de Sousa e José Moreira de Souza

Comissão Mineira de Folclore
Fundada no dia 19 de Fevereiro de 1948

Presidente de Honra - Domingos Diniz

Gestão 2014 - 2017

Presidente - José Moreira de Souza

Vice-Presidente - Míriam Stella Blonski

Secretária - Juliana Correia Garcia

Tesoureiro - Raimundo Nonato de Miranda Chaves

Conselho Fiscal

Antônio de Paiva Moura

Edméia da Conceição de Faria Oliveira

Luiz Fernando Vieira Trópia

Comissão Mineira de Folclore:
Centro de Celebração de Minas

Sede Social: Centro Cultural Salgado Filho

Rua Nova Ponte 22 – Salgado Filho

30550-720 – Belo Horizonte – MG

e-mail - folcloreminas@folcloreminas.com.br

www.folcloreminas.com.br

Sede Fiscal: Endereço para correspondência:

Rua Pires da Mota - 202 - Madre Gertrudes

30512-760 – Belo Horizonte – MG